

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE MONTES CLAROS- UNIMONTES
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL

MARIA CECÍLIA CORDEIRO PIRES



“A PRECISÃO FAZ IR LONGE”:
Migração e Des-envolvimento em Comunidade Rural do
Sertão Norte Mineiro

Montes Claros – MG

Março de 2019

MARIA CECÍLIA CORDEIRO PIRES

“A PRECISÃO FAZ IR LONGE”:

Migração e Des-envolvimento em Comunidade Rural do Sertão Norte Mineiro

Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Orientadora: Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula.

**Montes Claros - MG
Março de 2019**

P667p

Pires, Maria Cecília Cordeiro.

“A precisão faz ir longe” [manuscrito] : migração e des-envolvimento em comunidade rural do sertão Norte Mineiro / Maria Cecília Cordeiro Pires. – Montes Claros, 2019.

147 f. : il.

Bibliografia: f. 141-147.

Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes, Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social/PPGDS, 2019.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula.

1. Migração. 2. Desenvolvimento. 3. Sertão Norte Mineiro. 4. Comunidade do Touro - Serranópolis de Minas (MG). 5. Resistências. I. Paula, Andréa Maria Narciso Rocha de. II. Universidade Estadual de Montes Claros. III. Título. IV. Título: Migração e des-envolvimento em comunidade rural do sertão Norte Mineiro.

MARIA CECÍLIA CORDEIRO PIRES

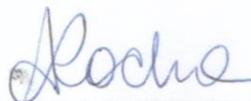
“A PRECISÃO FAZ IR LONGE”:

Migração e Des-envolvimento em Comunidade Rural do Sertão Norte Mineiro

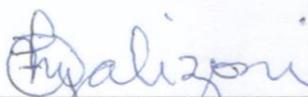
Dissertação apresentada como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestre em Desenvolvimento Social junto ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social da Universidade Estadual de Montes Claros – UNIMONTES.

Orientadora: **Dra. ANDRÉA MARIA NARCISO ROCHA DE PAULA**

MEMBROS DA BANCA:



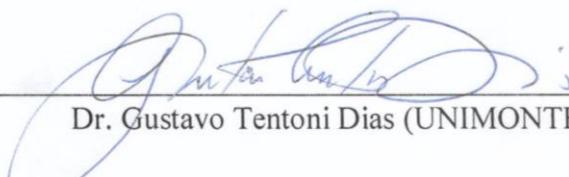
Dra. Andréa Maria Narciso Rocha de Paula (UNIMONTES)



Dra. Flávia Maria Galizoni (UFMG/ICA)



Dr. Rômulo Soares Barbosa (UNIMONTES)



Dr. Gustavo Tentoni Dias (UNIMONTES)

Montes Claros – MG
Março de 2019

*Aos que partem, que ficam e que voltam!
Homens, mulheres, crianças, jovens e idosos
da Comunidade do Touro!*

*A um migrante, Pai! A uma ficante, Mãe!
Ao amor da minha vida, Enzo!*

AGRADECIMENTOS

Relembrar esses anos de Mestrado é sem dúvidas relembrar vivências tão intensas, que dois anos pareceram décadas e passaram tão rápido quanto horas. Foram dias de aprendizados, medos, alegrias, superações, partilha, ansiedades, enfim, dias maravilhosos, e outros não tão bons assim. Mas como nos diz João Guimarães Rosa: “*O correr da vida embrulha tudo. A vida é assim: esquenta e esfria, aperta e daí afrouxa, sossega e depois desinquieta. O que ela quer da gente é coragem*”. Foi, é e será preciso muita coragem e por isso relembrar esses anos é também falar sobre gratidão!

Começo agradecendo aos protagonistas desta pesquisa, é eterna a minha gratidão a Comunidade do Touro! Se fecho esse ciclo como Mestre é em função da recepção, do acolhimento e do tempo que foram dispostos a me ajudar, sem nenhuma pretensão. Compartilharam suas memórias e também seus sabores, foram *causos* contados a mesa farta de carinho e de deliciosos requeijões, sucos, frutas, biscoitos. Essa menina *de fora* foi tão bem recebida que se sentiu em casa! Levo comigo as inúmeras conversas, caminhadas, pessoas e paisagens! Aprendi com vocês a história de um povo que resiste e existe para partilhar, dividir, festejar, para doar amor e luta. Obrigada a cada membro do Touro, pela disposição em responder minhas muitas perguntas, aqueles que ficam, aos que precisam sair, aos que sempre retornam, lembrem que este trabalho é de vocês e graças a vocês!

Preciso também agradecer aqueles que estiveram nos bastidores desta pesquisa, meus refúgios na vida, que não parava de correr enquanto a academia exigia mais e mais de mim. Em vocês encontrei ombros, ouvidos, mãos e sorrisos dispostos a seguir comigo!

Gratidão!

Ao Deus de amor e proteção, minha fé em Ti não me deixou desistir e me fez mais humana!

Aos meus amados pais, Dôra e Gilberto! Vocês me ensinaram a valorizar o estudo, mesmo que não tenham tido a mesma oportunidade. Tenho orgulho de dizer que sou filha das mãos calejadas e sujas de graxa, dos *bicos* nas oficinas e trabalhos temporários nas fazendas! Orgulho de dizer que sou filha das pequenas mãos que se estendem para amparar, ajudar e cuidar do “mundo”! Tenho orgulho de ser a primeira geração a concluir os estudos fundamentais, a ter um diploma e agora um mestrado. Hoje entendo melhor os esforços e renúncias que foram feitos para que eu pudesse alçar meus voos. Obrigada por sonharem comigo e mesmo sem entender, permanecerem ao meu lado! O sonho não termina e grata estou, pois tenho certeza que estarão comigo. Amo vocês e ainda vou retribuir tanto amor e dedicação!

Ao meu irmão Roberto, reforço a importância do seu exemplo, o primeiro a sair para buscar a Universidade, seus tropeços e vitórias foram espelhos no meu caminhar. E o mais importante, obrigada pela vida do Francisco Jorge e do Guilherme, eles me fazem a tia mais feliz do mundo, meus dias são mais coloridos quando estamos juntos. Amo vocês, meus meninos!

Ao meu filho Enzo, me faltam palavras para falar sobre um amor que me fez renascer e que cresce a cada dia! Você é meu coração fora do corpo, vive em mim e está em primeiro lugar diante de todas as minhas decisões. Sei que com 4 anos é difícil entender que mesmo estando em casa a “mamãe precisa trabalhar”, mas luto para que um dia todo o esforço e renúncia se torne exemplo e assim como você está sempre ao meu lado, estarei contigo no que precisar. Com você aprendi muito e principalmente adquiri um olhar de empatia e admiração a muitas mulheres, romper paradigmas e preconceitos não é nada fácil! Te amo incondicionalmente e do tamanho do imensurável!

A minha *rede de solidariedade*, que estiveram me ajudando com o Enzo. Obrigada vovós, vovôs, tios e tias (de sangue e coração), dindinha, enfim, gratidão a todos que cuidarem do que tenho de mais precioso!

Agradeço a toda minha família, de sangue e coração, os daqui e os do céu! Avós, avôs, tios, tias, primos, primas, cunhada e afilhados! Obrigada por fazerem parte da minha história!

Gratidão as amigas! E quando falo de amigos tenho que citar especialmente elas, minhas amigas irmãs! Obrigada Jacsonia (Jack), Millena (Milz) e Nadinne (Nadis)! Com vocês encontro confiança, para ser quem eu sou, para sofrer e ser feliz, para sair, ser “jovem” e dividir a conta! Com vocês sei que a distância só faz aproximar e que dias sem contato serão histórias boas para contar! Muitas vezes quando nos tornamos mãe perdemos alguns “amigos”, mas com vocês eu sempre ganho, ganhei madrinha e tias! Obrigada por sempre estarem dispostas a cuidar do Enzo, nos corredores da Unimontes, em casa quando estou a alguns quilômetros de distância, trazendo um descanso para essa amiga quase sempre cansada! Essa pesquisa também só é possível por vocês, pelos conselhos, desabafos, momentos de descontração, orientações acadêmicas e de vida! Sem esquecer que só cheguei ao Touro através dos contatos de Nadinne, que nos trabalhos de campo foi minha “motorista” e companheira! Muito poderia ser dito e destacado, mas fiquem com a certeza da minha gratidão e carinho! Amo vocês!

Com carinho, agradeço ao Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Comunidades Tradicionais do São Francisco – Opará, ao Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Migrações e suas Interfaces - MUTUM. Como já dizia Carlos Rodrigues Brandão, a pesquisa é solitária,

mas também pode ser solidária, por isso agradeço a todos pelas partilhas, debates, ajuda nas transcrições e apoio de sempre. Em especial, à Andréa Narciso, Adinei, Ana Flávia, Gildete Soares, Guélmer Faria, Gustavo Dias, Igor, o “outro” Igor, João Marcos, Josy, Lilian Santos, Lucas, Nadinne, Victória Godinho e tantos outros. Seguimos juntos! Reforço os agradecimentos ao professor Gustavo que contribui para meus trabalhos desde a graduação, obrigada pela disposição em nos ajudar e dialogar, saiba da minha admiração pela sua postura de professor, exemplo para a minha caminhada!

As equipes dos Projetos "Do Sertão para outros Mundos" e "Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central" e todas comunidades tradicionais de perto e de longe, que através de inúmeras trocas, despertaram o meu amor pela pesquisa e contribuíram para a construção da profissional que me proponho ser. Em especial aos professores, bolsistas e colegas do Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental-NIISA, pelos grandes aprendizados construídos juntos.

Não poderia deixar de expressar minha gratidão a minha orientadora Andréa Narciso! Obrigada Déa, pela parceria que vem da graduação, tudo começou em 2012 já no primeiro período com as aulas de Antropologia I que me faziam brilhar os olhos, no outro semestre já estava “batendo na porta” e assim fui aceita na família Opará, na Iniciação Científica. Nestes mais de 6 anos temos bastante histórias, eventos, monografia, projetos e agora mestrado. Levo suas lutas e batalhas como exemplo e de gratidão meu coração se enche pelas orientações, que se transformavam em desabafos, pelos sufocos nos eventos que no final “sempre davam certo”, pelos puxões de orelha, pela oportunidade de conhecer inúmeras histórias de sertanejos através das leituras e trabalhos de campo, pela partilha e compartilha... Estarei por aqui, seguimos juntas! Ninguém solta a mão de ninguém!

Gratidão a minha banca de qualificação, Anete Pereira e Rômulo Barbosa, pelas importantes contribuições, esclarecimentos e bibliografias sugeridas!

Gratidão aos professores Flávia Galizoni, Rômulo Barbosa e Gustavo Dias, por terem aceito o convite em participar desta banca e pela oportunidade de partilha!

Agradeço ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS, de onde levo grandes ensinamentos e amadurecimento, principalmente dos momentos de partilha, utopias e generosidade! Gratidão aos Funcionários! Docentes! Discentes! Em especial, a turma de 2017 (saibam que são todos grandes vencedores)! À Vanessa, Sara Fraga, Sara, Ana Flávia e Suelen, pelas várias ajudas na secretaria. E à funcionária Antônia pelo cuidado e carinho!

A todos os professores e servidores do ensino, pesquisa e extensão da Universidade Estadual de Montes Claros - Unimontes. Em especial aos professores e colegas do Departamento de Política e Ciências Sociais/Unimontes, pelas constantes trocas de saberes durante a graduação. Hoje o meu olhar e escrita falam muito de vocês, desta formação.

Reforço os agradecimentos a Unimontes, juntamente as Escolas Estaduais Miguel José da Cunha e Alcides Mendes da Silva! Instituições públicas que foram a minha oportunidade de acesso à educação, a sonhos que muitos são podados de sonhar! Como dito por Freire (2000, p.67), *“Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda”*.

Agradeço a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES pelo auxílio concedido através da bolsa, permitindo dedicação ao mestrado e a realização desta pesquisa.

Cheguei a duvidar que terminaria este trabalho e hoje tenho a certeza que não terminei, ele permanece na vida dos sujeitos e nas suas histórias, continua nas questões fomentadas e próximas pesquisas!

Enfim, agradeço a todos que de inúmeras formas me ajudaram chegar até aqui! Muitos não citados, mas marcados em mim! Sou o que sou, porque nós somos!

Gratidão!

RESUMO

O objetivo geral deste trabalho foi compreender o processo migratório e a relação com as políticas públicas de “des-envolvimento” propostas para o Sertão Norte Mineiro, a partir do estudo de caso na Comunidade do Touro, em Serranópolis de Minas-MG. Buscamos analisar as representações sobre o sertão, descrevendo-o como um lugar de diversidades. Questionamos as políticas públicas desenvolvimentistas que instauraram visões e ações unificadoras, provocando crítica a categoria de desenvolvimento. Dentro desta conjuntura repensamos as migrações internas brasileiras e descrevemos as trajetórias dos migrantes do Touro, que vivenciaram a promessa de progresso com a chegada da monocultura de algodão. Realizamos pesquisa bibliográfica e de campo, com ênfase na metodologia qualitativa, através de entrevistas em profundidade, observação do cotidiano e fotografias das pessoas e do lugar, privilegiando a vivência e percepções dos moradores. Os sertões foram construídos de forma discursiva e dentro deste processo a saída do lugar é apontada como alternativa para a melhoria de vida, ou a única forma de viver. Percebemos, no entanto, que as políticas que visavam o desenvolvimento e superação dos ditos entraves ao progresso, se tornaram ineficazes e desagregadoras, sem contemplar a diversidade e pluralidade dos povos do sertão. Tivemos como resultado o estímulo aos deslocamentos populacionais, onde as migrações demonstraram ser uma das formas de resistir a expropriação e continuar a luta pelo território.

Palavras-chave: Migração; Desenvolvimento; Sertão Norte Mineiro; Serranópolis de Minas; Comunidade do Touro; Resistências.

ABSTRACT

The aim of this study was to understand the migration processes and the relationship with the public policy of "de-involvement" proposals for the Sertão Norte Mineiro, from the case study in the Comunidade do Touro, in Serranópolis de Minas-MG. We try to analyze representations about the sertão, describing it as a place of diversity. We question the developmental policies that have established unifying visions and actions, causing critical development category. Within this context we rethink Brazilian internal migration and describe the trajectories of migrants the Touro, who experienced the promise of progress with the arrival of cotton monoculture. We conduct research literature and field, with an emphasis on qualitative methodology through in-depth interviews, observation of daily life and photographs of people and the place, focusing on the experience and perceptions of residents. The sertão were built discursive form and within this process the output of the place is seen as an alternative to the improvement of life, or the only way to live. We realize, however, that policies aimed at the development and overcoming such obstacles to progress have become ineffective and divisive, without considering the diversity and plurality of the sertão people. We had as a result of the stimulus to population displacements, where migration proved to be one of the ways to resist expropriation and continue the struggle for territory.

Key words: Migration; Development; Sertão Norte Mineiro; Serranópolis de Minas; Comunidade do Touro; Resistances.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

LISTA DE MAPAS

Mapa 1: Localização do Município de Serranópolis de Minas.....	58
---	----

LISTA DE ESQUEMAS

Esquema 1: O Processo de Formação da Comunidade do Touro	67
Esquema 2: Os Ciclos das Migrações Temporárias do lugar.....	104

LISTA DE FOTOS

Foto 1: O Primeiro Contato, Comunidade do Touro, Serranópolis de Minas-MG	64
Foto 2: Igreja de Sant'Ana.....	67
Foto 3: A Travessia pela Serra do Talhado, Serranópolis de Minas-MG.....	70
Foto 4: O Caatingueiro e as Culturas Caatingueiras.....	72
Foto 5: As Criações.....	82
Foto 6: As Casas, Parabólicas, Fogão e Forno a Lenha.....	83
Foto 7: Unidade Básica de Saúde e Tele Centro Comunitário.	85
Foto 8: Seu Geraldo e Sua Sanfona.	86
Foto 9: O Migrante Temporário José Ricardo e sua Filha.....	97
Foto 10: Os Migrantes Temporários Roberto e Filho.....	98
Foto 11: O Migrante Temporário Alfeu José da Silva.....	99
Foto 12: O Migrante Temporário Aroldo.....	100
Foto 13: O Migrante Temporário Geraldo.....	101
Foto 14: O Migrante Temporário Idelmar Cordeiro.....	102
Foto 15: O Migrante Temporário Marcos Vinícius.....	102
Foto 16: O Cachorro Migrante.....	119
Foto 17: A Roça de Seu Geraldo Gomes.....	123
Foto 18: Seu Geraldo, seus Certificados e suas Sementes.....	124
Foto 19: O Rio Sítio Novo.....	127
Foto 20: O Pequeno Peixe Sobrevivente.....	128
Foto 21: P1+2 – Cisterna Calçada.....	130
Foto 22: Levi e Lia.....	131

LISTA DE TABELAS E QUADROS

Tabela 1: População rural, urbana e total do Brasil. 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010.....	41
Tabela 2: População rural, urbana e total de Serranópolis de Minas-MG. 1991, 2000 e 2010...	59
Quadro 1: A Invenção do Nordeste.....	33
Quadro 2: A Invenção das Minas Gerais	35
Quadro 3: Herança Histórica do Rural Brasileiro	37
Quadro 4: Órgãos de Combate as Secas	46
Quadro 5: Os Tempos do Algodão	81
Quadro 6: Calendário dos Ciclos da Água, Trabalho, Religião e Cultura da Comunidade do Touro	88
Quadro 7: Destinos e Ocupações dos Migrantes da Comunidade do Touro	92

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

- ASA – Articulação do Semiárido Brasileiro
- BNDE - Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico
- CAA/NM - Centro de Agricultura Alternativa
- CAIs – Complexos Agroindustriais
- CEDEFES - Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva
- CEPAL - Comissão Econômica para América Latina e o Caribe
- CONTAG - Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura
- EMATER-MG - Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais
- FETAEMG - Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais
- GTDN - Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste
- IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
- NEDET - Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Norte e Noroeste de Minas
- NIISA – Núcleo Interdisciplinar de Investigação Socioambiental
- OPARÁ/MUTUM - Grupo de Estudos e Pesquisa sobre comunidades tradicionais do Rio São Francisco
- STR - Sindicato dos Trabalhadores Rurais
- SUDENE – Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	16
Trajetória: aproximação ao tema.....	16
A Pesquisa: objetivos, delimitação e procedimentos metodológicos.....	17
Estruturação do Texto e da Dissertação.....	22
CAPÍTULO I – DES-ENVOLVIMENTO E MIGRAÇÃO: A REPRESENTAÇÃO SOCIAL E SIMBÓLICA DOS SERTÕES	24
O Campo e a Cidade: as transformações com a expansão capitalista.....	25
Sertão Brasileiro, Sertões Norte Mineiros: formação, identidades e representações.....	29
As Propostas de Des-envolvimento e Modernização.....	36
A Representação das Secas.....	45
Processo Migratório: repensando as migrações internas no contexto rural brasileiro.....	51
CAPÍTULO II – COMUNIDADE DO TOURO, SUAS GENTES E IDENTIDADES: OS REFLEXOS DO DES-ENVOLVIMENTO	56
O Universo da Pesquisa: contexto histórico e políticas de des-envolvimento	57
Chegando na Comunidade do Touro.....	63
A Formação do Lugar.....	66
Identidades e Alteridade: caatingueiros e geraizeiros.....	68
Os Revoltosos e a Fome.....	73
Tempos do Algodão: o que era, como foi, o que está sendo.....	75
O Lugar, as Pessoas, as Festas e os Saberes.....	82
CAPÍTULO III – VIVER LÁ E VIVER AQUI: PROCESSOS MIGRATÓRIOS E RESISTÊNCIAS	90
Da Monocultura de Algodão a Saída no Mundo: os tipos e destinos da migração.....	91
Os Sujeitos que Migram.....	97
Tempo de Sair.....	103
Tempo de Estar Lá: colher o que não se planta.....	107
Tempo de Voltar para o Lugar da Gente: a representação das migrações para os que saem e para os que ficam.....	115
A Resistência daqueles que Ficam.....	122

CONSIDERAÇÕES FINAIS: <i>PARA NÃO CONCLUIR</i>	135
REFERÊNCIAS	141

INTRODUÇÃO

Trajetória: aproximação ao tema

Migração! O interesse por esta temática ocorre a partir do momento que compreendi que vivia historicamente tal processo. Sou de uma família que é fruto da mistura, de um encontro de lugares diversos, do casamento entre Bahia e Norte de Minas. Em 2012 saio da minha terra, Porteirinha-MG e venho para Montes Claros-MG a busca da Universidade, do conhecimento, que em casa sempre foi estimulado por meus pais, que não tiveram a mesma possibilidade. O caminho da Universidade só foi percorrido por meu irmão e eu, em função do trabalho do nosso pai, que saía todos os anos do norte de Minas Gerais para trabalhar em uma fazenda no estado do Pará. Tios e primos espalhados em muitos municípios e estados, familiares e “conhecidos” que saíam por meses todos os anos para trabalhar, ir e vir, chegadas e partidas, encontros e despedidas...



Todos os dias é um vai e vem
 A vida se repete na estação
 Tem gente que chega pra ficar
 Tem gente que vai pra nunca mais
 Tem gente que vem e quer voltar
 Tem gente que vai e quer ficar
 Tem gente que veio só olhar
 Tem gente a sorrir e a chorar

E assim chegar e partir
 São só dois lados
 Da mesma viagem
 O trem que chega
 É o mesmo trem da partida
 A hora do encontro
 É também despedida
 A plataforma dessa estação
 É a vida desse meu lugar
 É a vida desse meu lugar
 É a vida...¹



¹ Música Encontros e Despedidas, autoria de Milton Nascimento.

Durante a graduação em Ciências Sociais me tornei pesquisadora do Grupo de Estudos e Pesquisas sobre Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco – OPARÁ/MUTUM. Da naturalização sobre as migrações passei a problematização, do vivido ao pesquisado, do senso comum às teorias. Com a inserção no Opará tive a oportunidade de participar de projetos de pesquisa, grupo de estudos e trabalhos de campo. Foram *andanças* por este sertão, leituras, dúvidas, que me despertaram inúmeras curiosidades das temáticas da migração, categoria esta que fez parte da minha vida, da minha história e do meu percurso na academia.

Sáimos da pesquisa monográfica² em 2016, com novos questionamentos. Ao abordar as migrações temporárias em Porteirinha-MG, tivemos a oportunidade de conhecer a perspectiva de convivência com o semiárido, que veio contrapor as muitas representações e estigmas difundidos sobre o sertão Norte Mineiro. Dessa maneira, novas questões foram levantadas. A partir do Mestrado em Desenvolvimento Social, com as disciplinas cursadas, eventos participados e projetos de pesquisa³, começamos a delimitar e visualizar o caminho que nos propusemos percorrer neste trabalho.

A Pesquisa: objetivos, delimitação e procedimentos metodológicos

A partir de uma análise interdisciplinar, com aporte da sociologia e antropologia, realizamos uma pesquisa predominantemente qualitativa. Esta opção foi estimulada pelo intuito de compreender a densidade e complexidade do processo junto aos sujeitos que realizam a migração, onde as informações foram conduzidas através da memória das pessoas do lugar, do conhecimento oral e da narrativa. Não rejeitamos a importância dos dados quantitativos, mas demos ênfase nas técnicas incorporadas a metodologia qualitativa.

Dessa maneira, ao delimitarmos nosso campo, compreendemos o sertão Norte Mineiro enquanto um recorte macro e a Comunidade do Touro⁴, em Serranópolis de Minas-

² PIRES, Maria Cecília Cordeiro. **PROCESSO MIGRATÓRIO EM PORTEIRINHA-MG**: “enquanto eu tiver vida e saúde”. Montes Claros: Unimontes/Departamento de Política e Ciências Sociais – DPCS (Monografia de Bacharelado), 2016.

³ São eles: O Projeto “Do Sertão para outros mundos: As Redes de Relações Sociais nos Processos Migratórios para o Trabalho do/no Norte de Minas Gerais”, que compõe o Grupo Opará/Mutum reconhecido no CNPq e na Unimontes, CEPEX 96/2011, aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa- UNIMONTES, parecer 158. 386, coordenação Professora Andrea Narciso. E o Projeto “Conflitos Sociais e Desenvolvimento Sustentável no Brasil Central” ligado ao Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia, na Universidade Estadual do Maranhão / PPGCSPA - UEMA, conta com seu Núcleo Avançado, na Universidade Estadual de Montes Claros – Unimontes, vinculado ao Programa de Pós-Graduação em Desenvolvimento Social – PPGDS/Unimontes, fomento Fundação Ford.

⁴ A escolha pela realização do estudo de caso nesta Comunidade, está mais detalhado no Capítulo 2, seção: “Chegando na Comunidade do Touro”.

MG, o recorte micro. A realização do nosso estudo empírico nesta realidade, possibilitou pesquisarmos um espaço privilegiado para a análise das dimensões das migrações e tudo o que elas modificam, possibilitando um estudo aprofundado dos temas relativos a esse processo social complexo.

Neste contexto, emergem as questões desta pesquisa: Quais são as motivações para as migrações no Norte de Minas e porque muitos permanecem no rural? Qual o impacto das políticas públicas que se nutrem de um discurso de “des-envolvimento”? E a partir do caso da Comunidade do Touro, como compreender os modos de vida e as migrações dos sujeitos da região semiárida, caatingueira, da Serra Geral?

A partir destas indagações, a fim de buscarmos tais explicações, definimos nossos objetivos. Tivemos como objetivo geral: compreender os processos migratórios e a relação com as políticas públicas de “des-envolvimento” propostas para o Sertão Norte Mineiro, através do estudo de caso na Comunidade do Touro.

Estabelecendo como objetivos específicos: verificar como ocorrem as interferências das políticas públicas, que se nutrem de um discurso de “des-envolvimento”; Descrever a trajetória dos migrantes, as motivações, as causas e o impacto na vida desses sujeitos e de suas famílias; Analisar as estratégias de resistência que a Comunidade do Touro vem estabelecendo;

A pesquisa social tem como objeto de investigação uma realidade na qual o pesquisador está inserido. Bourdieu (2010) enfatiza que não existe ciência neutra, mas é preciso manter um rigor, ser vigilante com a epistemologia, que também é uma forma de produção. Ou seja, é necessária uma atitude de *vigilância epistemológica*, para que os procedimentos de interpretação não se contaminem por uma visão de mundo específica.

Neste processo nos mantivemos refletindo e em vigilância, porém, entendemos que a pesquisa é também parte de um ofício artesanal. Levando em consideração os autores Martins (2004), Mills (2009) e Minayo (2001), vimos a importância de observar a realidade sem ficarmos presos a rigidez dos métodos e sem perder a criatividade, ou seja, buscamos uma aproximação entre ambos.

Mills (2009) reafirma que embora não exista uma neutralidade da pesquisa e seja necessário um rigor metodológico, o pesquisador deve estar presente no processo.

Sejamos um bom artesão: evitemos qualquer norma de procedimento rígida. Acima de tudo, busquemos desenvolver e usar a imaginação sociológica. Evitemos o fetichismo do método e da técnica. É imperiosa a reabilitação do artesão intelectual despretensioso, e devemos tentar ser, nós mesmos, esse artesão. Que cada homem seja seu próprio metodologista, que cada homem seja seu próprio técnico; que a teoria e o

método se tornem novamente parte da prática de um artesanato. Defendemos o primado do intelectual individual. (MILLS, 2009, p.240)

Concordamos com Martins (2004, p.289), que entende a pesquisa qualitativa como “aquela que privilegia a análise de microprocessos, através do estudo das ações sociais individuais e grupais, realizando um exame intensivo dos dados, e caracterizada pela heterodoxia no momento da análise”. Por isso, ao pensarmos em um trabalho intelectual artesanal, nos referimos a importância da presença, imaginação, intuição e criatividade. Tanto como forma de liberdade no processo, como possibilidade de aprofundamento da análise.

Entendemos assim, a necessidade de afinidade teórica sobre o tema, a vigilância sobre as técnicas e métodos, para que o pesquisador, como um artesão, compreenda o processo de moldar sua pesquisa. Percebemos, também, a importância de não perder de vista a criatividade e reflexão, para que esses lados, que embora possam parecer opostos, andem cada vez mais aproximados.

Além do estudo bibliográfico realizamos trabalhos de campo, considerando sua importância mais do que um ato puramente científico e sim como a vivência na relação mais diversa. O que produz uma nova visão do pesquisador, uma interpretação do sujeito enquanto agente, para que a pesquisa seja não apenas um trabalho sobre eles, mas também com eles.

As reflexões sobre o trabalho de campo feitas por Brandão (2007) foram primordiais para a percepção deste ato como vivência, uma relação de intensa subjetividade, que requer ligação de confiabilidade entre pesquisador e sujeito da pesquisa. O autor nos alerta para as inúmeras dimensões que podemos encontrar em campo e como é necessária atenção, desde a forma de inserção na comunidade às maneiras de conduzir as entrevistas. A observação é de suma importância, é preciso *descrever a banalidade do cotidiano* e assim o instrumento crucial foi o diário de campo, parceiro durante todo o processo. Lá registramos as percepções, detalhes, observações, enfim, uma série de dados que foram permanentemente acionados.

Levando em conta tais apontamentos, realizamos na Comunidade do Touro três incursões a campo: em outubro de 2017, abril de 2018 e janeiro de 2019; devidamente marcadas com os moradores, respeitando suas disponibilidades e levando em conta os tempos das chuvas que dificultam o acesso pelas estradas, considerando também o calendário local das migrações. Em 2017 fizemos uma primeira aproximação e apresentação da pesquisa, quando conhecemos nossos principais informantes, aprofundando e buscando conversar com os migrantes. Os informantes-chaves contribuíram grandemente, nos indicando novos entrevistados que na visão deles eram importantes e poderiam nos ajudar a responder nossas dúvidas. Sempre quando íamos em novas casas, estávamos acompanhados de alguém da Comunidade, o que trazia mais

confiança aos sujeitos, que na maioria das vezes foram bem expansivos, poucos mais fechados e tímidos. Foram experiências cruciais onde nos resguardamos com algumas técnicas detalhadas agora.

As técnicas de pesquisa incorporadas ao método etnográfico foram fundamentais para manter viva e registrada todas as informações ao longo do trabalho de campo. Dentre elas, observação participante, entrevistas livres e o uso do diário de campo. Cabe salientar que não tivemos a pretensão de realizar uma etnografia, pois entendemos que esta não se aplica ao tempo disponível para a realização da pesquisa. Para Magnani (2012):

O método etnográfico não se confunde nem se reduz a uma técnica, pode-se usar ou servir-se de várias, conforme as circunstâncias de cada pesquisa, ele é antes um modo de acercamento e apreensão do que um conjunto de procedimentos. Ademais, não é a obsessão pelos detalhes que caracteriza a etnografia, mas a atenção que se lhes dá: em algum momento, os fragmentos podem arranjar-se num todo que oferece a pista para um novo entendimento. (MAGNANI, 2012, p.17)

A etnografia nos foi inspiração, pois entendemos, segundo Geertz (1989, p. 32), que “os antropólogos não estudam as aldeias (tribos, cidades, vizinhanças), eles estudam nas aldeias”. Ou seja, é no *estar lá*⁵ que o pesquisador formula suas interpretações, ressaltando que, para o autor, esta é de segunda e terceira mão, pois apenas o nativo faz a interpretação de primeira mão, da sua cultura. Procurando assim, estarmos presentes na realidade de nossos sujeitos de pesquisa, utilizamos da observação participante e do registro em diário de campo, nos aparamo em autores como Brandão (2007), Malinowski (1976) e Foote-White (2005).

Malinowski (1976), através de seus estudos nas Ilhas Trobiand e sua narrativa sobre a aplicação de seus métodos, nos deixou suporte para a execução deste trabalho.

Um trabalho etnográfico só terá valor científico irrefutável se nos permitir distinguir claramente, de um lado, os resultados da observação direta e das declarações e interpretações nativas e, de outro, as inferências do autor, baseadas em seu próprio bom-senso e intuição psicológica [...]. Na etnografia, é frequentemente imensa a distância entre a apresentação final dos resultados da pesquisa e o material bruto das informações coletadas pelo pesquisador através de suas próprias observações, das asserções dos nativos, do caleidoscópio da vida tribal. (MALINOWSKI, 1976, p.18-19)

Julgamos relevantes as colocações de Malinowski (1976) para a interpretação dos resultados apresentados, considerando as falas e atos dos sujeitos da pesquisa, que acabam sendo a interpretação de quem vive. Acima de tudo, refletimos sobre a importância de termos

⁵ Para Geertz (1989) o trabalho etnográfico é realizado em dois momentos distintos, o *estar lá*, quando o pesquisador está no campo junto aos “nativos” e desenvolve a coleta de dados e o *estar aqui*, quando volta para a academia, no momento de interpretação e escrita.

buscado ao máximo conhecer o cotidiano pesquisado, abrindo os olhos para os *imponderáveis da vida real*.

Juntamente, encontramos arcabouço nos estudos urbanos de Foote-White (2005), que no anexo de sua obra “Sociedade de Esquina”, reflete todo seu percurso metodológico, a escolha do tema, o planejamento da pesquisa, a execução e posteriormente o desenrolar tanto em âmbito acadêmico, como na comunidade, após publicação do livro. O ato de pesquisar demandou maiores reflexões e novas leituras, em um trabalho de campo que não finda todas as questões, ao contrário, fomenta novos questionamentos. Podemos perceber que a opção pela observação participante não foi simples. A inserção em uma nova realidade necessita de constante vigilância, mas, sem dúvidas, a oportunidade de ver e estar no *locus* da pesquisa nos possibilitou acesso intenso a esta realidade multifacetada, um olhar cada vez mais próximo.

Para instrumentalizar o campo e como forma de coleta de dados, utilizamos a ferramenta das entrevistas que foram realizadas tanto de forma livre, como semiestruturadas. As entrevistas livres foram empregadas como forma de adentrar no cotidiano da Comunidade, entendendo que a relação de pesquisa perpassa uma relação de confiabilidade e que em momentos de descontração, sem o desconforto da gravação, estivemos diante do viver rotineiro. O diário de campo foi crucial para registrar estes momentos.

As entrevistas semiestruturadas foram utilizadas com a intenção de capturar profundamente aspectos específicos de interesse da pesquisa, no entanto, sem ficarmos presos aos roteiros. As elaborações destes foram pensadas a partir da História de Vida dos nossos sujeitos, compreendendo-a como “um relato do narrador sobre a sua existência através do tempo, tentando reconstruir os acontecimentos que vivenciou e transmitir a experiência que adquiriu” (QUEIROZ, s/d, p.6-7). Estes roteiros semiestruturados foram um norte, nunca utilizados como um manual seguido ao extremo. O nosso interlocutor teve a sua palavra privilegiada e através do acionamento da sua memória, buscamos a possibilidade de conhecer sua história e seus modos de vida.

Temos o entendimento de que as entrevistas ocorreram de forma dinâmica, respeitando as singularidades de cada entrevistado, realizadas com o consentimento e compreensão de quais seriam os resultados. A partir dos trabalhos de campo tivemos momentos oportunos para a reestruturação dos roteiros, pois vivíamos um processo complexo do que Calvino (2005) vai chamar de passagem do *não escrito para o escrito*. A devida atenção foi dada para as transcrições, mantendo as falas dos sujeitos da pesquisa na íntegra. Nossa intenção foi não perder as expressões coloquiais, jeito de falar e principalmente o sentido e significado.

Optamos também pela realização do registro fotográfico, como uma maneira para a coleta dos dados, nos possibilitando através de um texto visual, maior detalhamento do que vimos no decorrer da pesquisa. Estamos em concordância com Araújo (2009, p.34), que afirma que “ao recorrer à fotografia na produção, no manuseio e como dado para desenvolver análise, [...] ela contribui no sentido de romper ocultamentos e configurar por outros olhares, outras imagens e outras informações, uma realidade mais complexa”. Reconhecemos que a ação de ser fotografado nem sempre causa um sentimento confortável, por isso, tivemos o cuidado para que as imagens representassem as pessoas e seus lugares de significado. Realizadas com consentimento e deixadas de lado quando o melhor a fazer foi observar e anotar. Todas fotografias utilizadas são de autoria própria, inclusive as que empregamos para abrir os capítulos.

Em suma, o trabalho foi dividido em alguns momentos metodológicos referentes às etapas da pesquisa que também são adotadas pelo Grupo de Estudos e Pesquisas Sobre Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco – Opará/Mutum. Primeiramente, a realização de um levantamento bibliográfico local, regional e nacional sobre os eixos temáticos, para obter conhecimento do que já foi estudado sobre o *lócus* e as temáticas. A partir disso, a elaboração dos roteiros e trabalhos de campo. Posteriormente a análise, organização e sistematização dos dados obtidos inter-relacionando com o referencial teórico estudado. E por fim, a apresentação da dissertação à comunidade acadêmica, para que posteriormente possamos também apresentar os resultados para a Comunidade do Touro.

Verificamos que nossas opções nos levaram para um campo dinâmico, onde os momentos metodológicos não ocorreram de forma linear e muito mais de forma dialogada. Uma relação durante todo o processo da pesquisa, o que nos proporcionou não uma comprovação de hipóteses, mas a possibilidade de adentrar no sertão Norte Mineiro, na Comunidade do Touro e conhecer seus lugares, gentes, movimentos, modos de vida.

Estruturação do Texto e da Dissertação

Para ficar mais claro ao leitor, apontamos algumas opções feitas na estruturação do texto. Assim como Paula (2009), redigimos o trabalho na primeira pessoa do plural, com base na percepção de pesquisa enquanto diálogo de saberes, mas salientamos que em alguns momentos do texto, ao referirmos sobre a nossa trajetória pessoal, utilizamos a primeira pessoa do singular.

Grafamos em *itálico* os destaques, termos estrangeiros, conceitos de outros autores e principalmente as falas dos entrevistados, as expressões que anotamos no diário de campo e

as categorias nativas. Os depoimentos estão devidamente identificados. Quando em forma de citações longas, recuamos o texto, identificando os sujeitos a frente e entre parênteses. Quando forem citações curtas, buscando propiciar uma melhor visualização, optamos por fazer a identificação em notas de rodapé.

A dissertação está organizada em três capítulos. No capítulo 1, intitulado “*Desenvolvimento e Migração: a representação social e simbólica dos sertões*”, buscamos, a partir de uma revisão bibliográfica e teórica, refletir sobre as representações construídas do campo e dos sertões. Para compreendermos o discurso dominante que esteve e está presente em políticas públicas, que utilizam uma visão hegemônica de desenvolvimento. Fazemos uma retrospectiva histórica, passando por momentos importantes para as relações vividas por quem é do campo, como por exemplo, as propostas de modernização, para nesta conjuntura repensar as migrações internas brasileiras. Neste capítulo, tratamos de categorias importantes que permeiam todo o estudo, dentre elas, des-envolvimento, sertão e migração.

No segundo capítulo, “*Comunidade do Touro, suas Gentes e Identidades: os reflexos do des-envolvimento*”, passamos a descrever a pesquisa de campo, discutindo o contexto regional onde está nosso estudo de caso, para compreendermos como as políticas de “des-envolvimento” interferiram no sertão Norte Mineiro, mais especificamente na Comunidade do Touro. Ou seja, além de explicarmos detalhadamente nossa escolha e inserção na Comunidade, descrevemos a formação do lugar, fatos e momentos que foram destacados pelos sujeitos, suas relações atuais e falamos sobre o tempo da monocultura de algodão, que foi proposta ao Touro enquanto política de des-envolvimento.

No terceiro capítulo, “*Viver Lá e Viver Aqui: processos migratórios e resistências*”, falamos do tempo que se instaurou na Comunidade após a crise da monocultura algodoeira, analisando todo o exposto a partir dos processos migratórios vividos no lugar. Deste modo, descrevemos como ocorrem as migrações, os motivos, formas, destinos e trabalhos. Apresentamos os sujeitos migrantes e fechamos o capítulo apontando as diversas estratégias de resistência que conhecemos no lugar.

Desta maneira, através deste texto, propomos ao leitor o conhecimento desse processo complexo, sob a ótica de quem o vivencia. Para que juntos aos migrantes e sujeitos da Comunidade do Touro, possamos entrar nesta travessia. Como dito por Rosa (1994, p.392) “A gente tem de sair do sertão! Mas só se sai do sertão é tomando conta dele a dentro”.



**CAPÍTULO I – DES-ENVOLVIMENTO E MIGRAÇÃO: A REPRESENTAÇÃO
SOCIAL E SIMBÓLICA DOS SERTÕES**



Nesta pesquisa falamos do e no Sertão Norte Mineiro, da Serra do Espinhaço, região de caatinga, localizada no semiárido Mineiro! Neste capítulo damos início a discussão teórica que envolve as políticas de des-envolvimento⁶ e os processos migratórios. A partir de uma reflexão crítica, trazemos à tona as representações construídas dos sertões, o discurso dominante presente em políticas públicas, como a modernização conservadora do campo, para nesta conjuntura repensar as migrações internas brasileiras.

O Campo e a Cidade: as transformações com a expansão capitalista

Este trabalho quer refletir sobre as gentes sertanejas, camponeses do mundo rural! Para isso, é necessário que voltemos a discussão sobre os conceitos de campo e cidade, para que possamos compreender o motivo destes termos aparecerem como dicotômicos e como são muitas vezes transformados em sinônimos de atrasado e desenvolvido. Queremos debater sobre as complexidades que existem e que são encobertas por visões unificadoras.

Extensas são as definições e construções que foram estabelecidas sobre as visões de campo e cidade. Williams (1989) afirma que este contraste transformou a Antiguidade Clássica, como duas formas de vida. Ao serem sobrepostos, a cidade aparece como realização dos homens e ao mesmo tempo que vinculada as ideias de progresso, comunicação e saberes, foi negativamente associada as práticas mundanas, barulho e caos. Enquanto o campo aparece como lugar de vida simples, inocência, paz, tanto quanto relacionado a ideia de atraso e ignorância. Todavia, o autor nos alerta que “o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações” (Idem, p. 471), ou seja, os termos trazem consigo uma ampla categorização que tornam inconsistentes, na medida que não levam em consideração a diversidade existente.

Williams (1989) retrata especificamente sobre a experiência Inglesa, o que não limita suas análises. Como bem detalhado pelo autor, a Inglaterra teve uma brusca transformação das relações entre campo e cidade, algo bem acentuado durante a Revolução Industrial e que veio a ser a força motriz de um modo de produção que transformou o mundo.

Assim, concordo em ver a cidade como representação do capitalismo, tal como muitos estão fazendo agora, desde que possa afirmar também que esse modo de produção teve origem especificamente na economia rural da Inglaterra e lá produziu muito dos efeitos característicos – aumento de produção; reorganização física de um mundo totalmente disponível; deslocamento de comunidades tradicionais; a formação de um resíduo humano que veio a se transformar numa força, o proletariado – que foram posteriormente encontrados, em diversas formas, em cidades e colônias e em todo um sistema internacional. (WILLIAMS, 1989, p. 476)

⁶ Categoria segundo Porto-Gonçalves (2004). Ver discussão na seção “As Propostas de Des-envolvimento e Modernização”.

A expansão capitalista influenciou fortemente as mudanças das relações entre campo e cidade, tanto transformações físicas, como sociais, principalmente a partir da Revolução Industrial, no século XIX, quando este modo de produção é estabelecido como ordem dominante. Somos então, influenciados em nossas percepções, inclusive no fato de compreendermos tais realidades de maneira contrastante e dicotômica.

Atualmente a complexidade se torna maior, campo e cidade acabam expostos como termos generalizantes, que além de presumir uniformidade, passam a visão de que o rural é tudo aquilo que não está na cidade, deixando de lado as diferenças evidentes dos modos de vida camponês com a lógica da agroindústria, do turismo, ou de uma busca por um “estilo” de vida tranquilo, por exemplo.

Deste modo, optamos por trabalhar o rural através das teorias sobre Campesinato e Comunidades Tradicionais. Levando em consideração autores como Mendras (1976), Queiroz (1973) e Woortmann (1990), buscamos as definições do modo de vida camponês. Esses autores concordam e destacam o *compadrio*⁷ como definidor das relações sociais, bem como o fato do modo de produção camponês possuir uma lógica própria, o caráter familiar. Deste modo, o trabalho assalariado é oposto, ou seja, a família é a unidade produtiva e de vida do camponês, plantar para o seu consumo é a prioridade e é do trabalho familiar que tiram sua reprodução da vida.

Woortmann (1990) ao objetivar o estudo da *ética camponesa*, fala da constituição de uma ordem moral, ou seja, uma forma de perceber as diversas relações, entre os homens, homens e coisas, homens e a terra. Sua opção tem por intuito questionar os estudos que entendem o campesinato apenas como uma economia ou um modo de produção. O autor, através de uma interpretação subjetiva, busca compreender tais relações a partir do contexto das valorações éticas, acionando a categoria *campesinidade*, “como uma qualidade presente em maior ou menor grau em distintos grupos específicos” (Idem, p.13). Ou seja, reafirma que as práticas envolvem uma ordem moral que vai além de espacialidades iguais, mais do que isso, podem demonstrar um contínuo. Entretanto, é necessário lembrar que a trajetória camponesa não é linear e enquanto sujeitos históricos, constroem e são construídos por ela, logo, por ambiguidades.

⁷ Segundo Queiroz (1973) o *compadrio* segue o mesmo princípio da parentela. O padrinho e a madrinha se ligam aos pais e afilhados e entre si, é uma espécie de elo de parentesco, são compadres. Além do batismo estabelecem esse laço também como padrinhos de fogueira ou São João, Semana Santa, etc. Essa relação cria um fator decisivo de integração social.

Concordamos com Viana e Brito (2018, p.92) que afirmam que campesinato é uma “categoria socialmente construída que busca dar maior ênfase ao modo de vida que se reproduz no cotidiano da ruralidade”. O uso destas categorias diferencia a realidade destes grupos que se encontram na fronteira da questão agrária e que “contrapõe ao que é próprio da lógica de desenvolvimento do capital, em que produção não é necessariamente mercadoria e a força da produção é comumente doméstica” (Idem, p. 92).

Dentro da realidade pesquisada, as teorias do campesinato são bem representativas, mas consideramos importante ampliar as reflexões, pensando sobre as Comunidades Tradicionais. Visto que tal perspectiva busca dar visibilidade as lutas por direitos destes povos e mais do que isso, para além destes termos que de certo modo são englobantes, buscamos com os trabalhos de campo as categorias nativas, ou seja, as identidades que são acionadas. Alguns dos autores referências são Brandão (2010), Little (2002) e Almeida (2008).

Hoje, quando falamos de Comunidades Tradicionais, precisamos de um olhar para o campo legal dos direitos, pois grande parte destes sujeitos encontram-se em processo de reivindicação de seus territórios, expropriados ou ameaçados. Esses processos colocam em questão as visões persistentes destes povos como entraves ao progresso e destes territórios como espaços vazios, desocupados, desabitados, onde diversos agentes chegam com a promessa de desenvolvimento e civilização (BRANDÃO, 2010, p. 372).

A diversidade que carrega a expressão comunidade esteve sempre permeando os estudos antropológicos, demonstrando a complexidade de uma definição ou delimitação para esse termo. Brandão (2012, p. 372) caracteriza as Comunidades Tradicionais como aquelas que *ali estavam* quando outros grupos *ali chegaram*. Elas se relacionam qualitativamente com a cidade, uma relação desejável ou inevitável, para além da proximidade geográfica. Desta maneira, o autor traça alguns aspectos que as caracterizam como um grupo social, são eles:

- a) dinâmicas temporais de vinculação a um espaço físico que se torna território coletivo pela transformação da natureza por meio do trabalho de seus fundadores que nele se instalaram;
- b) um saber peculiar, resultante das múltiplas formas de relações integradas à natureza, constituído por conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição ou pela interface com as dinâmicas da sociedade envolvente;
- c) uma relativa autonomia para a reprodução de seus membros e da coletividade como uma totalidade social articulada com o "mundo de fora", ainda que quase invisíveis;
- d) o reconhecimento de si como uma comunidade presente herdeira de nomes, tradições, lugares socializados, direitos de posse e proveito de um território ancestral;
- e) a atualização pela memória da historicidade de lutas e de resistências no passado e no presente para permanecerem no território ancestral;
- f) a experiência da vida em um território cercado e/ou ameaçado;
- g) estratégias atuais de acesso a direitos, a mercados de bens menos periféricos e à conservação ambiental. (BRANDÃO, 2012, p.379-380)

Isto posto, entendemos que as comunidades não se fazem tradicionais por estarem isoladas, por serem exóticas e imóveis. É através da cultura e dos modos de vida diferenciados, que tem sua ligação não a um simples pedaço de terra, mas ao território. Lugar em que a comunidade se formou, os ancestrais viveram e pela memória é legitimado.

Little (2002), ao falar de Povos Tradicionais, reflete a partir de uma dimensão empírica, da prática do dia a dia e de uma dimensão política, como instrumento estratégico nas lutas por justiça social. Ele reafirma que tradicional não deve ser entendido como imobilidade histórica, pois se trata, na verdade, de realidades fundiárias modernas do século XXI. Afina-se ao conceito de Sahlins (*apud*, LITTLE, 2002), mostrando que “as tradições culturais se mantêm e se atualizam mediante uma dinâmica de constante transformação” (Idem, p.23).

Em nosso trabalho pensamos o tradicional a partir da relação de *territorialidade* dos sujeitos, ou seja, o “esforço coletivo de um grupo social para ocupar, usar, controlar e se identificar com uma parcela específica de seu ambiente biofísico, convertendo-a assim em seu “território” ou *homeland*” (LITTLE, 2002, p.3). Uma relação de modos de vida e viver. Nosso intuito também é dar visibilidade as identidades específicas que os mais diversos grupos acionam, sendo eles caatingueiros, quilombolas, geraizeiros, entre outros.

Utilizando os critérios das literaturas referenciadas nesta seção, nos propomos a distinguir nossos sujeitos de pesquisa enquanto camponeses, que possuem suas identidades tradicionais. Consideramos importante, porém, manter a análise crítica a esses conceitos e nos pautarmos na pluralidade, sem cairmos no ímpeto de pressupor que pesquisamos uma realidade imutável e isolada. Destacamos que a opção por tais categorias ficará mais clara a partir da leitura das nossas análises empíricas. No entanto, é importante ponderar que os estudiosos citados realizaram pesquisas em diferentes contextos e épocas, mas suas análises são cruciais para o nosso estudo de caso, onde o mais significativo está no conhecimento das especificidades do lugar.

Cientes que assim como nos situa Woortmann (1990), falamos de sujeitos históricos, ou de acordo com Little (2002) de realidades fundiárias modernas do século XXI, finalizamos este tópico refletindo sobre o sentido do lugar. Mais especificamente, buscando compreender como as comunidades e a tradição podem existir em um mundo interconectado, globalizado e capitalista, nas palavras de Massey (2000), compreender *um sentido global do lugar*.

A abordagem da autora sobre lugar nos é oportuna. Ela faz opção de analisar a categoria de forma progressista, pois é possível manter a noção de singularidade e enraizamento, mesmo com a globalização e a compressão do tempo e espaço, resultado deste

processo. “A compressão de tempo-espaço refere-se ao movimento e à comunicação através do espaço, à extensão geográfica das relações sociais e a nossa experiência de tudo isso” (Idem, p.178). Ainda é relacionado estritamente ao capitalismo, como que seu desenvolvimento determinasse o nosso entendimento e experiência do espaço. Segundo Massey (2000), esta explicação é insuficiente, pois mesmo com a grande influência das forças econômicas, existem outras questões “gerais” determinando nossa vivência do espaço.

Em outras palavras, e de forma muito ampla, a compressão de tempo-espaço precisa de diferenciação social. Não se trata somente de uma questão moral ou política envolvendo desigualdade, embora isso fosse motivo suficiente para mencioná-la: trata-se também de uma questão conceitual. (Massey, 2000, p. 179)

Esse movimento é identificado como *geometria do poder*, pois as pessoas vão sentir e serem atingidas de formas diferentes pelos resultados da globalização, seus fluxos e interconexões. Há uma diferenciação social altamente complexa e há aqueles que estão em uma posição de controle neste processo.

Massey (2002), nos fala que a geografia das relações sociais está mudando, por isso, seu entendimento de lugar se torna importante para este trabalho. Segundo a autora, o lugar não é algo estático; não precisa de fronteiras de divisões demarcatórias; não tem identidades únicas, nele existem conflitos internos e nada disso nega sua importância e singularidade. Há a ligação do lugar com outros lugares, um sentido global do local, uma consciência global do lugar. Onde os processos de expansão capitalista modificam sujeitos e lugares, mas ainda assim, é possível preservar e atualizar a identidade e a territorialidade.

Sertão Brasileiro, Sertões Norte Mineiros: formação, identidades e representações

Para nos aproximarmos da região de interesse desta pesquisa, precisamos nos debruçar sobre o conhecimento do *sertão*, pois aqui falamos de Sertão Norte Mineiro. Além do exposto, compreender sua formação, identidades e representações. Sertão é uma categoria de diversos significados, como afirma Sena (1998, p.19) é “simultaneamente descrito como um espaço geográfico, como um tempo, como uma forma de organização social, como um conjunto de características culturais, como um *locus* simbólico de nacionalidade, etc.”.

Em consonância com Lopes (2012), entendemos o sertão como categoria social e sociológica, aplicada tanto na compreensão das especificidades regionais, como das suas diferenças. O esforço que fazemos aqui é de compreendê-lo através da sua pluralidade, “o lugar sertão constitui um amplo e heterogêneo espaço em que múltiplas e diversas relações sociais,

culturais, econômicas e políticas imbricam-se e conjugam diferentes lógicas e modos de ser, viver, sentir e pensar que fazem do sertão o lugar dos sertões” (Idem, p.353-354).

A princípio vamos refletir sobre a categoria, que conforme Amado (1995) é espacial, cultural, faz parte do pensamento social e foi construída durante a colonização. Ao falar sobre a origem etimológica da palavra, a autora aponta para a derivação de *desertão* e dentre os significados encontrados, com base no latim clássico, provem de *serere*, *sertanum*, que indica trançado, entrelaçado e embrulhado. *Desertum* que refere a aquele que sai da fileira e da ordem, o desertor. E *desertanum*, o lugar desconhecido para onde vai o desertor.

Amado (1995) relata que foi por volta do século XIV que os portugueses começaram a utilizar a palavra, escrita ora com s (sertão), ora com c (certão), a princípio referiam a áreas situadas dentro do país, mas distantes de Lisboa. A partir do século XV, era empregada para “nomear espaços vastos, interiores, situados dentro das possessões recém-conquistadas ou contíguos a elas, sobre os quais pouco ou nada sabiam” (Idem, p.147). E por isso, passa no século XVI, a aparecer em inúmeros escritos de viajantes do império português na África, Ásia e América.

Os viajantes estrangeiros em visita ao Brasil colônia, registraram inúmeras vezes a categoria sertão, que no início do século XIX já estava integrada à língua usada no país. Carregada de significados negativos, de maneira geral, denotava *terras sem fé, lei ou rei*, “áreas extensas afastadas do litoral, de natureza ainda indomada, habitadas por índios “selvagens” e animais bravios, sobre as quais as autoridades portuguesas, leigas ou religiosas, detinham pouca informação e controle insuficiente” (Idem, p. 148). Por isso, a autora defende que a categoria foi construída dentro do contexto da colonização, absorvendo o significado original vindo dos portugueses, somados as designações referentes ao processo de conquista e consolidação da colônia brasileira.

Neste contexto, foi instaurada a dualidade litoral/sertão, que esteve presente desde os colonizadores e viajantes dos primeiros anos da Colônia, representando duas categorias simultaneamente opostas e de sentidos complementares. Deste modo, era entendido que nas terras brasileiras havia um litoral, que além de ser o lugar de clima agradável próximo ao mar, era também de belas paisagens, conhecido e colonizado, habitado por outros povos (índios, negros), mas dominado pelos civilizados e cultos, ou seja, os brancos. Seria o litoral então o legítimo e único Brasil? O que se encontraria ao sair deste lugar? Talvez, o sertão, que como exposto, designava os espaços isolados, desconhecidos, perigosos, de natureza bruta e habitados pelos “descivilizados”, pois ali não havia a religião cristã, a “civilização” e a “cultura” (Idem, p. 148).

Amado (1995, p.150) afirma que desde o início da história do Brasil, o sertão foi configurado dentro de uma “perspectiva dual, contendo em seu interior uma virtualidade: a da inversão. Inferno ou paraíso, tudo dependeria do lugar de quem falava”. Assim, além de adquirir significados amplos e antagônicos, quando enunciado pelo colonizador e pelos relacionados aos interesses da Coroa, aparecia negativamente como *inferno*. E quando enunciado pelos vários sujeitos excluídos da sociedade colonial⁸, sertão representava “liberdade e esperança; liberdade em relação a uma sociedade que os oprimia, esperança de outra vida, melhor, mais feliz” (Idem, p.149-150), o *paraíso*.

Os brasileiros durante o século XIX não apenas absorveram as representações referentes a sertão, construídas antes e durante a colonização pelos portugueses, como, a partir da Independência, acrescentaram-lhe outros, transformando a categoria como essencial para o entendimento de nação. Como exemplo, temos o livro “Os Sertões”, onde Cunha (2012) vai desnudar um outro Brasil, que ele pode conhecer durante o conflito de Canudos⁹ e com suas descrições foi revelada a existência de nova terra, novo homem, uma luta. Foi na época um estranhamento no traspasar de uma dicotomia, apresentando o sertão como forma mais positivada de referência. O sertanejo foi um dos tipos regionais pensado e descrito por autores brasileiros, percebe-se, porém, que não existe apenas um tipo de sertão, a cultura sertaneja vai estar amarrada a aspectos regionais, históricos e sociais, onde essas multiplicidades vão revelar uma gama de características e peculiaridades. Sertão são muitos!

Para o entendimento do sertão Norte Mineiro, consideramos importante repensar sua formação e a construção de suas representações, refletindo também sobre o sertão Nordeste, visto que tais processos representam a ligação histórica entre Nordeste e Norte de Minas. A região norte de Minas Gerais, diferente das Minas com a exploração do ouro e dos metais preciosos, constituiu seus Gerais pelos currais de bois. De acordo com Paula (2009) podemos compreender que:

O sertão mineiro teve a sua composição organizacional fundada nas grandes fazendas de gado, nas propriedades herdadas dos tempos do Brasil colônia, no sistema de capitanias hereditárias, e no período do ciclo do ouro. As fazendas de gado do Nordeste seguiram as margens do Rio São Francisco e alcançaram o Norte de Minas, trazendo a pecuária extensiva e a marcha dos latifúndios que se tornaram características da ocupação e estruturação regional. (PAULA, 2009, p.65)

⁸ Segundo Amado (1995, p. 149) seriam os degredados, os homiziados, os muitos perseguidos pela justiça real e pela Inquisição, os escravos fugidos, os índios perseguidos, os vários miseráveis e leprosos.

⁹ O livro Os Sertões relata sobre a Guerra de Canudos, ocorrida entre 1896 e 1897, um conflito entre o movimento popular e o exército da República brasileira na comunidade de Canudos. Cunha fez a cobertura do conflito para o jornal "O Estado de S. Paulo". Disponível em: CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2012. (Coleção biblioteca básica brasileira; 24)

Em função disso, o Norte de Minas foi primeiramente denominado de *Currais da Bahia*, pertencendo às Capitâneas da Bahia e de Pernambuco, foi em 1720 incorporado à capitania de Minas Gerais. Segundo Costa (2007, p. 1-2) “o norte de Minas é uma região com formação social, cultural e histórica específica, tendo na atividade pastoril a base a partir da qual, essas múltiplas populações construíram suas culturas específicas”. Apoiado em seu processo de formação histórica a região demonstra apresentar uma diversidade de culturas, saberes, valores, bem como características particulares de costumes.

Como dito, a ocupação das terras destes sertões, foi através das grandes fazendas de gado, que serviam “para o fornecimento de carne, couro e animais de tração às áreas produtoras de cana-de-açúcar; e posteriormente, para as áreas de mineração” (SILVA, 2006, p.41).

É preciso somar a esse breve histórico da ocupação a constituição das representações, imagens e signos destes lugares, partindo da discussão sobre a “invenção” do Nordeste. Albuquerque Júnior (2006), procurou entender os caminhos nos quais foram construídas as figuras de Nordeste e Nordestino, que como veremos, vai além do recorte geográfico. De maneira geral, essa construção foi a partir do discurso regionalista, como ilustrado no quadro abaixo (QUADRO 1):

Quadro 1: A Invenção do Nordeste

Olhar Regionalista
<p>Século XIX e Início do Século XX:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sensibilidade <i>belle époque</i>: o espaço brasileiro era visto como natureza e tropicalidade exótica; • Os fatores determinantes para o dito atraso da sociedade e da cultura brasileira, eram o meio e a raça; • Inscrito com a formação discursiva naturalista, considerava as diferenças entre os espaços do país como reflexo imediato da natureza, do meio e da raça; • As variações de clima, vegetação, composição racial da população, explicavam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas.
Novo Regionalismo
<p>A partir de 1920:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Desnaturalização do espaço; • O espaço ganhava uma dimensão histórica, artificial, construída pelo homem; • Emergência de uma nova formação discursiva nacional-popular, que provoca o surgimento de uma consciência regional generalizada, difusa no espaço, que consegue ir se ligando às várias existências individuais, mas principalmente à própria vida coletiva; • Época de grande valorização da ideia de identidade nacional, o que evoca o surgimento de uma consciência regional espalhada, e a tentativa de fazer seus costumes como o modelo a ser generalizado; • Instituição do Nordeste enquanto unidade imagético-discursiva, e através da radicação no discurso sociológico.
Romances, Literaturas, Artes, Músicas e Dramaturgia
<p>Novo regionalismo:</p> <ul style="list-style-type: none"> • O Nordeste era colocado enquanto espaço da saudade, da tradição; • Através dos romances, músicas, poesias, pinturas, teatros, da época construíram um Nordeste através do acionamento de algumas características específicas; • Mesmo com obras diferentes, esses autores e artistas, tinham em comum o fato de serem construtores de um Nordeste, onde a visibilidade e dizibilidade foram centradas na memória, na reação ao moderno, na busca do passado como dimensão temporal.

Fonte: ALBUQUERQUE JÚNIOR, 2006. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2018

O olhar regionalista surge na 2ª metade do século XIX e início do Século XX, esta primeira fase foi influenciada por uma sensibilidade referida por Albuquerque Júnior (2006. p. 41) como *belle époque*. Dentro deste discurso o espaço brasileiro era visto como natureza e tropicalidade exótica, o que fazia de seu meio e da raça os fatores que determinavam o atraso da sociedade e da cultura brasileira. Esse olhar regionalista comungava da formação discursiva naturalista, onde as diferenças regionais entre os espaços do país apareciam como reflexo imediato da natureza, do meio e da raça. E estas variações de clima, vegetação e composição racial da população, explicavam as diferenças de costumes, hábitos, práticas sociais e políticas.

Nessa época vai expandindo a ideia da modernidade e desenvolvimento aliados a urbanização e por essas razões, o estado de São Paulo passou a servir como modelo a ser seguido por todo o país. Estas explicações, no entanto, não consideravam a construção histórica política dos espaços, mas apontavam para um processo que resultava de algo natural, assim como o discurso de inferioridade do Nordeste era sustentado por sua natureza rural, exótica e atrasada.

Após o término da Primeira Guerra Mundial, na 1ª metade do século XX, vivemos no Brasil um contexto de crise desse olhar regionalista naturalista, ocasionado pela crise dos valores europeus que antes eram muito influentes. Para a América esse movimento significou uma possibilidade promissora de ascensão e isso fez com que os intelectuais brasileiros voltassem o pensamento para a unidade da pátria, uma identidade nacional, havendo a partir de 1920, o fulgor deste novo regionalismo. O nacionalismo e uma visão unificada da nação foram acentuados, o que evoca o surgimento de uma consciência regional espalhada, gerando o padrão de busca do próprio espaço como ponto de referência para o país, a tentativa de fazer dos seus costumes o modelo a ser generalizado, colocando como exóticos os demais discursos regionais (ALBUQUERQUE JR., 2006, p. 42).

Todos esses enunciados sobre a região foram construídos de uma forma homogênea, onde nem sempre o visto foi o dito.

[...] o que interessa a este trabalho não é saber se estes primeiros discursos, que começam a criar imagens do Nordeste para consumo do “Sul”, que fazem parte da institucionalização desse espaço pela visão do outro, seriam mentirosos ou falariam a verdade, estariam errados ou certos. O que interessa é entender como funcionaram e a serviço de que relações de força. Não se trata de buscar uma “verdadeira representação do Nordeste”, sua verdadeira interpretação, mas tentar entender a produção desse conceito e como ele funciona, seja dentro ou fora de suas fronteiras. (ALBUQUERQUE JR., 2006, p.47)

Para o autor, o Nordeste foi instituído definitivamente na década de 1920, como forma de superar a antiga divisão regional do país, entre Norte e Sul. Veio como paisagem imaginária em oposição a São Paulo, ou seja, uma invenção não apenas pelos nortistas, mas também uma invenção do Sul. É preciso ressaltar que Nordeste não é a representação de uma natureza fixa, mas uma realidade diversa, de modos de vida, costumes, histórias. Além disso, esse processo que ocorreu a partir do discurso regionalista, apagou esta multiplicidade e ancorou a ideia de uma unidade universalizada, como se estivesse dentro de uma atmosfera evolucionista.

Os recortes geográficos, as regiões são fatos humanos, são pedaços de história, magma de enfrentamentos que se cristalizaram, são ilusórios ancoradouros da lava da luta social que um dia veio à tona e escorreu sobre este território. O Nordeste é uma espacialidade fundada historicamente, originada por uma tradição de pensamentos, uma imagística e textos que lhe deram realidade e presença. (ALBUQUERQUE JR., 2006, p.66)

Esse recorte carrega diversas dimensões, inclusive é resultado de um jogo de interesses de determinados grupos. O autor ressalta que o “único regionalismo que ultrapassa as fronteiras estaduais, que conseguiu unir intelectuais e políticos de vários Estados e atraiu outros grupos regionais como os da Bahia e do norte de Minas, é o nordestino” (Idem, p.106). Por isso, é necessária uma análise mais completa, perpassando pela história, sociologia, mas também através dos artistas e romancistas da época.

Assim como houve a invenção do Nordeste, podemos afirmar que houve também a invenção do Norte de Minas. Ou, conforme os estudos de Costa (2003), a invenção de Minas Gerais através do discurso da mineiridade. Ao pensar sobre a ideologia da mineiridade e as relações entre as Minas e os Gerias, o autor aponta uma dupla dinâmica que constituiu esta hierarquia, o “englobamento do contrário” e a exclusão do “de fora”¹⁰ (QUADRO 2).

Quadro 2: A Invenção das Minas Gerais

Englobamento do Contrário
<ul style="list-style-type: none"> • O discurso da mineiridade em meados do século XX cria a visão una de Minas Gerais; • Minas Gerais passa a representar um signo que informa apenas um dos processos constitutivos e fundantes da sociedade mineira; • Nesta visão representa uma realidade social civilizada, da formação de arraiais de mineração, ambiente de riqueza, das montanhas e cidades históricas; • Valorizada por sua cultura urbana e por sua identidade tornada hegemônica; • A sociedade mineira constitui-se como uma organização social hierarquizada pelo <i>englobamento do contrário</i>.
Exclusão do “de Fora”
<ul style="list-style-type: none"> • Os conteúdos que propiciaram a invenção destas duas identidades se vinculam a realidades distintas. No momento da invenção da unidade mineira, a realidade social, histórica, cultural e econômica vinculada ao norte de Minas foi obscurecida para a comunidade nacional; • As diferenças culturais identitárias existentes tem seu valor relativo no interior da hierarquia; • A mineiridade como ideologia construtora da <i>invenção de Minas</i>, consolida o deslizamento da formação histórica pastoril para as margens estaduais; • Este processo produz e reforça a valorização da história das Minas, tomada como superior a formação pelos currais de gado; • O Norte de Minas, é desvalorizado, discriminado e estigmatizado, sendo representado como lugar do atraso, da barbárie e da não-estruturação do Estado.

Fonte: COSTA, 2003. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2018

¹⁰ O autor utiliza a teoria do *englobamento do contrário* de Dumont (1992) e da exclusão do “de fora” (*outsiders*) de Elias e Scotson (2000).

Costa (2003) afirma, que através do discurso da mineiridade, existe a invenção da imagem una de Minas Gerais, visão dominante que aciona e valoriza a civilização do ouro, a cultura urbana e remete as paisagens montanhosas das cidades históricas. Deste modo, compreende que “falar Minas Gerais é acionar um signo que informa apenas um dos processos constitutivos e fundantes da sociedade mineira. Aquele que se caracteriza pela formação de arraiais de mineração [...]. Ou seja, as minas gerais, ou se se quiser, as minas generalizadas” (COSTA, 2003, p.284). Por isso, outro signo diacrítico é acionado, o Sertão Mineiro, o Norte de Minas, pois como vimos, sua constituição é oposta à da área de mineração, o que distingue dessa visão homogênea.

Ao mesmo tempo que, por conta do interesse político, é passada a ideia de uma unicidade mineira, o sertão é também lembrado da sua diferença, estigmatizado e vinculado a barbárie, pobreza, atraso e natureza hostil. Para Costa (1997) a compreensão rigorosa do local (sertão) e do sujeito que nele se localiza (sertanejo), coloca-se como fonte da complexidade Norte Mineira. A partir da relação entre sujeito e lugar, configura-se uma cultura diferente daquelas que foram impostas como modelo e referência de civilidade: a dos bandeirantes, a dos baianos e a dos mineiros. Explorando o que entende por uma “lógica” específica, vislumbra um *modus operandi* típico do sertanejo, que o diferencia culturalmente dos seus modelos de sujeito, tornando-o outro sujeito, que não é paulista, baiano, nem mineiro, mas sim *Norte Mineiro*. Este, então, seria uma síntese de vários grupos étnicos, com seus traços identitários próprios, dotados de uma maneira singular de ver o mundo.

Compreendemos enfim, que Sertão está envolto a uma invenção social que não leva em consideração os processos específicos de formação. Precisamos ratificar que o sertão Norte Mineiro é múltiplo! Para não compactuarmos com novas generalizações, entendemos que o Norte de Minas é lugar dos *sertões*, de grandes diversidades, mas ainda marcado por estigmas de uma região atrasada economicamente e politicamente, referida como lugar de expulsão. Esses significados dotados ao Norte de Minas refletem nas políticas públicas propostas para a superação dos ditos entraves para o desenvolvimento deste espaço, o que é discutido na próxima seção.

As Propostas de Des-envolvimento e Modernização

No Brasil, tivemos transformações que influenciaram na vida do campo e nas cidades. Mudanças econômicas que interferiram não apenas em modos de vida, como nas imagens estabelecidas destes dois mundos. Destas mudanças, citaremos algumas que vieram a interferir nas dinâmicas rurais, nos sertões.

Ao longo dos anos foi estabelecida uma estrutura fundiária de grande concentração, realidade não superada. São fatores históricos desde o Século XVI, com o sistema de Capitania Hereditárias, até o processo mais recente de modernização do campo, no Século XX (QUADRO 3), que provocaram grande desigualdade de distribuição de terras, e processos de expropriação:

Quadro 3: Herança Histórica do Rural Brasileiro

Capitania Hereditárias e Sesmarias
<p>Século XVI:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Aconteceu no início da colonização do território brasileiro; • Consiste na doação de grandes extensões de terras particulares, que vieram se formar os latifúndios escravistas.
Lei de Terras
<p>1850:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Lei nº 601 de 18 de setembro de 1850; • Abole o regime de sesmarias e institui a propriedade privada da terra; • A única forma de acesso à terra, passa a ser através da compra e da venda.
Fim da Escravidão
<p>1888:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Depois de uma série de leis que deram fim ao tráfico negreiro, deram alforria alguns escravos, caminhamos para o fim do trabalho escravo; • Em 13 de maio de 1888, através da Lei Áurea, nº 3.353, foi decretada a abolição da escravatura no Brasil; • Como trabalhadores livres, os escravos vendiam sua força de trabalho ao ex-escravocrata, então fazendeiro - capitalista.
Modernização Agrícola
<p>1970:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Na década de 1970, após o período de instalação de indústrias pesadas, o Brasil passa a avançar em mais uma fase de industrialização, começa a instalar fábricas de máquinas e insumos agrícolas; • Após a instalação desse novo ramo industrial teve-se a necessidade de criar um novo mercado consumidor para esses novos meios de produção; • O Estado criou uma série de políticas de incentivo para a modernização do campo, através do discurso de desenvolvimento que estimulam a compra dessas novas tecnologias.

Fonte: FERNANDES, 2001; PAULA, 2003; GRAZIANO DA SILVA, 1996. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2018

Fernandes (2001) nos chama atenção para a diferenciação entre a *Luta pela Terra* e a *Luta pela Reforma Agrária*. No Brasil a Reforma Agrária vai entrar em pauta através dos

movimentos sociais, a partir da segunda metade do século XX. Ao contrário, a Luta pela Terra, que nasce com o latifúndio, é uma luta dos trabalhadores contra o cativo. Isso desde a chegada dos colonizadores em 1500, que efetivamente através dos sistemas de capitânicas hereditárias e as sesmarias, concentraram grandes extensões de terra, nas mãos de poucos proprietários.

As lutas contra o cativo da terra são continuamente causadas através do desenvolvimento do capitalismo (FERNANDES, 2001, p. 1). A nossa produção agrícola foi perpassada por ciclos econômicos, que aconteciam pelo fato de determinado produto ser privilegiado em detrimento de outros a mando dos interesses de exportação da metrópole. Através deste modo de produção capitalista, expropriações ocorreram, e os ciclos econômicos favoreceram correntes migratórias, como evidenciado por Paula (2003):

O ciclo da cana-de-açúcar fez com que o Brasil fosse dividido em capitânicas hereditárias, beneficiando a pecuária através da grande disponibilidade de terras e a concessão de sesmarias. O ciclo do ouro tem importância com as descobertas de jazidas de ouro e diamantes pelas bandeiras paulistas, no final do século XVII, nos Estados de Minas Gerais, Goiás e Mato Grosso. As principais correntes migratórias que partiram para estes Estados, principalmente para Minas Gerais, foram portugueses, paulistas e nordestinos. O café representou também mais uma estratégia de alavancar a economia do país. Na metade do século XIX os cafezais representavam grande fator econômico em Minas Gerais e no interior de São Paulo, terras estas conhecidas como "terras roxas". É neste período que ocorre o avanço da ferrovia, que torna mais fácil o escoamento da produção, o deslocamento das populações e também a urbanização das cidades onde havia estações. Já o ciclo da coleta de látex (borracha natural) tem seu apogeu com a revolução industrial no final do século XIX e começo do século XX que, com a indústria automobilística descobriu a maior reserva de seringais do mundo na Amazônia. São os nordestinos os principais migrantes que foram para a extração da borracha na Amazônia. (PAULA, 2003, p.26)

Em 1850, foi firmada a Lei de Terras, que instituiu a propriedade da terra a partir da compra e venda, consolidando-a como mercadoria. Fernandes (2001) afirma que esse processo tornou a terra cativa, pois apesar da escravidão ter sido abolida em 1888 dando fim ao *cativo humano*, vivíamos há quase 40 anos com a instituição do *cativo da terra*. Processo que abriu brecha para as ações de *grilagem*.

[...] os ex-senhores de escravos transformados em senhores da terra passaram a grilar a terra. E para construir a trama que dominaria as terras do Brasil, exploraram os trabalhadores. Estes transformaram florestas em fazendas de café ou de gado, mas foram expropriados, expulsos, sempre sem-terra. Assim, nasceu o posseiro, aquele que possuindo a terra, não tem o seu domínio. A posse era fruto do trabalho e o domínio era resultado do poder. As terras devolutas foram apropriadas por meio de falsificação de documentos, subornos dos responsáveis pela regularização fundiária e assassinatos de trabalhadores. Assim, os grileiros - verdadeiros traficantes de terra - formaram os latifúndios. Os camponeses trabalhavam na derrubada da mata, plantavam nessas terras até a formação das fazendas, depois eram expropriados. (FERNANDES, 2001, p.2).

O autor explicita que os processos violentos de expropriação não se deram sem resistências. Resistiram os índios, os negros africanos através dos Quilombos e das lutas contra o sistema escravocrata, e resistiram todos pelas migrações, onde encontraram uma forma de resistir e sobreviver, a procura da terra liberta, a fuga das cercas.

Com a abolição da escravatura e o avanço do capitalismo vão surgindo aos poucos as pequenas fábricas, gerando ganho de status para as cidades, que passavam por processo crescente de urbanização, deixando de serem centros apenas administrativos, desenvolvendo a função da produção de pequenos produtos, como louças, tecelagem, etc. “O período que se estende de 1933 a 1955 marca uma nova fase de transição da economia brasileira” (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p.11). A indústria passa a ser a principal forma para acumulação de capital, iniciando o processo de substituição das importações com a produção destes produtos no próprio país, o que demandou a implantação de indústria pesada, entre 1955 a 1961, ou seja, a criação de siderúrgicas, petroquímicas, material elétrico, entre outros.

Na década de 1970, após o período de instalação de indústrias pesadas, o Brasil passa a ter condições de avançar em mais uma fase de industrialização, começa a instalar fábricas de máquinas e insumos agrícolas, como por exemplo, tratores, equipamentos, fertilizantes químicos, rações, medicamentos veterinários, entre outros. Após a instalação desse novo ramo industrial teve-se a necessidade de criar um novo mercado consumidor para esses novos meios de produção, assim como nos chama atenção Graziano da Silva (1996). O Estado então cria uma série de políticas de incentivo para a modernização do campo, dotadas de um discurso de desenvolvimento que estimulam a compra dessas novas tecnologias. Passávamos a conviver com uma nova fase de industrialização, uma industrialização da agricultura, bem como uma ideologia de modos de vida urbanos no meio rural.

Como o próprio autor dispõe no seu texto, há diferença entre o que é questão agrária e o que é questão agrícola. A questão agrícola tem ligação com o produto e a produção, já a agrária tem a ligação com a terra. Com a mecanização do trabalho rural, se investe na problemática agrícola da procura pelo avanço da industrialização, mas não nos problemas agrários existentes. Ao contrário houve a acentuação da concentração de terras através do caminho que a agricultura brasileira percorreu, passando a basear não mais no complexo rural e sim no agroindustrial, os CAIs.

A Constituição dos “Complexos Agroindustriais” (CAIs), a partir da implantação da “indústria para a agricultura” direciona para a lógica do capital interligada pelo capital financeiro, fortemente subsidiado pelo Estado, que promove a integração dos capitais industriais, agrários, bancários, etc. O Estado passa a desempenhar novos papéis visando financiar, patrocinar, administrar e subsidiar as margens de lucro na agricultura, beneficiando os capitais integrados e garantindo sua valorização. (PAULA, 2003, p. 30)

A rápida industrialização e modernização do campo não significaram diminuição das desigualdades, de uma forma geral, ocasionaram um *problema agrário* (MARTINS, 1975). O crescimento industrial denotou em mesma medida aumento da população urbana e da cadeia produtiva, ou seja, maiores oportunidades no setor urbano, deixando de existir predomínio da economia rural.

Ocorreu não apenas um rápido crescimento de cidades e populações urbanas – observou-se, também, a rápida elaboração de uma ideologia urbano, em função dos problemas que o processo suscitava, sublinhadora dos valores concebidos, então, como típicos das cidades e a elas inerentes. O aumento da densidade demográfica nos meios urbanos ou em urbanização, estimulado pela *imigração nacional e estrangeira* de pessoas com ou sem tradição urbana, promoveu ou incentivou a quebra da solidariedade mecânica, a dissolução ou enfraquecimento dos caracteres comunitários do sistema social. Esse processo, associado à redefinição das funções manifestas das cidades, apoiou-se nos próprios fundamentos novos, econômicos, da existência cidadina. Referiu-se tanto ao funcionamento de um mercado livre de trabalho, como à “liberdade de enriquecimento”, de alcançar o “êxito”, que marcou a ideologia das populações adventícias especialmente em São Paulo. (MARTINS, 1975, p. 2, *grifos do autor*)

Com o processo de modernização estimulou-se a substituição das práticas e insumos tradicionais por aqueles industriais, através dos usos de adubos químicos, agrotóxicos, tratores e sementes convencionais que geraram para o agricultor dependência à indústria, um brusco enfrentamento entre modos de vida do campo e os modos de produção capitalista. É importante salientar que esse percurso se estabeleceu também enquanto ideologia e as soluções desenvolvidas para o dito atraso do meio rural se resumiram ao acesso a máquinas, fertilizantes, empréstimos. As figuras por detrás desses estímulos eram pessoas que possuíam poder e conhecimento técnico.

Como observado na Tabela 1, vivemos no Brasil um processo de êxodo rural, quando a partir de 1970 a população rural total veio decrescendo, transformando o Brasil em um país predominantemente urbano.

Tabela 1: População rural, urbana e total do Brasil. 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000 e 2010

CENSO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL
1940	12.880.182	28.356.133	41.236.315
1950	18.782.891	33.161.506	51.944.397
1960	31.303.034	38.767.423	70.070.457
1970	52.084.984	41.054.053	93.139.037
1980	80.436.409	38.566.297	119.002.706
1991	110.990.990	35.834.485	146.825.475
2000	137.925.238	31.947.618	169.872.856
2010	160.925.804	29.829.995	190.755.799

Fonte: Dados do IBGE. Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2018

Em consonância com a crescente urbanização e industrialização da agricultura, tivemos uma série de políticas que comungavam de uma perspectiva evolucionista de desenvolvimento e se tratando de sertão Norte Mineiro, a tentativa de proporcionar a sua “chegada” resultou em políticas públicas, antes mesmo deste auge em 1970.

Esses processos que priorizam o crescimento econômico são também reflexos das políticas globais e das ações pró desenvolvimento que foram propagadas entre os países. Esteva (2000) faz um alerta para a aplicação que tem sido realizada do termo desenvolvimento, que passa a afetar grandemente as populações periféricas a partir da campanha política em nível global, liderada pelos Estados Unidos, ao final da Segunda Guerra Mundial. O autor aponta que o país ocupava um lugar ao centro do mundo, reconhecido por todas as instituições da década, mas objetivavam além disso, um estabelecimento de forma permanente e hegemônica. Em 20 de janeiro de 1949, na posse do Presidente Truman, a palavra subdesenvolvimento ganhou destaque e naquele dia, 2 bilhões de pessoas “perderam” toda sua diversidade e foram reduzidas a subdesenvolvidas. Foram colocadas em uma fila para o desenvolvimento, onde o lugar que ocupavam era ao seu final, pois nas palavras do Presidente, era preciso dedicação a um programa ousado e moderno que tornasse os avanços científicos e o progresso industrial norte-americanos “*disponíveis para o crescimento e para o progresso das áreas subdesenvolvidas*” (Idem, p.59).

Após o discurso de Truman, surgiram algumas explicações para o fenômeno do subdesenvolvimento. Muitos partiram do princípio que ele já “estava lá”, outros levaram em conta o processo de exploração colonial, fatores internos e externos, como dependência e corrupção. Esteva (2000) destaca as contribuições dos teóricos dependentistas latino-

americanos e outros intelectuais de esquerda, que eram críticos as estratégias desenvolvimentistas dos Estados Unidos.

Hoje, não são poucos os grupos sociais em situação de conflitos territoriais, que se encontram cada vez mais encurralados como resultado das ofensivas do desenvolvimentismo. O desenvolvimentismo é conceituado por Sampaio Jr. (2012) como uma utopia burguesa, um projeto que visava enfrentar os desafios do desenvolvimento nacional nas economias latino americanas encontradas em um meio de dependência e do considerado subdesenvolvimento. Segundo o autor, as ações desse projeto causaram, na verdade, uma simplificação ao conceito de desenvolvimento, incorporado nas políticas como um mero processo de industrialização e modernização. Foi ressignificado em um caráter excludente, atingindo, principalmente, os povos e comunidades tradicionais, que com seus modos de vida e racionalidades diferentes são colocados à força na corrida pelo “progresso”, para se adequarem a esse processo evolutivo. São exemplos de imposições, como no período de incentivos à modernização do campo, lembrando que a década de 1970 também foi marcada pela ascensão e acolhida do neoliberalismo, que congruente com Harvey (2005):

[...] é em primeiro lugar uma teoria das práticas político-econômicas que propõe que o bem-estar humano pode ser melhor promovido liberando-se as liberdades e capacidades empreendedoras individuais no âmbito de uma estrutura institucional caracterizada por sólidos direitos a propriedade privada, livres mercados e livre comércio. O papel do Estado é criar e preservar uma estrutura institucional apropriada a essas práticas. [...]. (HARVEY, 2005, p.6)

Fundamentos que, de acordo com autor, são sedutores e por isso ganham legitimidade e se tornam dominantes. Porém, “a neoliberalização foi desde o começo um projeto voltado para restaurar o poder de classe” (Idem, p.13). Como visto, no Brasil os processos de rápida industrialização e modernização do campo não resultaram no que a utopia burguesia prometia, gerou entre tantos aspectos, incremento do êxodo rural e o encurralamento de modos de vida e territórios tradicionais.

Utilizamos a categoria *des-envolvimento*, com base nos estudos de Porto-Gonçalves (2004), como crítica ao entendimento e aplicação do conceito como sendo “o nome síntese da ideia de dominação da natureza. Afinal, ser desenvolvido é ser urbano, é ser industrializado, enfim, é ser tudo aquilo que nos afaste da natureza e que nos coloque diante de constructos humanos, como a cidade, como a indústria” (Idem, p.24). Concordamos com o autor que as políticas passaram a pregar o *des-envolvimento*, ou seja, representam o não envolvimento, pois *des-envolver* é tirar a autonomia que “cada cultura e cada povo mantém com o seu espaço, com

seu território; é subverter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza” (Idem, p. 39).

Para pensarmos nas propostas de des-envolvimento para o campo brasileiro, não podemos descolar da interferência sofrida por esta visão de mundo hegemônica, visto que a agenda da ação política do desenvolvimento incorpora as categorias e impõem políticas. Dentre elas os modelos ideais e excludentes, que são perpetuados tanto em relação global, como dentro de um mesmo território.

Recordamos agora, dentro do contexto brasileiro e Norte Mineiro, a experiência da Superintendência do Desenvolvimento do Nordeste – SUDENE, visto que foi criada com o objetivo de implantar políticas públicas para promover e coordenar o desenvolvimento das áreas afetadas pela irregularidade pluviométrica e dentro de um contexto considerado de atraso econômico (FURTADO, 1998).

A SUDENE foi criada pela Lei nº 3.692 de 15 de dezembro de 1959. Por Nordeste referiam aos Estados do Maranhão, Piauí, Ceará, Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco, Alagoas, Sergipe e Bahia, juntamente com a área mineira compreendida no Polígono das Secas. Para compreendermos essa inclusão é necessário lembrar que foi em 1936 a primeira designação de Polígono das Secas, através da Lei nº 175 de 1936. Nesta ocasião o Norte de Minas não foi incorporado, isto só aconteceu em 1946 pelo Decreto nº 9.857, posteriormente através da Lei 1.384 de 1951 o Polígono foi ampliado, incluindo novos municípios mineiros.

Criada a SUDENE, seu espaço de atuação foi definido como Nordeste¹¹ e a Área Mineira do Polígono das Secas. Através da Lei 4.269/63 (art.39), passam a considerar a Área Mineira como Nordeste, tal revisão veio a incorporar efetivamente esta região, já que poderiam haver controvérsias nos repasses de verbas, pois em alguns documentos citavam Nordeste, o que excluía Norte de Minas (OLIVEIRA, 2000).

No decorrer dos anos aconteceram alterações tanto no Polígono¹², como no número de municípios, em função das emancipações. Tendo em vista a atual regionalização, dos 89 municípios Norte Mineiros apenas três deles - Riachinho, São Romão e Santa Fé de Minas - não fazem parte da área de atuação da SUDENE. A partir daqui, neste capítulo, quando nos referimos a Norte de Minas e Nordeste, levamos em consideração este contexto de

¹¹ O Nordeste foi entendido também como englobando Sergipe e Bahia, que na época faziam parte da região Leste/IBGE, os estados foram incluídos efetivamente no Nordeste em 1969, após nova regionalização do IBGE (OLIVEIRA, 2000).

¹² As denominações: Área Mineira do Polígono das Secas, Área Mineira da SUDENE, Região Mineira do Nordeste, significaram a integração, no âmbito do planejamento federal, de alguns municípios do Norte do Estado de Minas Gerais às políticas de estímulo à produção do Nordeste do país (RODRIGUES, 2000, p.118).

planejamento da Superintendência e a relação de proximidade histórica que desembocam nas representações e logo nas ações de des-envolvimento.

O projeto da SUDENE foi elaborado por Celso Furtado, que na época era diretor do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Ele já realizava estudos sobre a seca, desde os anos em que esteve na Comissão Econômica para América Latina e o Caribe (CEPAL) a partir de 1948, onde analisava o Brasil e o Nordeste, tendo a possibilidade de realizar comparações com outras regiões da América Latina. A convite do Presidente Juscelino Kubitschek recebeu a oportunidade para centrar em seus estudos e além disso, promover intervenções. Seu contato com a CEPAL reflete em suas propostas neste projeto.

Dentre seus apontamentos, Furtado (1998) dizia que os problemas da região eram estruturais, por isso, investigou as dificuldades de competição e industrialização, realizando assim o trabalho para a criação da Superintendência. Anterior a isso, tivemos o Grupo de Trabalho para o Desenvolvimento do Nordeste (GTDN), criado em 1958 e também coordenado por ele, que escreveu e foi interventor, mas não concluiu seus trabalhos. Logo depois, organizou uma pequena equipe para fazer o projeto da SUDENE, que foi lançada como política de desenvolvimento do Nordeste, pelo presidente Juscelino. Ele ainda permaneceu à frente da Superintendência durante os governos de Jânio Quadros e João Goulart. Furtado (1998) entendia que essas políticas obtiveram alguns avanços na região.

A Sudene fez um trabalho excepcional, admirado, que no mundo inteiro se reconhece como importante. Fez com que o Nordeste tivesse um crescimento bem maior que o do resto do Brasil nesses 30 ou 40 anos. A renda *per capita* do nordestino era 40% da média brasileira, naquela época, quando cheguei lá; hoje em dia é 60%. [...] O Nordeste, hoje em dia, é outra coisa. Tem um sistema industrial bastante sólido, um sistema viário muito bom. Tudo isso foi feito; mas, na estrutura agrária não se tocou. Então, você tem 10 milhões de pessoas que passam fome quando há uma seca. (FURTADO, 1998, p.21)

O autor salienta que não conseguiu apoio em todas suas proposições, obteve resultados na industrialização e crescimento econômico, porém, foi diferente a receptividade em alguns pontos, como por exemplo, a reforma agrária e a irrigação. Havia proposto a Lei de Irrigação, que teve dificuldades de adesão já no conselho da Superintendência e chegando ao Congresso Nacional, foi barrada. Essa Lei consistia em uma desapropriação de terras para o recebimento do programa, que era em parte uma tentativa de reforma agrária da estrutura local, já que Furtado (1998) enxergava isso como importante para a desconcentração de renda e trabalho. A SUDENE foi criada trazendo a expectativa de superação dos estigmas e do desenvolvimento do Nordeste, porém, percebemos que houveram lacunas na execução e para

melhor compreensão dos desafios encontrados, citamos brevemente a experiência dos projetos destinados para a área mineira do Polígono das Secas.

Nos municípios Norte Mineiros, tivemos a indução para o crescimento econômico através da concentração dos incentivos do Estado em quatro eixos principais: grandes projetos agropecuários; industrialização; reflorestamento e projetos de irrigação (RODRIGUES, 2000). Considera-se que após o regime militar, a SUDENE manteve desviada de seus propósitos originais e suas ações acabaram direcionadas para a valorização do grande capital (Idem, p.170-171). Em maio de 2001, após descobertas uma série de irregularidades, a Superintendência foi extinta, posteriormente substituída pela Agência de Desenvolvimento do Nordeste (ADENE), mas nada que tenha resultado em mudanças estruturais ou conseguido ir contra as práticas coronelistas. A SUDENE foi reimplantada pela Lei Complementar nº 125, de 3 de janeiro de 2007, com sede e foro na cidade do Recife, estado de Pernambuco e vinculada ao Ministério da Integração Nacional, extinguindo a ADENE¹³.

O discurso da seca esteve muito presente nas políticas pensadas para estes sertões, fato que merece destaque, visto que pretendemos entender a representação das secas e sua ligação com a ideologia desenvolvimentista.

A Representação das Secas

A partir do século XVIII a seca passa estar frequentemente presente nos discursos sobre as regiões sertanejas e a influenciar na criação de órgãos e políticas. Segundo Silva (2006), foi com a seca de 1845 que tivemos os primeiros documentos sobre o assunto e que surgiram medidas por parte do governo. A primeira Comissão Científica criada para examinar a região foi em 1856, ainda no Governo Imperial, “a Comissão tinha uma composição multidisciplinar, sendo formada por cinco setores: botânica; geologia e minerologia; astronomia e geografia; etnografia; e narrativa” (Idem, p. 44). As principais recomendações provindas destes estudos apontavam como solução a açudagem, irrigação, reflorestamento, dry-farming¹⁴ e a abertura de estradas.

No Império e nos primeiros anos da República, o caráter das ações governamentais em relação as secas ocorreram de forma assistencialista, como por exemplo, durante a seca de 1877 a 1879, que ocasionou a morte de mais de um milhão de sertanejos e a atitude do

¹³ Lei Complementar Nº 125, de 3 de Janeiro de 2007. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp125.htm.

¹⁴ Sistema de exploração agrícola típico das áreas com deficiência de umidade, onde a agricultura é feita sem uso de irrigação, concentrando-se em produtos de ciclo vegetativo curto que aproveita a curta estação chuvosa. (FURTADO, 1998, p.17)

Imperador Pedro II foi oferecer joias da coroa para “acabar” com a seca na região (Idem, p.46). Mas foi a partir desse andamento que foram institucionalizadas as propostas de combate as secas.

Como visto no Quadro 4, tivemos em 1904 a criação da Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas e em 1906 a Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas, que demonstraram uma posição inconstante, sem planejamentos adequados (Idem, p.47).

Quadro 4: Órgãos de Combate as Secas

ANO	ÓRGÃOS DE COMBATE AS SECAS
1904	Comissão de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas
1906	Superintendência de Estudos e Obras Contra os Efeitos das Secas
1909	Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs)
1919	Inspetoria Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs)
1945	Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs)

Fonte: SILVA, 2006. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2018

Silva (2006) afirma que somente a partir da fundação da Inspetoria de Obras Contra as Secas (Iocs), através do Decreto nº 7.619, de 21 de outubro de 1909, que novo estágio da ação do estado foi estabelecido. A postura assumida pelo Iocs foi de cunho tecnicista, permaneceram com a ideia dos estudos para execução de obras hídricas, mas também realizaram “estudos das condições meteorológicas, geológicas, topográficas e hidrológicas das zonas de ocorrência das secas, coordenados por especialistas vindos dos Estados Unidos e da Europa, juntamente com alguns brasileiros” (Idem, p. 48). Ainda assim, muito em vista do teor técnico, os estudos físicos não somaram a estudos sobre as questões sociais, fazendo com que esses recursos governamentais não atingissem positivamente a população sertaneja.

A Inspetoria desagradou por sua falta de resultados, principalmente durante a seca de 1915 e mesmo com a formação de uma Comissão de Obras Novas, que objetivava dar respostas e ampliar as obras, as ações permaneceram com suas práticas assistencialistas, como a formação de “campos de concentração” para agrupar os retirantes, distribuição de alimentos e inclusive o incentivo à emigração para a Amazônia e para São Paulo. Após 10 anos de sua criação, a Iocs foi reformulada e a partir do Decreto nº 13.687 de 1919 se tornou a Inspetoria

Federal de Obras Contra as Secas (Ifocs). No mesmo ano foi instituída a Lei 3.965, que ficou conhecida como Lei Epitácio Pessoa, resultando na “Caixa Especial das Obras de Irrigação das Terras Cultiváveis no Nordeste e dos Serviços Complementares ou Preparatórios” (Idem, p.49).

A reformulação da Ifocs, porém, não foi bem-sucedida, os valores das obras acabaram superando o planejado, a contratação de empresas estrangeiras para os trabalhos nos açudes gerou questionamentos e nos governos de Artur Bernardes e Washington Luis, os recursos caíram grandemente. Três razões foram apontadas por Silva (2006, p. 50): “de um lado a concentração dos esforços da política econômica nas regiões Sul e Sudeste, tentando salvar a cambaleante economia cafeeira; a crise econômica, que exigia a contenção financeira; e a descrença nas obras que estavam sendo efetivadas no Nordeste”.

A Constituição de 1934 já apontou um artigo sobre as políticas de combate à seca, o Artigo 5º, inciso XV, onde colocava a obrigatoriedade do estado de resguardar a população dos efeitos da seca e um percentual mínimo do orçamento para isso. Em 1936 com a primeira designação de Polígono das Secas (Lei nº 175/1936), tivemos uma divisão que para Silva (2006) foi político-administrativa, pois não englobou necessariamente à zona semiárida, havia diferentes zonas geográficas, com diversos índices de aridez, que foi modificada inúmeras vezes, inclusive mediada por interesses políticos.

E novamente, em 1945, reestruturam o órgão que passa a chamar Departamento Nacional de Obras Contra as Secas (Dnocs), o objetivo era atribuir ao departamento serviços permanentes de obras e emergências. “Mais do que uma mudança de nomenclatura, nesse período, o órgão buscou modernizar-se e diversificar suas atividades, mesmo que mantivesse a concentração nas atividades de açudagem e irrigação” (Idem, p.52). Na Constituição de 1946, por meio do Artigo 198, é mantido o gasto mínimo da União nas obras e serviços de assistência econômica e social, e com a Lei 1.004 de 1949 criou-se o “Fundo Especial das Secas”, introduzindo novas prioridades na destinação dos recursos, como o resguardo de um quinto da verba para os atingidos pela seca, com obras de emergência, serviços de assistência e empréstimos aos produtores rurais. Mas mesmo com essa nova tentativa de modificações nas ações, as críticas permaneceram e justamente pela reprodução das mesmas ineficácias. As grandes críticas eram:

- a) a açudagem, vista como ineficiente e custosa, encontrando no próprio clima do Semi-árido, com temperaturas bastante elevadas durante quase todo o ano, seu principal limite, devido à evaporação; b) a fragilidade da estrutura física dos pequenos e médios açudes, que se rompiam com as grandes enxurradas e não conseguiam acumular água suficiente para abastecimento por tempo suficiente nos anos seguidos de seca; c) falhas de funcionalidade social dos grandes açudes que não foram concebidos para garantir melhoras na produção agrícolas, tendo em vista que alguns

estavam localizados longe de várzeas irrigáveis, e os que favoreciam a distribuição de água por gravidade para áreas irrigáveis atendiam a um número limitado de famílias; e d) as áreas irrigadas, dominadas pelos canais, permaneciam sob o domínio dos grandes proprietários que mantinham seu interesse principal no uso das águas para manutenção das fazendas de gado. (SILVA, 2006, p.53)

Falando especificamente do contexto Norte Mineiro, inferimos que ele manteve suas relações com o Nordeste e de maneira diversa esteve também incluso em determinadas ações de combate as secas. Alguns municípios do Norte de Minas foram incorporados oficialmente na área de atuação de obras contra a seca da Iocs, através do Decreto nº 9.256, de 28 de dezembro de 1911, o seu artigo 1º regulamentou os serviços e a área de atuação do referido órgão. Em 1936, na política da Ifocs, o Governo Federal criou a área do Polígono da Seca para que pudessem “ordenar a distribuição dos recursos entre os municípios assolados pelas secas contínuas”, onde a delimitação foi uma forma de fazer uma “intervenção de caráter imediatista na busca de soluções para minimização dos efeitos das secas. Para isto, investiu-se, principalmente em obras de infraestrutura hidráulica” (PEREIRA; LESSA, 2011, p.41).

Como discutido anteriormente, a inclusão do Norte de Minas no Polígono, só ocorreu em 1946, através do Decreto que transformou a denominação do órgão para Dnocs¹⁵. A partir deste ano, passou a atuar de forma mais efetiva na região, conseqüentemente em 1948 abriu seu escritório em Montes Claros, realizando obras de infraestrutura com o intuito de atenuar os efeitos da seca. As obras executadas no Norte de Minas foram: construção de açudes, perfuração de poços artesianos, serviço de distribuição de água, serviço de esgoto, abertura de estradas de rodagens e construção de pontes para dar acesso aos açudes (PEREIRA; LESSA, 2011, p.42).

Ao recordamos sobre alguns órgãos e medidas de combate as secas, percebemos as ineficácias em suas ações, que podemos justificar de duas formas, primeiro a prevalência de uma visão dicotômica da natureza e segundo o jogo de interesses das elites locais.

O regionalismo nortista utilizou fortemente a problemática da influência do meio. Albuquerque Jr. (2006, p.58) afirma que a seca foi percebida como tema que emocionava, mobilizava, logo tornou-se argumento para que conseguissem a construção de obras, recursos financeiros, cargos no Estado, entre outros. As perspectivas que prevaleceram nas ações de combate as secas, foram formuladas considerando-as como fenômeno natural, colocando a

¹⁵ Decreto nº 9.857/1946: “[...] A Inspeção Federal de Obras Contra as Secas (IFOCS) [...] passa a denominar-se DNOCS [...] e tem por finalidade a realização de todas as obras destinadas a prevenir e atenuar os efeitos das secas na região [...] na área compreendida entre a margem direita do Rio São Francisco desde Barra no Estado da Bahia, até Pirapora, Estado de Minas Gerais, a linha Montes Claros e a linha Montes Claros-Amargosa, no Estado da Bahia [...]”. Disponível em: Oliveira (2000, p.45).

técnica como a solução, já que o homem possui a opção de interferir e até modificar a natureza, ou seja, combater a seca. A influência da expansão capitalista também foi sentida, posto que principalmente a partir das medidas gestadas pela SUDENE, a proposta do acesso ao desenvolvimento e crescimento econômico é posto como necessário.

O que podemos perceber a partir das características destas políticas, é que elas se ligam a visão de natureza construída pela ciência moderna. Latour (1994), ao falar sobre a constituição da modernidade, procurou compreender a dupla separação, posta neste período, entre humanos e não humanos, mundo social e mundo natural. Na modernidade, compreendemos a constituição como o texto comum que define este acordo e separação, define os humanos e não humanos, suas propriedades e suas relações, suas competências e seus agrupamentos. Latour (1994) afirma que o mundo moderno jamais existiu, pois jamais funcionou de acordo com as regras de sua Constituição, ou seja, há uma grande contradição nas construções das representatividades sobre a natureza, o que desemboca nas relações e ações entre homem e mundo natural.

A dicotomia homem e natureza é percebida em diversas ações humanas, inclusive nas políticas de combate as secas, onde temos propostas de enfrentamento através de um desenvolvimento associado a uma visão de progresso econômico, que faria superar a irregularidade pluviométrica. Sachs (2000, p.127) diz que a natureza, quando se torna objeto de política e planejamento, transforma-se em “meio ambiente”, o que “faz a natureza parecer passiva e sem vida, simplesmente esperando sofrer ação externa”. Mas é preciso ressaltar que esta oposição é apenas uma visão de mundo, representando uma ideologia ocidental, que aspira homogeneização, mas outras racionalidades, que não enxergam essa dualidade imposta através desses marcos de referências, existem e resistem.

Pensando então, que o Polígono das Secas agrupava as regiões ditas atrasadas, de miséria e fome, resultado apenas natural do clima e da terra, as elites locais procuravam favorecer com essa imagem construída, o que alguns autores, como Furtado (1998), referem como *Indústria das Secas*. Com a perpetuação desses estigmas as elites conseguiam arrecadar recursos que foram monopolizados em suas grandes fazendas, enquanto os sertanejos, continuavam sendo explorados como mão de obra barata e sem benefícios com as políticas públicas. Segundo Furtado (1998, p.22), a seca é o colapso da produção agrícola e esse colapso se traduz em fome. O autor não deixa de lado as questões da seca e sua relação com a pobreza, mas ele salienta que a grande problemática está na estrutura agrária.

Castro (1984), ao escrever uma geografia da fome do Brasil, fez seu estudo com base na distinção de cinco áreas alimentares, onde o sertão do Nordeste aparece como *área de*

fome, pois dentro do conceito geográfico do autor, as deficiências alimentares que se manifestavam incidiam sobre a maioria dos indivíduos. Castro (1984) descreve longamente as grandes mazelas de fome nos períodos das secas, através de três tipos: parcial (4 a 5 anos), generalizada (10 ou 11 anos) ou excepcional (ciclo de 50 anos), ressaltando que ainda não se descobriu a lei que comanda as suas frequências (Idem, p.208). Nos dias de chuvas a paisagem é destacada em verde, são dias de boa alimentação para a população, já nas secas, a paisagem transforma e começa um ciclo de retirada, fome, doenças, desequilíbrios e sofrimentos. A princípio sua descrição nos faz remeter a este fenômeno como o único fator de tais mazelas, porém, ele nos mostra a questão estrutural das secas.

Pelo Brasil afora se tem a ideia apressada e simplista de que o fenômeno da fome no Nordeste é produto exclusivo da irregularidade e inclemência de seu clima. De que tudo é causado pelas secas que periodicamente desorganizam a economia da região. Nada mais longe da verdade. Nem todo o Nordeste é seco, nem a seca é tudo, mesmo nas áreas do sertão. Há tempos que nos batemos para demonstrar, para incutir na consciência nacional o fato de que a seca não é o principal fator da pobreza ou da fome nordestinas. Que é apenas um fator de agravamento agudo desta situação cujas causas são outras. São causas mais ligadas ao arcabouço social do que aos acidentes naturais, às condições ou bases físicas da região. (CASTRO, 1984, p.247)

O autor é mais um a denunciar a estrutura agrária como o fator desagregador da vida dos sertanejos. É preciso que tenhamos a compreensão da realidade histórica local, da desigualdade social, da concentração fundiária, da presença da monocultura, do latifúndio, para não cair em explicações reducionistas. Castro (1984) foi um dos críticos das ações da SUDENE, por considerar inconsistentes os princípios que constavam no documento de base, como quando “afirmam que o subdesenvolvimento do Nordeste é produto da pobreza de sua base física e quando advogam o deslocamento dos supostos excedentes estruturais de sua população” (Idem, p.250), mesmo reconhecendo que pela primeira vez os problemas do Nordeste foram olhados de forma mais séria.

Em suma, as ações mantiveram uma visão dicotômica e instrumental, que ocasiona as populações locais uma convivência com as “políticas públicas que são também áridas e escassas de possibilidades de sobrevivência digna” (PAULA, 2009, p.80). Ao longo do tempo foram eternizando os problemas das secas, mudando as formas, mas não os conteúdos de exploração do meio e das populações da região.

Segundo Paula (2009, p.81), “enquanto os recursos naturais se esvaem, as populações seguem o movimento de deixar seus lugares em busca de trabalho. Não estão fugindo das estiagens, mas fugindo da não sobrevivência imposta pela privatização da terra e da água”. O processo migratório torna-se uma consequência destas políticas, que para as populações locais foram de expropriação e cercamento de territórios.

A migração esteve presente na vida das comunidades rurais durante todos esses processos destacados no capítulo. Como forma de resistência camponesa, nos ciclos econômicos, a partir da modernização do campo e das políticas públicas de combate as secas, que reproduziram um discurso tecnicista da busca de um desenvolvimento vinculado a ideia de progresso meramente econômico. Foram processos de expropriação e migração.

Processo Migratório: repensando as migrações internas no contexto rural brasileiro

Os incentivos para a substituição das práticas e insumos tradicionais por aqueles produzidos pela indústria, como os adubos químicos, agrotóxicos, tratores e sementes convencionais, geram para o sertanejo dependência à indústria e diverge das práticas tradicionais. Esse é um dos momentos que merecem maior destaque, quando nos propomos compreender os processos migratórios, pois a modernização agrícola está ligada as migrações em busca de trabalho e como exposto por Paula (2003, p.29), “as relações capitalistas incentivam a mobilidade espacial da população. Os trabalhadores migram em busca de trabalho em função do modo de produção capitalista que unifica o mercado de trabalho urbano e o mercado de trabalho rural”.

Na medida em que passa a existir a prevalência de uma visão fabricada da natureza, onde ela pode ser transformada de qualquer forma pela interferência das tecnologias humanas, foi crescente a industrialização do campo na busca de maiores lucros. Todavia, os pequenos agricultores rurais, ao acessarem tais tecnologias, vão sendo introduzidos em diversos mercados. Graziano da Silva (1996) diz que o avanço da industrialização no Brasil foi pensado para gerar lucros para o grande capital, não para os pequenos produtores, que passaram a comprar rações, medicamentos, máquinas, sementes, entre outros. Por esse motivo, esse período foi de forte expropriação, gerando diversos processos migratórios.

O fato é que a expansão da grande empresa capitalista na agropecuária brasileira nas décadas de sessenta e setenta foi ainda muito mais acelerado que em períodos anteriores. E essa expansão destruiu milhares de pequenas unidades de produção, onde o trabalhador rural obtinha não apenas parte da sua própria alimentação, como também alguns produtos que vendia nas cidades. É essa mesma expansão que transformou o colono em boia-fria, que agravou os conflitos entre grileiros e posseiros, fazendeiros e índios, e que concentrou ainda mais a propriedade da terra. (GRAZIANO DA SILVA, 1996, p. 5)

Esse processo foi referido por Durham (1978), como *crise dos meios de subsistência*, onde para manter o processo de expansão capitalista e industrial, limitam as terras que se tornaram também mercadorias e criam novas necessidades que só são adquiridas através do dinheiro. Na medida em que estimulam o aumento da produção para venda, precisam

adquirir certos utensílios e a produção para alimentação fica em segundo plano, gerando a necessidade inclusive da compra de mantimentos. Assim, o processo migratório é propagado, motivado como a esperança de melhoria de vida, um ciclo vicioso de expulsão, como relatado por um migrante entrevistado por Paula (2003, p. 92), que ao ser perguntado sobre os motivos de sua ida para a cidade, diz que: “*Na roça acabou tudo, não tem trabalho, não tem comida, e a terra já não é mais nossa, tivemos que sair. Falaram prá esperar, que vai vim um programa, que vai ter melhora, mas... já é velha esta história. De esperança a gente vévé, de expectativa não*” (sic.).

Tivemos como resultado as migrações do campo para cidade, como também incremento das migrações temporárias. Singer (2008) coloca como o motor principal das migrações internas a criação de desigualdades regionais, em decorrência dos *fatores de expulsão* que são de *mudança* ou *estagnação*. Os *fatores de mudança* são resultado da introjeção de modos de produção capitalista nas áreas com lógicas diferentes, isso gera a expropriação dos camponeses, agregados, agricultores, entre outros povos nativos. Os *fatores de estagnação* decorrem de uma grande pressão da população sobre áreas cultiváveis disponíveis, muitas vezes por conta da monopolização dos grandes proprietários. No meio rural brasileiro, os fluxos migratórios foram estimulados por *fatores de estagnação*, mas principalmente por *fatores de mudanças*, pois dentro do processo de difusão dos modos de produção capitalista, a agricultura familiar foi forçada a mudança de técnica para elevar a produtividade.

Graziano da Silva (1996) nos aponta para um processo de modernização parcial, isso tanto entre produtos, como regiões. Para o autor passou a existir as *culturas de rico* (café, cana de açúcar, trigo, soja...) e as *culturas de pobre* (feijão, fava, arroz, milho...), acentuando as disparidades regionais. O centro-sul se destacou com maior produção industrial e agrícola, claro que as distinções aconteceram também dentro das regiões. Esse processo de modernização parcial acarretou justamente no aumento da sazonalidade de trabalhadores rurais. Não foram em todas as etapas do ciclo produtivo que o trabalho manual foi substituído por máquinas e o acesso a elas foi mais forte em áreas de monocultura dos grandes proprietários de terras. Então, durante as épocas das colheitas das *culturas de rico*, muitos trabalhadores tornaram-se mão de obra temporária, o que veio a modificar também as relações de trabalho no rural (Idem, p.20).

O migrante temporário para Martins (1988) é o sujeito que vive incluso em um universo social da migração, para ele esse processo não é apenas estar em *trânsito*, ou um simples movimento por vontade própria, inclui *transição* de tempos, vivências, espaços sociais e geográficos, condicionados por contradições sociais e envolvidos em uma trama histórica,

peçoal e de grupo. Além disso, essas migrações em sua maioria estão dentro de um processo de desatar laços familiares e criar laços do desenvolvimento do capital, como a exploração da agricultura familiar, e a inversão e invasão que acontece no seu calendário pelo ciclo capitalista. Assim muitos migrantes temporários saem para trabalhar como assalariados, para conseguir dinheiro que será utilizado na reprodução das condições de vida no seu lugar de origem.

Ser migrante temporário é viver tais contradições como duplicidade; é ser duas pessoas ao mesmo tempo, cada uma constituída por específicas relações sociais, historicamente definidas; é viver como presente e sonhar como ausente. É ser e não ser ao mesmo tempo; sair quando está chegando, voltar quando está indo. É necessitar quando está saciado. É estar em dois lugares ao mesmo tempo, e não estar em nenhum. É, até mesmo, partir sempre e não chegar nunca. (MARTINS, 1988, p. 45)

A temporalidade está presente em todos os processos, do migrante temporário que vai e volta com suas chegadas e partidas. No processo de migração permanente daqueles que foram e ficaram, mas buscam o sentido de estar em casa, sonham em retornar. E foi neste período também que a *caminho da cidade*, muitos trabalhadores foram buscar a reprodução da vida.

Durham (1978) revela que a saída do campo para a cidade já evidencia uma transformação nos critérios de avaliação do trabalho, a necessidade de dinheiro, novos sonhos e ambições. Chegando na cidade a maioria se ocupa de subempregos, nas palavras da autora, de *trabalhos marginais*, isso acontece pela falta de qualificação¹⁶, o que conduz os sujeitos a serviços sem contrato legal e de baixas remunerações. As mulheres trabalham como domésticas, babás, cuidadoras. Os homens vendedores ambulantes, trabalhadores da construção civil, entre outros.

A princípio não existe escolha ao migrante, já que na cidade não há meios de prover sua subsistência. Mas é preciso salientar que suas decisões ainda serão pautadas pelos valores da sociedade de origem, por isso, Durham (1978) aponta a valorização do trabalho autônomo como ligação ao trabalho familiar na terra de origem. Outra relação que permanece é referente a ligação com a família, geralmente não migra todo o núcleo familiar, avós cuidam de netos, esposas esperam seus maridos, é preciso que alguém permaneça para que se tenha lugar para voltar. “Restabelece-se assim a relação entre subemprego urbano e economia de subsistência rural, através de um ciclo que envolve a transferência de um para o outro” (Idem, p.154).

Fato também demonstrado pelos estudos de Paula (2003) sobre a integração dos migrantes rurais no mercado de trabalho na cidade de Montes Claros - MG. Saem do campo

¹⁶ Reconhecimento legal de sua condição e documentos: “Consiste na aquisição de padrões culturais que se referem não apenas a novas técnicas, mas, inclusive, a novas normas de relações sociais e de valores que se manifestam como atitudes e motivação para o trabalho” (DURHAM, 1978, p. 147)

com a expectativa de mobilidade social e ao chegarem no meio urbano encontram relações de trabalho muito antagônicas. A necessidade de sobrevivência gera adaptações, submissão, “o que significa uma dependência direta com os mais variados processos de produção do capital” (Idem, p.124). Ainda assim, não resultando em uma integração de igualdade no sistema de trabalho.

O ir e vir é presente nas histórias sertanejas e por isso buscamos entender esse processo a partir da categoria analítica migração, compreendendo-a não como uma simples opção casual, pois “como qualquer outro fenômeno social de grande significado na vida das nações, as migrações internas são sempre historicamente condicionadas, sendo o resultado de um processo global de mudança, do qual elas não devem ser separadas” (SINGER, 2008, p.29).

Ao analisar, as migrações internas na Comunidade do Touro, buscamos o contexto histórico das políticas de des-envolvimento, para entender se há relação com as mobilidades, perpassando pela caracterização da trajetória dos migrantes e das estratégias de resistência.

A migração é aqui entendida como um processo social complexo, uma rede, um emaranhado de relações sociais, ela “pode ser definida como mobilidade espacial da população, sendo um mecanismo de deslocamento populacional, reflete mudanças nas relações entre as pessoas (relações de produção) e entre essas e o seu ambiente físico” (BECKER, 1997, p. 323). Migrar não é algo novo, ou emergente da sociedade moderna, é um acontecimento frequente, pessoas colocavam-se em travessias pelas mais diversas situações, e para várias localidades:

Desde as invasões dos povos bárbaros asiáticos até os migrantes dos novos tempos, grupos populacionais põem-se em movimento: lutam pela hegemonia de novos territórios, fogem de perseguições étnicas e repressões múltiplas, vislumbram a possibilidade de terras e mercados de trabalho mais promissores, ou simplesmente perambulam em busca de tarefas que lhes assegurem a mera subsistência (BECKER, 1997, p.319).

As análises de Sayad (1998) tornam-se importante para nosso estudo, tendo em vista que referimos à migração como um processo social complexo, de saída e chegada, de presença e ausência, para além do deslocamento geográfico. O sujeito migrante nunca retorna o mesmo, ele se modifica e modifica as suas relações com seu grupo de origem, bem como, o lugar de origem e destino. O autor caracteriza a imigração (1998) como um *fato social total*, para ele essa definição é uma das poucas que gera concordância entre a comunidade acadêmica, lembrando também como os estudos migratórios apresentam um caráter interdisciplinar, “todo o itinerário do imigrante é, pode-se dizer, um itinerário epistemológico, um itinerário que se dá, de certa forma, no cruzamento das ciências sociais, como um ponto de inúmeras disciplinas” (Idem, p. 15).

Dizer que a migração é um fato social total, nos coloca na condição de falar da sociedade como um todo, em sua dimensão diacrônica (perspectiva histórica) e em sua extensão sincrônica (estruturas e funcionamentos presentes da sociedade), sem separar isso de todo o percurso, de saída e chegada (Idem, p.16).

Como forma de operacionalizar nosso estudo, optamos por estudar a migração na Comunidade, pensando-a a partir de três categorias: os saberes, os espaços e as redes de relações sociais. A escolha por estas categorias ocorre pelos estudos realizados através da participação no Projeto de Pesquisa: “*Do Sertão para outros mundos*”¹⁷, que nos possibilitou uma rica experiência ao estudar e analisar como ocorre a formação e a manutenção das redes de relações sociais nos processos migratórios de trabalhadores sertanejos. Os estudos e trabalhos de campo vem revelando o itinerário do migrante, as redes que vão sendo tecidas, as trocas e saberes, e todo o espaço que é percorrido e sentido.

Levando em consideração nossa crítica as políticas de des-envolvimento e seus reflexos nas vidas sertanejas, dedicamos o próximo capítulo para compreender tais políticas na realidade pesquisada.

¹⁷ O Projeto de Pesquisa “*Do Sertão para outros mundos*”: *As redes de relações sociais nos processos migratórios para o trabalho do/no Norte de Minas Gerais* – aprovado no Comitê de Ética e Pesquisa pela portaria CEPEX 034/2017, é realizado pelo Grupo de Estudos e Pesquisa sobre comunidades tradicionais do Rio São Francisco – Opará/Mutum.



**CAPÍTULO II – COMUNIDADE DO TOURO, SUAS GENTES E IDENTIDADES: OS
REFLEXOS DO DES-ENVOLVIMENTO**



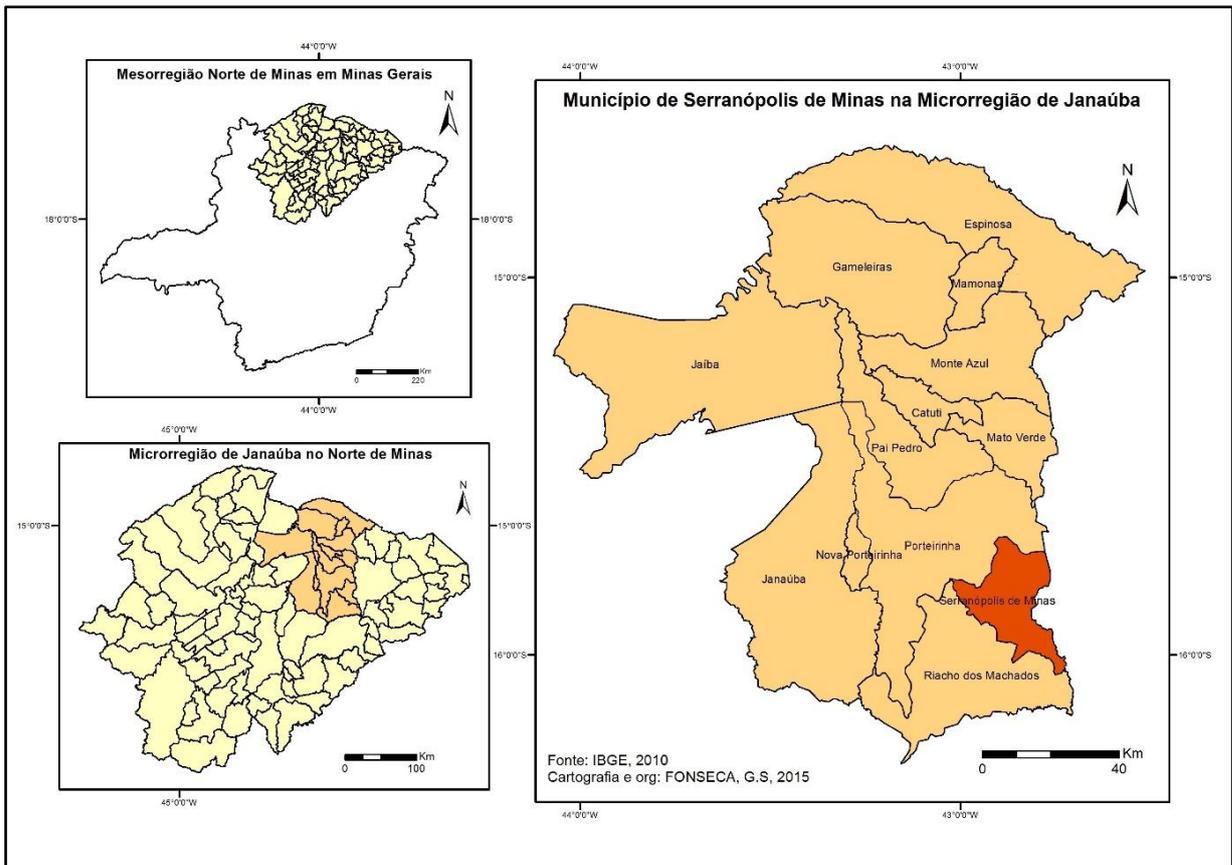
Este capítulo discute o contexto que insere nosso estudo de caso, buscando através das memórias dos moradores, descrever o histórico de formação do lugar e compreender as políticas de des-envolvimento que interferiram nas dinâmicas da Comunidade do Touro, no município de Serranópolis de Minas.

O Universo da Pesquisa: contexto histórico e políticas de des-envolvimento

Antes de explicar como “chegamos” ao Touro, falamos das tramas que envolvem a Comunidade, localizada no município de Serranópolis de Minas. Este município, segundo a regionalização de 1990 do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), pertence a mesorregião Norte de Minas, que compreende 89 municípios distribuídos em sete Microrregiões¹⁸: Bocaiúva, Montes Claros, Janaúba, Januária, Salinas, Grão Mogol e Pirapora. Serranópolis de Minas está na Microrregião de Janaúba (MAPA 1), juntamente com Catuti, Espinosa, Gameleiras, Jaíba, Janaúba, Mamonas, Mato Verde, Riacho dos Machados, Monte Azul, Nova Porteirinha, Pai Pedro e Porteirinha. Sendo limítrofe a Porteirinha, Riacho dos Machados e Rio Pardo de Minas (microrregião de Salinas).

¹⁸ O IBGE elaborou a Divisão Regional do Brasil em Mesorregiões e em Microrregiões geográficas, regulamentada pela PR-11, de 5 de junho de 1990. Por essa regionalização, o estado de Minas Gerais foi dividido em 12 Mesorregiões e em 66 Microrregiões (FONSECA, 2015, p.24). As microrregiões são conhecidas por seu uso prático pelo IBGE com finalidades estatísticas e são divididas com base nas proximidades espaciais, econômicas e sociais (BATISTA, 2010, p. 27).

Mapa 1: Localização do Município de Serranópolis de Minas



Fonte: IBGE, 2010. Cartografia e Org.: FONSECA, G. S., 2015. Adaptação: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2018.

Além desta divisão regional do IBGE, Serranópolis de Minas está no Território da Cidadania da Serra Geral, que engloba os 13 municípios citados da microrregião de Janaúba, incluindo Manga, Matias Cardoso e Verdelândia. O Território¹⁹, foi constituído no âmbito do Programa Nacional de Desenvolvimento de Territórios, da Secretaria de Desenvolvimento Territorial (SDT), do Ministério de Desenvolvimento Agrário (MDA) e aprovado em setembro de 2003 pelo Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável (CEDRS). Construído como um “espaço de participação, discussão, proposição, deliberação, implantação, gestão e controle social das políticas públicas de desenvolvimento rural sustentável” (NEDET, 2016, p.4).

¹⁹ No texto, sempre quando estivermos nos referindo ao Território da Cidadania da Serra Geral, a palavra Território será grafada em maiúsculo.

Segundo dados do Projeto Núcleo de Extensão em Desenvolvimento Territorial do Norte e Noroeste de Minas (NEDET, 2016)²⁰, a população total do Território é de 285.678 habitantes, dos quais 36,82% vivem na zona rural. Possui 19.357 agricultores familiares, 1.793 famílias assentadas e 21 comunidades quilombolas. A população rural relativa desse espaço com 36,82% é comparativamente maior do que a média nacional (15,6%) e estadual (14,7%) (BARBOSA; ZIMMERMANN; TECCHIO, 2013, p.171). Assim como parte do Norte de Minas, o Território da Serra Geral, configura-se como uma região semiárida, prevalecendo a economia agrária e pecuária, voltada para o mercado local e regional, “cuja população há décadas convive com um forte grau de pobreza econômica” (NEDET, 2016, p.4).

Observando a situação inerente a Serranópolis de Minas, a prevalência rural é mais representativa ainda (TABELA 2), pois a partir dos dados disponíveis sobre a população local, percebemos que esta predominância é mantida. Em 1991 a população rural era de 71,25%, em 2000 de 61,20% e segundo o último censo do IBGE, em 2010 de 66,80%.

Tabela 2: População rural, urbana e total de Serranópolis de Minas-MG. 1991, 2000 e 2010

CENSO	POPULAÇÃO URBANA	POPULAÇÃO RURAL	POPULAÇÃO TOTAL
1991	1.302	3.226	4.528
2000	1.567	2.471	4.038
2010	1.728	2.697	4.425

Fonte: Dados do IBGE e da Fundação João Pinheiro. Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2018

Apreciando estes dados segundo as contribuições de Veiga (2004), podemos afirmar que falamos de um município rural, mesmo com a estimativa do IBGE de aumento da população para 4.752 pessoas em 2018. Segundo o autor foi através do Decreto nº 311 de 2 de março de 1938, que surge o equívoco de designar que toda sede de município é cidade. Uma definição estritamente administrativa, que não demonstra a realidade e não considera critérios estruturais e funcionais, como, por exemplo, localização, número de habitantes, de moradias, densidade demográfica, a existência de serviços, entre outros. Atualmente no Brasil são cerca de 5.570 municípios, logo cidades, mas Veiga (2004) já apontava que mais de 80% das sedes dos municípios rurais não poderiam ser designadas enquanto cidades, onde a maioria tinha

²⁰ Relatório Final - Território da Cidadania Serra Geral, (Edital CNPq/MDA/SPM-PR – Gestão de Territórios da Cidadania Nº. 11/2014), realização: NEDET, NIISA, UNIMONTES. Informações disponíveis no site: <http://niisa.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Relat%C3%B3rio-Serra-Geral.pdf>.

menos de 20 mil habitantes. “Seja como for, uma coisa é certa: nem tudo é urbano” (VEIGA, 2004, p.29).

Buscando entender como foi a povoação de Serranópolis de Minas, o IBGE aponta para a imprecisão sobre a data de chegada dos primeiros povoadores, porém, sabe-se que teve início durante o século XIX. Galdino Teixeira de Souza, fundador da Fazenda Conceição, por isso, conhecido como Galdino da Conceição, foi um dos mais antigos moradores da região, participando da fundação do Povoado de Nossa Senhora do Jatobá, que depois veio a ser o Distrito de Jatobá. Além de Galdino, chegaram ao local, entre meados e final do século XIX, atraídos pelas terras férteis e pelas abundantes águas do Rio Mosquito, outros pioneiros, como Ananias José Alves, Antônio dos Santos e Oscar Antunes, oriundos de Jacaraci e Condeúba, na Bahia. Que vieram a ser, no início do século XX, os principais representantes políticos da região.

A formação administrativa iniciou-se em 30 de agosto de 1911, pela Lei nº 556, criando o distrito de Nossa Senhora do Jatobá, nome que deve-se à grande quantidade de jatobazeiros existentes às margens do rio. Pela Lei nº 805, de 22 de setembro de 1921, por razões desconhecidas, a sede do distrito foi transferida para o Povoado de São Joaquim da Porteirinha (atualmente Porteirinha). O povoado de Jatobá recuperou a condição de sede de distrito em 1936 e após a emancipação de Porteirinha (Decreto nº148/1938), desmembrou-se de Grão Mogol e passou a compor essa nova unidade administrativa, mudando seu nome em 1944 para Serranópolis. No dia 21 de dezembro de 1995, através da Lei nº 12.030, foi criado o município de Serranópolis de Minas, instalado a 01 de janeiro de 1996²¹.

Deste modo, assim como outros municípios próximos, Serranópolis de Minas origina-se através de povoadores vindos da Bahia e demais regiões do Nordeste, lugar de passagem de tropeiros e de encontros múltiplos. Os acontecimentos históricos, as relações com o ambiente e demais fatores socioeconômicos são determinantes nas formações das tradições, modos de vida e cultura.

No Território da Serra Geral, Barbosa, Zimmermann e Tecchio (2013), fazem uma diferenciação de dois espaços, destacados como a Serra do Espinhaço e a região do Rio São Francisco, contrastantes em seus processos de formação e colonização. No lado dos rios São Francisco, Verde Grande e Gorutuba, temos os municípios de Jaíba, Janaúba, Manga, Matias

²¹ Informações contidas no IBGE Cidades. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serranopolis-de-minas/historico>.

Confirmadas pelo Site da Prefeitura de Serranópolis de Minas. Disponível em: <https://www.serranopolisdeminas.mg.gov.br/index.php/a-cidade/historia-da-cidade>.

Cardoso, Nova Porteirinha e Verdelândia. A história de ocupação está relacionada à formação de extensas comunidades quilombolas que refletem intensamente na dinâmica agroambiental dos lugares. No lado da Serra do Espinhaço²², que localmente é chamada de Serra Geral (nome do Território), temos Catuti, Espinosa, Gameleiras, Mamonas, Mato Verde, Monte Azul, Pai Pedro, Porteirinha, Riacho dos Machados e Serranópolis de Minas. Situados na encosta ou sopé da Serra possuem vegetação típica de caatinga, com baixas taxas pluviométricas, configurando “um padrão de agricultura assentado em grande contingente de agricultores familiares proprietários de pouca terra” (BARBOSA; ZIMMERMANN; TECCHIO, 2013, p.177).

No primeiro capítulo tratamos das políticas de des-envolvimento nas quais o sertão Norte Mineiro foi exposto. Dentre os municípios do Território, as políticas viabilizadas foram sentidas segundo as particularidades destes dois espaços e de acordo com a política voltada para o Norte de Minas.

Na povoação do Rio São Francisco, as principais políticas foram os projetos de agricultura e fruticultura irrigada, como o Projeto Jaíba e o Projeto Gorutuba, os dois “objetivam irrigar mais de 110 mil hectares. Os principais cultivos são banana e cana-de-açúcar” (BARBOSA; ZIMMERMANN; TECCHIO, 2013, p.176). Pesquisadores, como Anaya (2012), Araújo (2009), Costa (1999) e Oliveira (2005), apontam para os processos decorrentes deste des-envolvimento, são histórias de territórios expropriados e ameaçados, modificando drasticamente os modos de vida locais.

Na povoação da Serra do Espinhaço, as políticas de des-envolvimento concentraram-se na monocultura algodoeira e como apontam Feitosa e Barbosa (2006), muitos dos agricultores familiares passaram a acessar créditos rurais e vender suas produções para agroindústrias, transformando suas propriedades em minifúndios monocultores. Relação que causou grande dependência a essa nova lógica, trazendo inúmeras consequências, principalmente porque depois do *boom* do algodão houve uma grande crise do produto. Dedicaremos uma seção deste capítulo para analisar os tempos da monocultura do algodão que atingiu fortemente a Comunidade do Touro, em Serranópolis de Minas.

Cada município do Território da Serra Geral foi atingido por estes eixos de des-envolvimento, de maneira e intensidades diferentes, mas tais processos desencadearam diversas mobilizações para reivindicar territórios, modos de vida, fortalecimento de redes, dentre outros.

Desta forma, representamos sinteticamente as mazelas que tomaram conta do Norte de Minas, transcrevendo alguns versos de Oscarino Aguiar Cordeiro (2017), poeta, educador

²² No texto quando falarmos do Território da Cidadania utilizamos Serra Geral, mas para falar especificamente da Serra que cerca esses municípios, utilizamos Serra do Espinhaço.

popular e agricultor familiar da Comunidade Caatingueira da Lagoa, em Serranópolis de Minas. Palavras de quem viveu a promessa do desenvolvimento e viu a chegada do não envolvimento.



Chegou à nossa região um tal desenvolvimento
Vindo lá do estrangeiro, trazido por um grupo de gente
Que vivia só explorando e não falava claramente

Diziam que aqui estava esquecido e atrasado
O povo era preguiçoso, simples e mal-educado
Que o nosso país precisava de homens mais avançados

Derrubando nossas matas, Caatingas e também Cerrados
Até nas margens dos rios eles faziam roçados
Transformando tudo em carvão, tendo fornos para todos os lados

Chegaram às nossas cidades as empresas para atender
Os homens precisavam plantar, cuidar das roças e colher
A lavoura que o pobre cuidava, precisavam os técnicos de ver

Na lavoura daquela gente tinha até financiamento
O pequeno ia ao banco fazer seu cadastramento
Para receber o dinheiro e tocar o progresso para frente

Contratavam os diaristas para fazer todas as limpezas
Derrubavam as árvores desrespeitando a natureza
Visando só aos seus bolsos para ter grande riqueza.

Tombavam a terra com trator matando a sementeira
Fazendo do solo fértil uma grande impureza
Compactando o terreno, virando tudo poeira

Para colher um bom produto precisava de muito cuidado, batendo veneno forte
Toda semana, marcado
Não sabendo que o seu sangue estava ficando intoxicado

Com este tipo de coisa o nosso povo muito perdeu
A nossa cultura e os costumes e nada se resolveu
Com este tal desenvolvimento muitos companheiros já morreram (CORDEIRO, p.74-75)



Ao estudar sobre esses processos que ocorreram no cenário que perpassa a Serra do Espinhaço, retorno um pouco as minhas origens, um território que não é estranho, faz parte das minhas vivências e ancestralidade. Posso dizer que talvez seja uma “nativa”. Menina porteirinhense que durante a infância, especialmente nos finais de semana, pegava a *estrada de chão* até Serranópolis de Minas para visitar os avós e tios. Município que a partir da união do avô Baiano com a avó Norte Mineira, se tornou lugar de morada, lutas e da constituição de nossa família. Muitos ainda estão por lá, outros partiram para novos lugares e novas jornadas.

Aos 17 anos me mudo para Montes Claros em busca da Universidade, e entre as idas e vindas, a paisagem na travessia era um voltar para *casa*, estar chegando na *terrinha*.

Saindo de Montes Claros entre mais ou menos abril e setembro, o cinza predomina a espera dos meses de chuva. Eles, mais ou menos de outubro a março, onde tudo fica verdinho, mas dependendo muito do ano, ou melhor, de *São Pedro*. Já posso ver as *serras* e o cristo de braços abertos! Logo no início chegamos no Mercado Municipal, ou simplesmente na *feira* e de lá subo o “morro” para chegar na minha casa, no bairro que faz a passagem para zona rural do município. Hoje as visitas a Serranópolis de Minas são feitas pela estrada de asfalto e deste lugar já ouvia falar sobre uma Comunidade chamada Touro, em função das primas que davam aulas na escola de lá. Agora, nesta pesquisa, saio da estrada de fora e pela *estrada de chão de dentro* chego, enfim, no Touro.

Chegando na Comunidade do Touro

Era janeiro de 2016, estava em processo de trabalhos de campo para a pesquisa monográfica, que teve como principal objetivo: analisar os processos das migrações temporárias no município de Porteirinha-MG. Então fui à procura do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha (STRP), na busca de materiais, contatos e entender a visão do Sindicato sobre a migração no município. Nesta oportunidade, recebi o convite para participar do curso “Semente e Mudas Crioulas – capacitação de multiplicadores”, que ocorreu no Sindicato e foi organizado pela Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado de Minas Gerais (FETAEMG).

Foram três dias intensos, com vários momentos de reflexão. Falas dos organizadores, membros do Centro de Agricultura Alternativa (CAA/NM), Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), professores universitários. E o que foi mais impactante e esclarecedor, as falas e os momentos de partilhas com os agricultores familiares, que representavam vários Sindicatos dos Trabalhadores Rurais de municípios norte mineiros. Na ocasião pudemos ouvir destes homens e mulheres do campo suas lutas para manter a autonomia, sempre tencionada por políticas, usos de híbridos e transgênicos. Expressavam a persistência em perpetuar as tradições, como por exemplo, as sementes crioulas. Falaram das preocupações sobre as águas e mesmo vindos de pontos diversos deste nosso sertão, em comum tinham principalmente a esperança! Ainda mais naquele ano que já demonstrava estar *bom para chuva*.

Para o segundo dia do curso estava marcado uma visita a uma Comunidade, onde conheceríamos um Banco de Sementes crioulas, muito famoso, de um Guardiã da Agrobiodiversidade. Lembro que todos queriam muito essa visita, mas era incerto, pois como disse, o tempo era de chuva o que dificultava o acesso, mas fomos. Marcamos de sair cedinho

e por volta das sete horas nos encontramos para pegar o ônibus. Uma decisão ainda precisava ser feita, qual seria o melhor caminho? O trecho maior de asfalto, seguindo sentido Serranópolis de Minas? Ou direto na *estrada de chão*, próximo a Riacho dos Machados? Na ida foi decidido ir pelo asfalto, tudo tranquilo até chegarmos no percurso de terra, chacoalhamos um pouco e caminhamos também, já que teve um ponto em que o ônibus não conseguiu seguir. A estrada era estreita e escorregava muito, mas ninguém reclamou, como reclamar da chuva que tanto esperavam? O café quentinho e os biscoitos *espremidos* já estavam na mesa, chegamos e foi assim que “cheguei” na Comunidade do Touro (FOTO 1).

Foto 1: O Primeiro Contato, Comunidade do Touro, Serranópolis de Minas-MG



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2016.

Neste dia conheci a Comunidade, alguns moradores e aquele Guardiã da Agrobiodiversidade, o Seu Geraldo, que depois veio a ser um importante informante nesta pesquisa de dissertação. Foi um dia de trocas e não apenas das sementes entre os agricultores, trocas de experiências, de lutas, de singularidades, ao som de música, com direito a sanfona. Tudo estava verde, era realmente um tempo para florescer. Eu, curiosa e cientista social que sou, olhava e prestava atenção em todos os detalhes, uma das cenas que me chamou bastante atenção, ocorreu na hora de retornar. Ficamos aguardando o ônibus em um horário onde o sol estava

muito forte, procuramos então as sombras das árvores para nos protegermos, quando um senhor nos chama para entrar e sentar um pouco a sombra de sua casa. Em menos de 20 minutos, já estávamos tomando café com requeijão, comendo doce e os agricultores pegando umas *mudas diferentes* para levarem para seus lugares.

Saí da Comunidade e do curso com a cabeça cheia de questionamentos, foi um aprendizado sem igual, um contato com outras perspectivas do campo, diferentes das que comumente são transmitidas e perpetuadas em políticas de des-envolvimento. Na monografia já apareceu um pouco do que foi estimulado neste curso, fiz um esforço de tratar algumas temáticas, como os trabalhos de convivência com o semiárido da ASA, mas não era nosso principal objetivo e mais pesquisas seriam necessárias para responder tantas questões. No final de 2016, ao escrever meu projeto para o processo seletivo do mestrado, essa experiência esteve totalmente presente na minha escrita, quando mesmo antes de definir quantas e quais comunidades seriam pesquisadas, o Touro sempre aparecia na lembrança. Posso afirmar que está pesquisa nasceu lá e não poderia ter sido diferente.

Assim que definimos que o estudo empírico da dissertação seria realizado no Touro, procuramos a melhor forma de retomar o contato com a Comunidade e estabelecer este laço que a pesquisa qualitativa exige. Isso ocorreu através de uma amiga pessoal que conhecia a família do Seu Levi e da Dona Lia. Ela lhes contou do meu interesse de visitar a Comunidade e definiram uma data para esse primeiro campo, outubro de 2017. A maior intenção desta primeira visita, foi iniciar a nossa vivência e construir aos poucos a relação pesquisador e sujeitos de pesquisa, que Brandão (2207, p.12) afirma fazer parte do “estabelecimento de uma relação produtora de conhecimento, que diferentes categorias de pessoas fazem, realizam”.

No dia da visita saímos do município de Porteirinha, que fica cerca de 18 km do Touro. Diferente da paisagem do primeiro contato com a Comunidade, estávamos em outubro, com vegetação seca, onde as pequenas pontes atravessavam alguns córregos sem água. O percurso que fizemos foi pela estrada de terra, sentido Riacho dos Machados, onde passamos por outras comunidades e distritos. O trajeto foi tranquilo, cruzamos com poucos carros, algumas motos, ônibus que transportavam pessoas, gente de bicicleta e a cavalo.

Chegando, fomos direto para casa do Levi e da Lia. Alguns cachorros latiram e se aproximaram, deu para ver os animais soltos no terreno (galinha, porcos, etc), olhamos pela janela da frente e tivemos a impressão que não havia ninguém. Até que de longe se aproximou um homem de chapéu grande de palha e *botinas*, era Levi, que contou que estava dando ração para o gado que eles criam, de onde tiram leite para a fabricação dos requeijões, o que hoje é o sustento da família.

Depois de algumas horas observando a dinâmica de trabalho da família, fomos para a cozinha, sentamos a mesa no longo banco de madeira e Lia nos ofereceu café com requeijão. Tomávamos café enquanto ouvíamos o rádio que estava em cima da geladeira e assim emendamos conversas com o que era noticiado. Após o café, mas no mesmo lugar, foi feita uma entrevista com o Levi, a fim de conhecer um pouco mais de sua história de vida e da Comunidade. Posteriormente, a Lia nos acompanhou até a casa de sua mãe, onde moram ela e dois filhos, um deles Seu Geraldo, aquele que conheci em 2016.

Esta família foi a base principal das nossas informações. Lia, seu esposo Levi e seu irmão Geraldo, enquanto nossos informantes, foram os responsáveis por *construir uma ponte* para o contato com outras pessoas da Comunidade. Eles, conhecendo os objetivos do trabalho, indicaram sujeitos que consideraram importantes e interessantes para esta pesquisa. Estiveram sempre dispostos a auxiliar, contato que ultrapassou os limites da Comunidade, onde passamos sempre a sermos lembrados do que estava acontecendo por lá, através dos aplicativos de telefone celular.

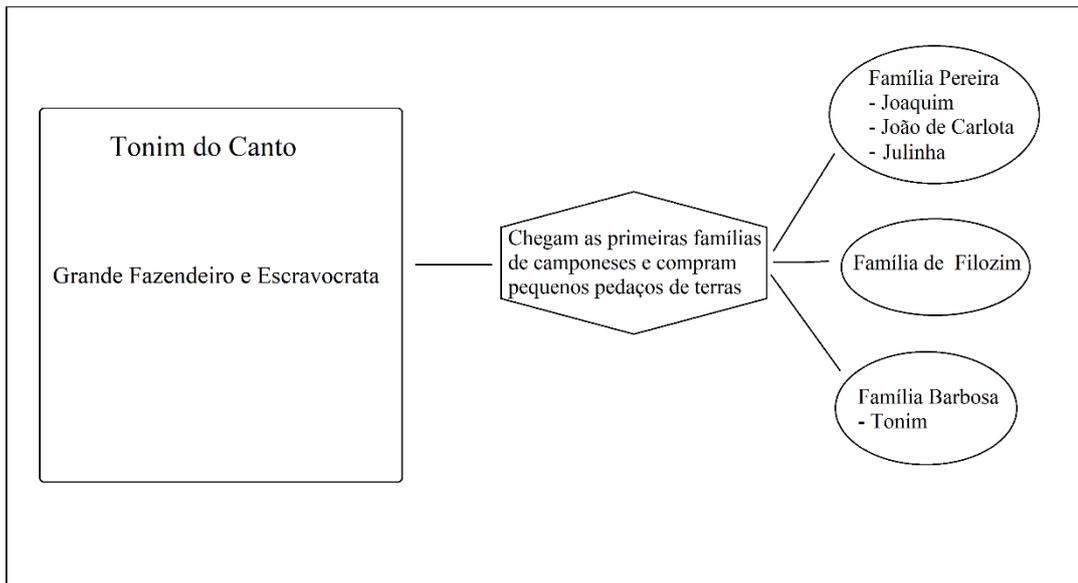
O objetivo maior desse primeiro campo não foi gerar conclusões, mas alguns apontamentos, para observar e compreender um pouco melhor das relações do lugar, apresentar a pesquisa e explicar o “porque estávamos ali”. O fato é que, os trabalhos de campo são permeados de momentos, o da expectativa e planejamento anteriormente, o dos questionamentos e respostas durante, e depois outras e novas questões. Por isso, este campo foi um começo, novos campos foram realizados posteriormente e há mais histórias para serem relatadas. Começamos então a narrar o que os moradores contam sobre a formação da Comunidade.

A Formação do Lugar

Os moradores narram que antigamente havia criações de gados à solta e que apareceu um boi muito *brabo* e o povo era *assombrado com ele*, ninguém conseguia *pegar* ou *amansar*, daí surgiu o nome da Comunidade do Touro.

Segundo a estimativa dos moradores, hoje a Comunidade tem cerca de 50 famílias e vivem nas terras que antes eram de um grande fazendeiro, o Tonim do Canto. Os mais antigos contam que ele dominava tudo na região e inclusive era dono de escravos, que são descendentes de algumas famílias que vivem hoje no lugar, como relata Dona Rita Maria Barbosa, de 74 anos que nasceu e sempre viveu no Touro. Sua tataravó veio da África, comprada por este fazendeiro e o seu filho (bisavô de Dona Rita), também trabalhou como escravo nesta fazenda. A formação da Comunidade do Touro ocorreu conforme ilustrado no Esquema 1:

Esquema 1: O Processo de Formação da Comunidade do Touro



Fonte: Trabalhos de campo 2017, 2018 e 2019. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2019

Com o tempo, na região, chegaram as primeiras famílias de camponeses que conseguiram comprar pequenos pedaços de Terras do que antes era pertencente ao fazendeiro e escravocrata Tonim do Canto. Pelos relatos que tivemos, constatamos que a Comunidade se formou no final do século XIX e início do século XX. Chegamos a tal conclusão pela idade dos primeiros habitantes, como a senhora Julinha Pereira que faleceu com 106 anos e também por ser o período de transição do trabalho escravo. As primeiras famílias que chegaram e estão nas lembranças dos moradores são a Família Pereira, a Barbosa e a de Filozim, em uma época em que não havia nem cercas, foram eles que ergueram a primeira Igreja da padroeira Santa Ana (FOTO 2).

Foto 2: Igreja de Sant' Ana



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

As famílias viviam das variedades que plantavam em suas roças e da criação de pequenos animais. Havia relações de trocas, o pai de Dona Rita, por exemplo, é lembrado como tropeiro, que levava porcos a pé até Montes Claros ou Grão Mogol (considerados grandes centros da época), fazendo a troca por sal. *Cavalo era coisa de rico e fazendeiro*, por isso percorriam toda a região caminhando ou de carro de boi, o que fazia a viagem durar muitas horas ou até dias. Mas era assim que iam em festas religiosas e na cidade, lugar de *resolver as coisas*, comprar mantimentos para vender na *vendinha* e ir na feira, onde começaram a comercializar algumas coisas, “*eu mesmo já fui muitas vezes a pé e levando um menino nos braços ainda, chegava aqui pra morrer (risos)*”²³.

As relações na Comunidade foram estabelecidas no compadrio, nos mutirões, nas trocas e coletivos do sagrado. Brandão (1995, p.75) diz que a “povoação é um agregado de famílias de agricultores e outros “homens simples” de serviços e negócios locais que, por vizinhança de terras, casas e laços entre parentes e vizinhos, se reconhecem como de um mesmo lugar”. Tais processos foram significativos para a constituição dos costumes e identidades da Comunidade, que hoje tem uma grande relação de parentesco a partir dos casamentos que foram ocorrendo.

Com o tempo e por conta de heranças, as grandes fazendas diminuíram, mas permaneceram e hoje praticamente estão no entorno da Comunidade do Touro. A ligação com elas é histórica, muitos moradores trabalhavam para os fazendeiros, o que ainda ocorre, mas antigamente a relação era mais conflituosa, pois mesmo após a abolição da escravatura os trabalhos eram equivalentes ao escravo.

Ao recordarem sobre os tempos antigos e os trabalhos nas fazendas, citaram a relação com o grupo contrastante, nomeado por eles de geraizeiros. Eles também foram maltratados nas fazendas e por isso separamos este espaço para refletir sobre estas identidades.

Identities and Alterity: Caatingueiros and Geraizeiros

O sertão Norte Mineiro é diverso, tanto ambientalmente, como culturalmente. Costa (2005) afirma que no imbricamento dos processos civilizatórios ao longo da trajetória histórica regional, as características de cada agrupamento humano que se fixou no Norte de Minas, “contribuiu para dar à essa sociedade e à sua cultura a sua singularidade que a faz única no conjunto das sociedades que compõem a humanidade” (Idem, p.28). Para o autor, a diversidade faz do lugar a síntese da nação brasileira, assim temos os povos tradicionais que através de suas

²³ Depoimento de Rita Maria Barbosa, 74 anos, moradora da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018

culturas, identidades específicas e contrastivas, compõem o mosaico identitário regional. São eles os veredeiros, quilombolas, xakriabás, vazanteiros, geraizeiros e caatingueiros. Por isso, concordamos com o autor em entender que:

Todas essas identidades são construídas a partir do nicho ecológico em que grupos de populações rurais fundaram os seus *mundus* e constituíram-se como comunidades. *Identidades são sempre auto-identificações, mas, elas se dão contrastivamente [...]* Os veredeiros, os chapadeiros, os campineiros e os Xakriabás localizam-se na margem direita do Rio São Francisco. Os geraizeiros e vazanteiros na margem esquerda do mesmo rio, enquanto os quilombolas concentram-se no vale do Rio Verde Grande, mas, também, em diversas outras áreas do território regional. Os caatingueiros estão nos sopés da serra do Espinhaço, na região da Serra Geral. Os barranqueiros vivem nas margens do Rio São Francisco. Cada uma dessas populações tradicionais é identificada a partir de um aspecto de sua cultura, que é transformado em diacrítico que lhes confere uma diferença em relação às populações que se situam nas circunvizinhanças dos seus territórios. (COSTA, 2005, p.30, *grifos nossos*)

A partir destes traços diacríticos, da identidade posta na alteridade, que encontramos também a Comunidade do Touro. Nossa unidade de análise está localizada no sopé da Serra do Espinhaço, o que para pesquisadores como Costa (2005) e D'Angelis Filho (2005) designa a identidade caatingueira destes moradores, apontando para o povoamento a partir de camponeses migrantes de descendência portuguesa e italiana. Nos resultados das pesquisas de Pereira (et al, 2016)²⁴ é indicada, além da chegada de migrantes italianos no século XIX, também uma descendência de negros alforriados que habitavam o vale do rio Verde Grande. Em nossos trabalhos de campo, como já registramos, encontramos memórias que remetem a esta descendência negra, de escravos que trabalhavam em fazendas da região, “o bisavô de mãe mesmo era escravo, a mãe dele veio da África”²⁵.

No site do Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva (CEDEFES)²⁶, o Touro é designado enquanto quilombo, mas em nossa pesquisa não identificamos nenhuma autodesignação ou movimentação política neste sentido. Nas conversas que tivemos, encontramos a identidade caatingueira, não enquanto uma identidade acionada pela luta ao território, já que segundo Brandão (2012, p.379) as comunidades se tradicionalizam como defesa, estando em situações de contínuas ameaças. Apesar da comunidade viver cercada por grandes fazendas de criação de gado, onde muitos trabalham e ser lembrado alguns conflitos antigos, atualmente as divergências aparentam estar atenuados. A maior divergência existente, está sobre as ações de duas Empresas *Areiras* no rio Sítio Novo, algo que tratamos

²⁴ A pesquisa destes autores é resultado de Projetos de Pesquisa e Extensão Universitária na Comunidade do Touro, iniciados em 2010 e vinculados a Universidade Federal de Viçosa.

²⁵ Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

²⁶ Disponível em: http://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-16/.

detalhadamente no próximo capítulo. O que queremos ressaltar é que tais questões não desencadearam nenhum processo de luta mais política. A identidade caatingueira é referida no momento de contato com o outro.

A Serra do Espinhaço, além de todos os aspectos que já destacamos, é o lugar que perpassa a relação entre os povos geraizeiros e caatingueiros. Os geraizeiros conforme informa Dayrell (1998), estão situados nos gerais, ou seja, nos planaltos e topos da Serra, são chamados assim pelos moradores da caatinga. Os Caatingueiros, denominados assim pelos geraizeiros, indica a população do sopé da Serra que desenvolverem expressivamente a agricultura familiar típica camponesa (D'ANGELIS FILHO, 2005). Quando os geraizeiros descem a serra, como acontecia através do Talhado (FOTO 3), o contato do “eu” com o “outro” é estabelecido, sendo destacados nas conversas os momentos das feiras nas cidades e dos trabalhos na monocultura algodoeira.

Foto 3: A Travessia pela Serra do Talhado, Serranópolis de Minas-MG



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Julho de 2012.

Através dos relatos confirmamos que estas identidades aparecem nos momentos de contato, de alteridade, como forma de contrastividade. Em conversa com Seu Geraldo e sua mãe, Dona Rita, eles nos contaram que na época da monocultura do algodão foi um período de trabalho muito duro, principalmente para os geraizeiros que vinham trabalhar nas grandes

fazendas do sopé da serra geral ou nas pequenas propriedades de agricultores familiares que acessaram créditos rurais:

Vinha era muita gente, as pessoas velhinha, porque naquela época mais aí pra traz não tinha aposentadoria, não tinha nada. Saia de lá 6 horas da manhã e chegava aqui 7 horas da noite, vinha a pé e quando ia embora era um sofrimento, porque eles compravam as coisas na venda, amarrava as trouxinhas e levava na cabeça até lá, 50 km daqui lá [...] E era um tanto, que trabalhou aqui como escravo mesmo, que vinha aqui nessas fazendas aqui de junto, vinha a hora de comer, colocava a comida às vezes pra 20 pessoas nas gamela e tudo junto. Como diz, ‘tem uns que já é mais esperto’, os que ficava mais perto comia, os que ficava mais longe às vezes apanhava uma garfada ali só e ficava quase sem comer. (Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018)

A partir deste contato começaram as designações, “os de lá chamava os daqui de caatingueiro e os daqui chamava os de lá de geraizeiro”. No início estas referências eram vistas como uma ofensa, “naquela época o pessoal daqui não gostava de chamar eles de caatingueiro não, virava uma onça”. E os caatingueiros utilizavam o fato dos geraizeiros virem trabalhar na região da caatinga para caçoar, “aí discriminava, que o pessoal falava que se não fosse os caatingueiros que eles morriam de fome, que tinha que trabalhar aqui”. Mas a briga se atenuou e atualmente não é vista de forma negativa, “hoje gosta, hoje ninguém importa não, mas brigava por isso”²⁷.

O outro lugar da alteridade entre esses povos é nas feiras das cidades como Porteirinha, Serranópolis de Minas e Riacho dos Machados. Por este motivo, conversamos com um morador do município de Porteirinha, o Seu Gilberto, de 66 anos, que é migrante temporário e sempre trabalhou no meio rural da região da Serra do Espinhaço. O objetivo foi compreender como era vista esta relação e diferenciação entre caatingueiros e geraizeiros.

Maria Cecília: *O que é o Gerais e quem são os Geraizeiros?*

Gilberto: *Gerais, antigamente vinha as coisas tudo de lá pra vender na cidade de Porteirinha, farinha, feijão, rapadura.*

Maria Cecília: *E os caatingueiros?*

Gilberto: *Caatingueiro é aqui em Porteirinha, tem lugar aqui de caatinga, lugar feio e seco.*

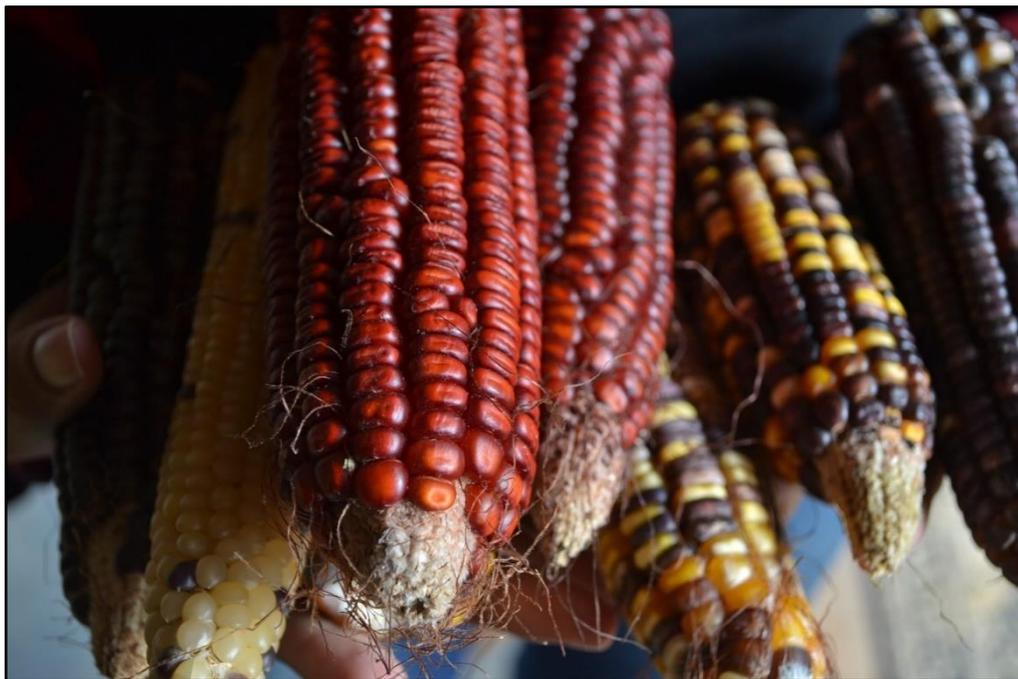
Maria Cecília: *O que diferencia os geraizeiros dos caatingueiros?*

Gilberto: *Nos gerais a terra é mais fresca né, o que planta colhe, tem muita água. Aqui na caatinga não, planta e perde. (Depoimento de Gilberto Pires Silveira, 66 anos, morador de Porteirinha-MG, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2018)*

²⁷ Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos e sua mãe Rita Maria Barbosa, 75 anos, moradores da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

Compreendemos que a feira revela as especificidades destes povos. Onde os geraizeiros descem a serra trazendo, principalmente, a farinha de mandioca, goma, rapadura, aguardente, frutas nativas e plantas medicinais predominantes do cerrado (DAYRELL, 1998). Os caatingueiros vivem em área de solos mais férteis, porém, com grandes dificuldades hídricas. Com a tradição desenvolveram habilidades de cultivar plantas mais resistentes à seca, o algodão, diversas variedades de feijões, milho, amendoim, mamona, alguns vinculando as plantações com criações de gado. Reiteramos que estas análises sobre as culturas caatingueiras, revelam aquilo que podemos absorver nas observações diretas e entrevistas com os caatingueiros do Touro. O contato com Seu Geraldo (FOTO 4) foi fundamental para compreender melhor das grandes diversidades, que mesmo no contexto de semi-aridez podem ser colhidas.

Foto 4: O Caatingueiro e as Culturas Caatingueiras



Para os geraizeiros a auto identificação enquanto tal, tornou-se uma importante estratégia de luta pelos territórios expropriados, principalmente após o estabelecimento da monocultura de eucalipto²⁸. A identidade caatingueira, no caso do Touro, foi primeiramente vista como uma designação negativa, entretanto, hoje percebemos que a categoria carrega novos olhares e atribuições de sentidos. Quando questionamos aos nossos entrevistados sobre como se reconhecem e gostam de serem reconhecidos, ouvimos deles: trabalhador rural, agricultor, agricultor familiar, lavrador, trabalhador da roça. Termos diferentes que representam a identidade de quem tem na terra os seus meios de reprodução da vida. Por isso, nos amparamos em Hall (2011), entendendo que tratamos de identidades híbridas, pois são sujeitos que não estão isolados, exercem suas funções na casa, na roça, nos movimentos sociais, nas associações, ou seja, estão conectados. A identidade não é algo fixo, permanente e único e sim uma *celebração móvel*, “formada e transformada continuamente em relação às formas pelas quais somos representados ou interpelados nos sistemas culturais que nos rodeiam” (Idem, 2011, p.13). Assim as tradições, para serem preservadas em um mundo globalizado, exigem atualizações, nas palavras de Hall (2011) de *traduções*, ou seja, para além de fronteiras. Conceituação importante para o nosso trabalho que procurou entender os processos migratórios tão presentes na Comunidade e que sem dúvidas refletem nesta realidade.

Os Revoltosos e a Fome

A memória, segundo Bosi (1983, p.3), “é um cabedal infinito do qual registramos um fragmento”. Ela através da descrição de sua experiência de pesquisa, aproxima-se daquilo que foi vivenciado também em nosso campo. Muitas vezes, após as entrevistas, no cafezinho e na conversa livre, que as recordações eram a floradas, “lembança puxa lembrança e seria preciso um escutador infinito” (Idem, p.3). Por esta razão, entendemos que neste trabalho apresentamos passagens de memórias que foram oralizadas. O nosso propósito está no que foi lembrado e “escolhido para perpetuar-se na história de sua vida” (Idem, p.1), onde dentre tantas lembranças, nos foi compartilhado um momento difícil e de insegurança, recordado pelos moradores como a época dos revoltosos.

No final da década de 1930 e limiar da década de 1940, a Comunidade sofreu com um período de estiagem muito forte, que acabou provocando dificuldades de acesso a alimentação, já que as plantações se perderam. Sobreviveram a este período, através do

²⁸ Sobre os geraizeiros ver: Dayrell (1998); Nogueira (2009); Brito (2006).

conhecimento das plantas nativas não consumidas usualmente, mas que para alguns foram fonte principal de alimento, juntamente com a solidariedade entre parentes e vizinhos.

As pessoas mais velhas contam que ano de 39 parece, que foi um ano muito seco. Que as pessoas mais fracas que não achava alimento pra comer, comeu foi casca de pau, raiz de imbu, de mamãozim e até o mucunã, a semente de mucunã e a semente de jatobá, porque não achava nem o fruto. Assava essas sementes pra sobreviver, porque foi muito seco e não produziu nada e se eles não tivesse comido essas sementes de mamãozim, a raiz, fazia farinha, eles tinha morrido de fome, então a gente vê que sempre teve período seco né. (Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

A alternativa para o acesso a água ocorreu com a abertura de cacimbas, perfurações profundas nos lugares secos que corriam as águas do rio, até encontrar uma *minação*, “*aqui no Touro antes que era duro [...] se valia nessa água, nessa minação e naquele tempo era duro que era pote, os potes de barro, hoje é pouco pote que ainda existe pra mostrar que tem*”²⁹. E o mais agravante é que em meio as dificuldades de alimentação e água, chegaram pessoas de fora causando uma grande bagunça, sujeitos chamados pelo povo do Touro de revoltosos. Pelos relatos não reconhecemos as origens desses sujeitos, mas são descritos como homens violentos que chegaram a cavalo na Comunidade invadindo as casas, amedrontando e levando todo alimento que tinham.

Foi uma época também, que eles contam que passou de 40, na época que eles falam que foi a revolta, que o povo passou muito medo aqui na Comunidade do Touro, porque eles falavam que era o povo revoltoso. Esse povo chegou e invadia as casas, o pessoal saía das casas e eles tomava conta. Aí, se tinha porco, esses trem que tinha, eles ia matando e comendo, comia e bagunçava tudo. Apanhava os trem que eles quisessem e bem quisessem, apanhava tudo. (Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

Os moradores, temendo as intenções dos revoltosos, se abrigaram nos matos, aguardando o momento em que fossem embora. “*Escondiam dentro de barroca nesses morros, eles tomavam conta das casa dos pessoal e ficava ali até três dias cozinhando, comendo, matava gado [...] minha avó mesmo disse que correu com os menino tudo dentro de umas barrocas nesses morros aqui de cima*”³⁰. Mas aparentemente essas invasões não ocorreram só por conta da fome, pois suas ações continham maldade, mesmo após conseguirem alimento, Dona Rita contou que eles:

²⁹ Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

³⁰ Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

Chegava nas casas, batia no povo e apanhava os trem que tinha tudo. Os que eles não podiam carregar eles pegavam arroz, feijão, farinha e misturava tudo, derramava tudo na casa assim (demonstra com as mãos) e os coitado ficava tudo sem nada quando eles saia e eles ia embora. Se falasse qualquer coisa eles matavam. (Depoimento de Rita Maria Barbosa, 74 anos, moradora da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018)

O tempo da fome e dos revoltosos foi marcante na história da Comunidade e novas lutas ocorreram após esses fatos. No recontar suas vivencias, outro acontecimento lembrado e sentido até os dias de hoje, está na Monocultura de Algodão enquanto política de desenvolvimento, que chegou na Comunidade do Touro para estabelecer o tempo do antes e o tempo do depois.

Tempos do Algodão: o que era, como foi, o que está sendo

Como dito, a região onde a Comunidade está situada, nas áreas de caatinga na Serra do Espinhaço, tem sua reprodução da vida baseada na agricultura das variedades mais resistentes as secas. Por essa razão, o algodão foi cultivado nas plantações do lugar, em um tempo onde era atividade realizada principalmente por camponeses. “Mesmo com a retração do consumo, no final do século XIX até meados do século XX, a atividade algodoeira permaneceu circunscrita aos municípios” (DAYRELL, 1998, p.88), mas associadas aos sistemas produtivos diversificados dos agricultores.

Seu Geraldo nos relatou que a cultura do algodão era bem antiga na Comunidade e o cultivo acontecia consorciado com outras plantações, objetivando o sustento das famílias e a produção de roupas. Seu pai foi um dos poucos agricultores que permaneceu com a plantação tradicional e não utilizou de financiamentos públicos para o incentivo da monocultura de algodão. Junto com sua mãe Dona Rita, relembra como era necessário e utilizado o algodão antigamente:

Maria Cecília: *Então o seu pai plantou algodão?*

Geraldo: *Plantava, mas era dessa mesma forma, tinha feijão consorciado, melancia, milho, abóbora, cabaça. E o algodão era antigo aqui, que o pessoal vivia no tempo do algodão, vivia em cima era do algodão, tanto para fazer as roupas e o pessoal usou muito e depois disso que veio a monocultura e isso já foi pra arrasar né.*

Maria Cecília: *Então já tinha o costume do algodão antes dos financiamentos?*

Geraldo: *Tinha, tinha o costume! Antes do financiamento tinha, porque o pessoal fazia as roupas, linha. Tem uma tia minha (risos) que tem um Fuz³¹ que a vó dela fiava, acho que tem mais de cem anos esse Fuz... ela fala Fuzinho. Esses tempos eu fiz um vídeo gravando ela contando a história e ela contando que aquele tempo era difícil que eles fazia a linha, mas não tinha agulha, então fazia um arame pra costurar, eles faziam um arame para servir de agulha.*

³¹ Fuz: é o nome local dado ao fuso, instrumento cilíndrico de madeira utilizado manualmente para fiar o algodão, ou seja, transforma a fibra em fio, linha.

Rita: *Passava o arame e no lugar ficava um buracão (risos).*

Geraldo: *E quase toda pessoa aqui também tinha a Roda³² e os que não tinha Roda tinha Fuz e tinha algumas pessoas que tinham o Tiar³³. (Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos e sua mãe Rita Maria Barbosa, 75 anos, moradores da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018)*

Porém, como vimos, para esta região o eixo de desenvolvimento estimulado com as ações da SUDENE, foi o da monocultura algodoeira, introduzindo uma diferente perspectiva, que como apontado por Dayrell (1998), trouxe tração motorizada, substituindo os sistemas diversificados de produção de alimentos e fibras. Enquanto política de des-envolvimento, fez vigorar um novo tempo do algodão, onde os programas e créditos rurais eram incentivados a partir da “incorporação parcial de pacote tecnológico desenvolvido a partir das premissas da revolução verde³⁴, estimulando a modernização de um setor da agricultura familiar” (Idem, p.3).

Realizamos a análise da monocultura compreendendo que o algodão foi marcante na Comunidade e que representou o estabelecimento de tempos. Dos autores que trabalharam com esta noção, temos Evans-Pritchard (1999), que a partir dos seus estudos dos povos do Nilo, *Nuer*, organizou duas concepções locais de tempo: o Tempo Ecológico, que dita as relações do grupo com o meio ambiente; e o Tempo Estrutural, refletindo nas relações sociais dos sujeitos entre si. Suas considerações foram importantes para que apreendêssemos os tempos da Comunidade do Touro, dentre eles, os do algodão.

O boom do algodão foi especialmente entre as décadas de 1960 a 1980. Dentre os municípios Norte Mineiros da Serra do Espinhaço, o destaque de produção foi Porteirinha, apelidada de *Capital Mineira do Algodão*, trazendo a era do *ouro branco*. É importante frisar que Serranópolis de Minas sempre manteve relações com o município, mesmo após sua emancipação em 1995. Em entrevista com o Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, Nilton César de Oliveira, nos foi compartilhado as expectativas deste período auge de incorporação da monocultura e como foram feitos os acessos aos créditos oficiais:

³² Roda: assim como o Fuz, serve para transformar a fibra de algodão em fio, porém, é um instrumento mais elaborado, podendo ser de pedal ou manivela.

³³ Tiar: é o nome local dado ao Tear, instrumento manual de fabricação do tecido a partir do fio de algodão.

³⁴ “Entende-se por Revolução Verde o processo de expansão do modelo agrícola dos países desenvolvidos para o Terceiro Mundo, ocorrido principalmente a partir da década de 50. A Revolução Verde baseia-se na difusão da mecanização intensiva dos solos, utilização em larga escala de sementes melhoradas e insumos industriais (fertilizantes e agrotóxicos)”. Disponível em: Dayrell (1998, p.3).

Nilton: Lembro muito bem da história do algodão aqui em Porteirinha, inclusive Porteirinha até hoje ela é reconhecida como a eterna Capital Mineira do Algodão, a nível do estado de Minas Gerais e também outros estados, é que Porteirinha foi a Capital Mineira do Algodão. A gente sabe que o algodão naquela época da década de 70 até a década de 80, até 85, 86, mais ou menos, produziu muito algodão aqui na região [...].

Maria Cecília: Nesse auge do algodão o governo fez muito investimento sobre isso?
Nilton: Fez, fez, o governo investiu muito, investiu muito nos agricultores, as pessoas pegaram muito, muito empréstimo no banco. O pessoal pegava, as pessoas chamavam naquela época de carteira, ia no banco fazer uma e tomava o dinheiro lá em torno do mês de, a partir de setembro em diante já estava liberando as carteiras, pro pessoal adquirir os seus insumos, as semente, preparar os terreno pra poder plantar. E aí quando chegava em torno do mês de junho, julho, ele pagava a carteira, tornava mais na frente pegar outro empréstimo de novo no banco. (Depoimento de Nilton César de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2016)

Muitas são as histórias contadas deste período, o discurso dominante na época é que a monocultura de algodão traria desenvolvimento, progresso, modernidade, gerando muito emprego, estimulando sonhos e expectativas de melhoria de vida. Mesmo que junto dela viessem a mudança na agricultura diversa, empréstimos, insumos e sementes transgênicas.

Dentro deste período de sonhos, ou da busca pelas realizações destes, o próprio Nilton lembrou que sua decisão de pausar os estudos ocorreu em função dos fascínios que o algodão trouxera. Seu desejo de comprar uma bicicleta poderia naquele momento se concretizar, mas para o trabalho cansativo na plantação, o tempo para a escola não “sobrava”:

Eu estudei muito pouco, eu estudei até a quarta série, certo? Nem terminei a quarta série toda, nem conclui. Mas porque naquela época o algodão ele estava no auge mesmo, era o que falava alto e eu deixei de ir pra escola estudar pra poder ir plantar algodão, aí eu deixei de ir pra escola. Eu via o pessoal, naquela época praticamente ninguém tinha moto e nem quase bicicleta, e aí assim, quando eu via um primo ou uma amiga andando numa bicicleta nova eu ficava encantado com o maior sonho de comprar uma bicicleta e eu não tinha dinheiro. Eu achava por bem eu desistir da escola e ir plantar algodão pra poder comprar uma bicicleta nova. (Depoimento de Nilton César de Oliveira, Presidente do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2016)

No período do auge, direta ou indiretamente, toda a população local estava envolvida com a monocultura: comerciantes e agricultores, ricos e pobres, grandes fazendeiros e pequenos agricultores, um envolvimento que aconteceu de formas bem distintas. Naquele momento, a cotonicultura foi tida como muito importante para o Norte de Minas, refletindo no processo de grande geração de emprego e boas condições financeiras, além de ser um possível estímulo para a permanência das pessoas nos seus lugares de origem, ou seja, acarretando na diminuição das migrações do campo para a cidade.

Em meio a esse turbilhão de expectativas, buscamos entender, junto aos agricultores do Touro, o que significou a monocultura, as mudanças e todos seus aspectos complexos. O agricultor Levi Quaresma dos Santos, de 49 anos, nos contou a experiência de sua família com o acesso aos créditos para a monocultura de algodão.

Levi: Nasci aqui nessa comunidade mesmo, a uns três quilômetros e sempre trabalhei na roça e a partir dos 18 (anos) me envolvi com movimentos sociais, na igreja, pastorais e só no sindicato (dos trabalhadores rurais de Porteirinha) fiquei 15 anos e meio, cansei as pernas de ficar pra lá. E hoje, hoje eu estou aqui, não gosto de reunião mais, cansei. Mas gosto da roça, levantar quatro e meia da manhã e até ontem mesmo umas 20 pra 8 (horas) eu estava almoçando. Estudei até a segunda série. [...]

Maria Cecília: Em Porteirinha o algodão foi muito forte. E aqui na Comunidade?
Levi: Tinha (algodão), eu sou da época do auge do algodão. Era uma época que diz que era rica, mas se for imaginar mesmo, rica de gente pobre. Às vezes você tem um ou outro, trabalhava um tanto de gente, mas esse dinheiro canalizava pra um pequeno grupo, sabe? Não sobrava aquela coisa não. Já começava vendendo o algodão as vezes antes de plantar, sabe? E no final sobrava o mínimo, mas tinha um movimento. Ficar dependendo, o povo que sai hoje pra trabalhar lá no café, você tinha os daqui que, igual lá em casa mesmo, pai tinha quinze, dezoito pessoas trabalhando mais ele direto, era aqui. Gerava emprego, mas no fundo no fundo não sobrava essas coisas também não. (Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

Hoje a reflexão de Levi é que na verdade o período da monocultura foi uma época “*rica de gente pobre*”. A partir do momento em que financiaram suas plantações tiveram que mudar toda a lógica, a grande diversidade de espécies cultivadas se transformou em um extenso campo de *ouro branco*.

Nas grandes fazendas do lugar também haviam o monocultivo, porém, é no acesso dos pequenos agricultores aos créditos que a crise atingiu fortemente. Os financiamentos possibilitavam investimentos, mas dentro da lógica de modernização. Empregos temporários realmente surgiram, como descrito por Levi e afirmado na seção que discutimos sobre os geraizeiros. Todavia, no início da década 1990, chega o fim do ciclo do algodão nessa região (FEITOSA; BARBOSA, 2006) e aparentemente a partir deste declínio que as situações nocivas foram percebidas e sentidas.

Das “riquezas” prometidas através do *ouro branco* decorreu-se a fase de declínio, que revelou uma série de pontos negativos, um quadro até então não revertido, que impactou de diversas formas nos camponeses. O fato da produção do algodão passar a ser uma monocultura interferiu bruscamente na forma de produção tradicional, a agricultura familiar, através de sua maneira diferenciada de trabalhar a terra, foi interrompida. Existia uma relação

de *territorialidade* (LITTLE, 2002), impossibilitada com a monocultura, além de ter resultado em grandes impactos sobre o ambiente, cultura e modos de vida local.

Na busca de compreender a razão para a crise, muitas causas são apontadas como provocadoras. Uma das razões mais citadas, entre estudos e moradores, está o aparecimento da praga *bicudo*:

O bicudo do algodoeiro foi constatado pela primeira vez no Norte de Minas em fevereiro de 1993, nos municípios de Matias Cardoso e Espinosa. Atualmente encontra-se disseminado por vários municípios, sendo considerado a mais importante praga na cultura algodoeira na região. A entrada do bicudo do algodoeiro inviabiliza economicamente a cultura, quando explorada conforme o nível tecnológico prevalecente em Porteirinha. (ANTUNES FILHO, 2000, p. 58)

Segundo relatos, o *bicudo* é uma praga difícil de controlar. Alguns moradores dizem que sua “chegada” no município ocorreu pelas sacarias vindas do Nordeste, onde já tinha infestações da praga. Isso, sem dúvidas influenciou para o declínio da produção e trouxe também para o campo a presença do *veneno*, que contaminou os trabalhadores e era uma orientação feita por técnicos para o controle da praga:

Os técnicos orientavam sete mãos de veneno, então praticamente era toda semana uma mão de veneno. Quando o algodão acabou foi feita uma análise no nosso município, acredito que vocês não sabem disso, 80% da população de Porteirinha estava intoxicado com veneno, isso é muito alto, 80%. (Depoimento de Elton Mendes Barbosa, membro do STRP e da ASA Minas, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Fevereiro de 2016)

A questão do veneno tornou-se algo normalizado e era sempre incentivado pelos ditos técnicos e os fiscais que iam visitar as lavouras, afim de conferir se ali estava sendo cultivado uma monocultura de fato. “*Os fiscal a gente via que vinha nas roças que fazia os empréstimos no banco, vinha toda semana pra ver, se tivesse um pé de maxixe eles rancava*”³⁵. A prática do veneno hoje é entendida como muito prejudicial as terras da Comunidade, afetando inclusive as águas do rio.

Maria Cecília: *Você acha que o algodão degradou as terras da comunidade?*

Levi: *isso é sem dúvidas, primeiro que é monocultura, o outro é as tecnologias, é arrancar os tocos, é botar fogo, é arar a terra de qualquer jeito. E aí os tipos de veneno que tinha aqui, que aplicava aqui, depois não sobrou nenhum tipo que resolveu mais.*

Maria Cecília: *Não resolveu alguma praga?*

Levi: *O bicudo, mas o bicudo talvez já veio pra salvar, porque se fosse, se tivesse algodão aí até hoje, talvez o índice de, como é que fala? De envenenamento aqui era bem mais.*

³⁵ Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017.

Maria Cecília: *Precisava usar muito veneno?*

Levi: *Moça, eu tinha o prazer de dando no final, sobrava aquele tanto de veneno, colocava dois, três tipos de veneno na máquina e saía batendo em tudo. Era cultura mesmo.*

Maria Cecília: *Vocês achavam que era o que?*

Levi: *era moderno, pro algodão melhorar a folha, pra matar os bichinhos pra não ficar perturbando e com isso, no fundo no fundo, hoje você sabe que você estava envenenando os bicho, a gente, as terras e um monte de outras coisas. Era a moda da época. (Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)*

Outro destaque para o declínio do algodão é a divergência entre os interesses políticos, de empresários e fazendeiros, com os interesses e a realidade dos pequenos agricultores. A figura mais citada é a dos *atravessadores*, empresários e políticos locais que compravam o algodão para vender para usinas, eles possuíam agroindústrias de beneficiamento de algodão estabelecidas em Porteirinha. Os agricultores vendiam para eles e com o tempo criou-se o costume de vender *na folha*, isto quer dizer, que antes mesmo de colher o algodão vendiam a produção por adiantamento, fazendo com que a comercialização fosse mais barata e com isso acabaram adquirindo dívidas. Esse processo foi conflituoso, resultando em constatações de que foram os *atravessadores* os únicos que realmente lucraram com a monocultura. Elton Mendes Barbosa, membro do Sindicato dos Trabalhadores Rurais de Porteirinha nos esclareceu sobre essa relação:

O outro bocado que foi um dos que também fez o algodão vim a falência, foi os nossos atravessadores aqui em Porteirinha [...] eles são os compradores que comprava barato na mão dos agricultores, e aí eles enricaram [...] então assim, nós trabalhamos muito, mas quem enricou de fato foi os atravessadores. (Depoimento de Elton Mendes Barbosa, membro do STRP e da ASA Minas, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Fevereiro de 2016)

Em seu auge, o algodão trouxe expectativas de desenvolvimento, muitos compraram a ideia de prosperidade, geração de renda e emprego que a monocultura proporcionaria, mas ninguém estava preparado para o término desse “paraíso”. No ápice, tiveram os sonhos e após a crise, o que resta? Como se reestruturar mais uma vez? Plantaram o *ouro branco* e colheram o que? Resumimos esses processos no quadro abaixo (QUADRO 5), representando os tempos do algodão e as dinâmicas postas na Comunidade:

Quadro 5: Os Tempos do Algodão

O Tempo do Algodão
<p>1ª metade do século XX</p> <ul style="list-style-type: none"> • Sistema diversificado de produção de alimentos e fibras, garantia uma relativa autossuficiência alimentar e autonomia do caatingueiro em relação ao mercado. • As reservas de valor que conseguiam acumular eram transferidas para a aquisição de cabeças de gado. Enquanto as terras ainda eram soltas, esta reserva ainda era maior, uma vez que podia acumular um número maior de cabeças, mesmo sendo proprietário de uma pequena gleba de terra. • Esta reserva lhe fornecia uma maior segurança para enfrentar os períodos cíclicos de seca.
O Tempo da Monocultura de Algodão
<p>2ª metade do século XX</p> <ul style="list-style-type: none"> • Esta situação evoluiu para uma situação de subordinação do caatingueiro ao capital comercial e financeiro, uma vez que passou a depender de recursos externos para comprar os insumos, preparar os terrenos e entregar o seu produto a um mercado fortemente oligopolizado para, então, saldar as dívidas contraídas. • Condiçãoou uma mudança na estratégia produtiva do caatingueiro, que se vê impotente frente às forças de mercado. • Em 1992, a crise gerada pela entrada do bicudo e pelos baixos preços pagos pelo algodão, obrigou a uma drástica diminuição da área plantada com esta cultura.
O Tempo do Depois
<p>A partir de 1990</p> <ul style="list-style-type: none"> • Processo de dependência externa e de inviabilização da cultura do algodão veio somar à baixa produtividade das terras anteriormente férteis da caatinga, degradadas pelo uso intensivo de maquinaria pesada, onde não foram difundidas as mínimas práticas de conservação dos solos, associados com os anos seguidos de monocultivo. • Os agricultores familiares precisaram se reestabelecer em condições de restrições ambientais (solos desgastados e escassez de recursos hídricos) e socioeconômicas (estavam, em grande parte, endividados e em situação de empobrecimento ascendente).

Fonte: DAYRELL, 1998; FEITOSA e BARBOSA, 2006. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2019

O sentimento lembrado desta época é contraditório. Ao mesmo tempo referem ao aumento de empregos, mas ressaltam que as expectativas não foram sanadas e a crise da monocultura talvez tenha vindo como salvação. Salvou os agricultores de uma degradação que só pioraria com o tempo, já que os efeitos poderiam ser intensificados.

Viveram então, o tempo do algodão para o auto abastecimento familiar, onde viviam no lugar mesmo que convivendo com *dificuldades*. Depois no contexto da modernização conservadora do campo, viveram o tempo da monocultura para fins comerciais. Houve uma permanência, fruto da esperança de riquezas que o ouro branco proviria, mas com a crise algodoeira, viveram e vivem no tempo do depois, do que está sendo. Onde novas estratégias foram necessárias e para ficar, muitos precisaram sair do lugar, vivendo no tempo das

migrações. Nos dedicamos a partir de agora a narrar um pouco deste novo tempo que a Comunidade do Touro vive, pós monocultura.

O Lugar, as Pessoas, as Festas e os Saberes

“*Eles falam que antes não tinha nem cerca, nem nada*”³⁶. Porém, hoje, para chegarmos nas casas, percorremos estreitos corredores, alguns de difícil acesso e vemos as cercas de arame que dividem as propriedades das famílias. Nada que signifique impedimento da entrada de um vizinho, que é sempre bem-vindo, *é só chegar*, até porque existe um grande grau de parentesco e relações de compadrio no lugar.

Assim, como Woortmann (1990) aponta, no campesinato a família é colocada como prioridade, onde as plantações das *roças*³⁷ são destinadas primeiramente para a alimentação do núcleo familiar. Caso exista um excedente, é levado para as feiras nas cidades, mas as áreas onde estão os pés de frutas e plantas de saberes medicinais, como o tradicional umbuzeiro e a erva cidreira, não tem dono, é só pegar. Existem alguns produtos que já são reservados para a comercialização, como o requeijão, licores, leite e polpas de frutas. Possuem pequenas criações (FOTO 5) de porcos, galinhas e alguns permanecem com a cultura da criação de gado, geralmente para a venda do leite.

Foto 5: As Criações



³⁶ Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

³⁷ Ao referirem sobre suas plantações, lavouras, utilizam majoritariamente a expressão *roça*.



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

As primeiras famílias construíram suas casas de adobe ou enchimento, chão de cimento queimado e telhas de barro. Muitas delas ainda existem, rústicas e simples, mas amplas, com janelas e portas de madeiras. Algumas ganharam novos cômodos e na medida que os filhos foram casando, no quintal da família construíram casas, agora de alvenaria. Em muitas tem antena parabólica e existe sinal de telefone de uma operadora, porém, não é sempre que funciona. Dentro das casas chegaram também as *modernidades*, televisores, geladeiras, fogões a gás. Mas o forno e fogão a lenha ainda são presentes e indispensáveis para preparar um bom biscoito, requeijão, feijão, entre outros. As nossas conversas foram muitas vezes acompanhadas dos programas no rádio a pilha, dentro de casas antigas ou novas, que tem em comum os cuidados, que fazem do lugar um lar, as flores e cores.

Foto 6: As Casas, Parabólicas, Fogão e Forno a Lenha





Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017, Abril de 2018.

A Comunidade do Touro está situada em um ponto de transição entre os municípios circunvizinhos. A parte referida como *centro* fica mais próxima a sede de Serranópolis de Minas, mas a parte *baixa* está em fronteira com Riacho dos Machados, estabelecendo deste modo, relações com outras comunidades da redondeza. Por conta disso, os moradores revelaram que na Comunidade atualmente há uma diferenciação de dois núcleos: o *Touro* (centro) e a *Barra do Touro* (baixa).

Na parte designada Touro, localiza-se a Escola de ensino fundamental (até o 9º ano), a Unidade Básica de Saúde (UBS), o Tele Centro (FOTO 7), a Igreja Católica de Santa Ana e a Associação do Touro. Todos os moradores acessam esses lugares e serviços. Há o ônibus escolar para as crianças e também para os adolescentes que estudam nas escolas da cidade, que possuem ensino médio. A UBS até pouco tempo funcionava na sede da Associação, hoje tem uma agente de saúde da própria Comunidade e toda segunda feira atendimento médico. Já o Tele Centro, “*tá lá só a casa com uns computador e os trem tudo lá parado, jogado*”³⁸.

³⁸ Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

Foto 7: Unidade Básica de Saúde e Tele Centro Comunitário



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

Anteriormente tudo era centrado nesta parte da Comunidade, mas hoje na Barra do Touro há também uma Associação e muitos participam da Igreja Católica de Rosa Mística, considerada também padroeira. A Associação e a Igreja estão localizadas na divisa e adjacências de Riacho dos Machados. Todavia, ao tentarmos compreender a distinção destes dois núcleos e a presença de duas Associações, não encontramos uma divisão bem determinada. Já que existem sujeitos que moram na Barra do Touro, mas estão na Associação do Touro e vice-versa, bem como, pessoas da mesma família em Associações diferentes:

Eu participo de uma associação, ali do lado já tem outra, na mesma comunidade, quando você for lá conversar com Geraldo que tá na mesma região, ele tem uma outra Associação [...] Aqui são duas, Touro e Barra do Touro que na verdade não muda muita coisa não, é região do Touro mesmo. (Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

Antes o pessoal daqui tudo participava era lá da do Touro, mas aí ela ficou um pouco desativada, quase não estava movimentando, aí o pessoal formou essa outra e por causa que já tinha lá, teve que chamar Barra do Touro. Aí ficou dividido por causa disso a comunidade (risos). Mas tem um bocado de gente lá do touro que tá na mesma da Barra do Touro. E outros que tá quase na Barra, tá na de lá do Touro também. (Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018)

Apesar destas separações, existem os momentos de estar junto. A maioria dos moradores são católicos, nos relatos comentam que são poucos evangélicos, mas como não há Igreja evangélica no Touro, participam em outra comunidade. As festas de santo são muito tradicionais, principalmente das padroeiras Sant'Ana e Rosa Mística, as Festas Juninas (São João, São Pedro, Santo Antônio) e o tempo das Folias de Reis.

Antigamente as festas eram bastante animadas, os foliões iam de casa em casa cantar os reis, tinha bandeira e muita comida para compartilhar. *“Naquele tempo era mais dificuldade, mas parece que o pessoal vivia mais contente com o que tinha. Tinha pouca coisa, mas vivia mais contente”*³⁹. As lembranças das festas são muito presentes, uma época de muita alegria, por isso, alguns moradores resolveram reativar o Grupo Seresteiros do Luar, criado em 1955 por quatro irmãos. Tiveram o intuito de reviver momentos que eram de muita felicidade, um esforço para manter a tradição que veio dos avós e pais. Seu Geraldo um dos integrantes, mostrou com orgulho suas 3 sanfonas (FOTO 8).

Foto 8: Seu Geraldo e Sua Sanfona



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

Recordo de uma das primeiras conversas que tive com Levi, onde me falava que o Touro *“é uma comunidade que ela não tem muito de coletivo não”*⁴⁰, mas com este olhar vindo de fora pude ver a coletividade da Comunidade. Vi vasilhas que foram cheias para casa do vizinho, voltarem cheias também. A reunião nos momentos sagrados, das rezas e missas. Ouvi muitos: *“benção padrinho, madrinha”*, *“bom dia comadre, compadre”*. E através das andanças para conversar com os moradores, onde sempre fui acompanhada de alguém do lugar, vi a

³⁹ Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

⁴⁰ Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017.

preocupação com teor de obrigação, de recepcionar da melhor forma, com sucos, biscoitos, bolos e requeijões. Muitos desses produtos significam o sustento através da venda, mas foram compartilhados com a “visita”. Chegava ao Touro com o caderno, gravador, máquina fotográfica e minhas dúvidas. Voltava com novas dúvidas, um monte de frutas locais e lembranças que faziam questão de nos presentear.

A Comunidade vive em ciclos, os momentos das festas e também da *lida*. Afim de exprimir o que pudemos conhecer nos trabalhos de campo, desenvolvemos um calendário⁴¹ do lugar (QUADRO 6), marcado pelos ciclos do trabalho, da natureza, religião e cultura. Tempos que se relacionam e representam as dinâmicas de vida no Touro.

⁴¹ Este quadro é inspirado em Borges (2010, p.87), que em seu estudo organizou um calendário anual de ciclos da natureza, do trabalho e de rituais em São Romão. As informações contidas são com base nos relatos dos trabalhos de campo em 2017, 2018 e 2019.

Quadro 6: Calendário dos Ciclos da Água, Trabalho, Religião e Cultura da Comunidade do Touro

MESES CICLOS	JAN	FEV	MAR	ABR	MAIO	JUN	JUL	AGO	SET	OUT	NOV	DEZ
SECAS E ÁGUAS	Espera de Chuva	Espera de Chuva	Espera de Chuva	Início da Seca	Seca	Seca	Seca	Seca	Seca	Início da Chuva	Espera de Chuva	Espera de Chuva
TRABALHO NO TOURO	Plantar Feiras Por dia	Plantar Feiras Por dia	Colher Feiras Por dia	Colher Feiras Por dia	Entressafra Feiras Por dia	Entressafra Feiras Por dia	Entressafra Feiras Por dia	Entressafra Feiras Por dia	Preparar a Terra Feiras Por dia	Preparar a Terra Feiras Por dia	Plantar Feiras Por dia	Plantar Feiras Por dia
TRABALHO MIGRAÇÃO	—	—	—	—	Destino	Destino	Destino	Destino	—	—	—	—
RELIGIÃO E CULTURA	Santos Reis (Folia)	—	Período Pascual	Páscoa	Festa de Santa Cruz - Serranópolis de Minas	Rosa Mística - padroeira Festa Junina - São João São Pedro Sto Antônio	Sant'Ana - padroeira	—	—	—	—	Festa de Nossa Senhora da Conceição - Serranópolis de Minas Natal

Fonte: Trabalhos de Campo, 2017, 2018 e 2019. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2019

Pudemos apreender que existe uma diferenciação do *tempo das secas* e do *tempo das águas*, onde a espera é de seis meses de duração cada. De outubro a março chuva e de abril a setembro seca, porém, vale frisar que falamos de uma região semiárida, o que faz desses ciclos expectativas, já que há uma grande irregularidade pluviométrica. Do período que acompanhamos a Comunidade ouvimos que o ano de 2017 para 2018 foi *bom de chuva*, mas as esperanças para 2019 não são boas, já que *janeiro estava muito seco e quente* e quando chove é *descontrolado*.

Em relação a religião e cultura, destacamos as festas mais importantes do lugar, das padroeiras e dos santos, bem como, as tradicionais em Serranópolis de Minas, que ocorrem na cidade. Outras datas cristãs são também significativas, dentre elas o natal e o período da páscoa, que cada ano é modificado segundo o Calendário Litúrgico da Igreja Católica.

Sobre os ciclos de trabalho, a relação é bem mais complexa. Este ciclo é dependente da natureza, da variedade ecológica e demais fatores. Ainda por cima, a atividade agrícola foi totalmente afetada com a monocultura de algodão.

Observamos conjuntamente outras atividades, além das plantações das roças familiares. Quando usamos “feiras” nos referimos a comercialização de leite, requeijão e polpas de frutas, que ocorrem geralmente nas feiras livres. Por outro lado, quando utilizamos “por dia”, falamos da venda da força de trabalho para a realização de diversos serviços, na medida em que são acionados por fazendeiros locais.

Os novos tempos trazem também novos ciclos. Após o findar da monocultura, muitas famílias, como estratégia de vida, passaram a viver um ciclo de trabalho diferente, que refere-se as migrações, tratadas no próximo capítulo.



CAPÍTULO III – VIVER LÁ E VIVER AQUI: PROCESSOS MIGRATÓRIOS E RESISTÊNCIAS



Neste capítulo, analisamos o que ficou entre *o des-envolvimento* proposto através da monocultura de algodão e os momentos de *precisão*, ou seja, apresentamos a migração, o *sair no mundo*.

Da Monocultura de Algodão a Saída no Mundo: os tipos e destinos da migração

Maria Cecília: O que aconteceu após o declínio do algodão?

Levi: Aí que começou a tal da migração. O pessoal foi saindo daqui do algodão, aí já tinha aquela turma lá da braquiara e da braquiara tinha a turma que levava pro corte de cana. (Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

Enquanto buscávamos compreender os impactos da monocultura foi notória a associação que os moradores fazem com as migrações. Processo que aparece como resultado pós crise do algodão. Aqueles que se inseriram na lógica da monocultura, acessando os créditos oficiais ou trabalhando nas zonas em que havia o monocultivo, precisaram parar de produzir suas roças de gêneros alimentícios, introduzindo práticas que afetaram a diversidade e provocaram o desgaste dos solos e águas.

A monocultura trouxe expectativas positivas, porém, com o declínio, por volta de 1990, restaram poucas alternativas. Muitos estavam endividados por conta dos créditos e das vendas antecipadas aos atravessadores. Ficou impossível voltar a plantar com as terras destruídas, onde estavam adaptados a um cultivo a partir dos pacotes agroindustriais, além das dificuldades hídricas.

Esta realidade foi vivenciada em todos os lugares atingidos por este modelo de desenvolvimento. Como exposto por Feitosa e Barbosa (2006, p.181), “se, por um lado, provocou a ‘modernização do campo’, por outro, implicou o empobrecimento dos agricultores familiares, a degradação dos recursos naturais e a manutenção da concentração fundiária”.

Pior que já vinha um pacote, o pessoal usava máquina pesada pra gradear as terras, tinha que passar veneno toda semana também, porque vinha o pacote completo, então com isso foi uma perda muito grande que as pessoas tiveram. Aí ele tinha com o algodão, além de pagar o empréstimo, tinha que comprar todas as outras coisas. E muitas dessas pessoas perderam as suas terras por causa disso, não conseguia pagar o banco e os documentos ficava tudo no banco. Os bancos leiloaram muito dessas terras, para poder cobrir lá aquele financiamento que era feito e muitas pessoas também que era avalista perderam também. (Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

O tempo do algodão passou a ser regido pela monocultura que instaurou, então, os tempos das migrações, com objetivos e trajetórias relacionados grandemente a geração a que pertence o migrante. Mas antes de apresentarmos os sujeitos que realizaram esse processo e

suas percepções, descrevemos de maneira sintética os tipos de migrações que encontramos no lugar. Estas foram expostas pelos sujeitos migrantes, familiares e vizinhos, ou seja, os moradores do lugar que vivem os dois lados do processo, o sair e o ficar.

Identificamos dois tipos de migração na Comunidade, que segundo as classificações de Martins (1988, p.49), são cíclicas e não-cíclicas. As cíclicas são aquelas propriamente ditas temporárias, com ritmo marcado e tempo certo de saída e retorno. São dominadas pelos tempos das estações do ano, plantios e colheitas, combinando ciclos agrícolas distintos e evoluindo do camponês ao boia-fria. Já as migrações não-cíclicas, podem destinar também as áreas urbanas, envolvendo trabalhos em indústrias, comércios, construção civil, grandes obras públicas e privadas. Este tipo é dominado pelo capital, tem o tempo subjugado e irregular, tendendo a se tornar “permanente”. Visto isto, “as condições e os efeitos sociais de cada uma dessas modalidades são diferentes entre si e envolvem concepções diferentes do que é “temporário” e do que é migração temporária” (Idem, p.49).

No Quadro 7 expressamos a dinâmica desses movimentos, os destinos que foram citados e as ocupações de trabalho nestes lugares.

Quadro 7: Destinos e Ocupações dos Migrantes da Comunidade do Touro

DESTINOS CITADOS	OCUPAÇÃO
Minas Gerais (Norte de Minas) <ul style="list-style-type: none"> • Porteirinha • Riacho dos Machados • Serranópolis de Minas • Montes Claros • Jaíba 	<ul style="list-style-type: none"> • Trabalhos em Comércios (supermercados, soverterias, lojas): atendentes, entregadores, faxineiros, etc.; • Trabalho Doméstico; • Trabalhos na Mineradora; • Trabalhos em Prefeitura; • Trabalhos nas <i>Firmas</i>; • Servente de Pedreiro.
Minas Gerais (Sul de Minas) <ul style="list-style-type: none"> • Turvolândia • Campos Gerais 	<ul style="list-style-type: none"> • Hortifrúti; • Colheita de Café; • Corte de Capim Braquiária.
São Paulo <ul style="list-style-type: none"> • Indaiatuba • Cajuru • Pedregulho • Buritizal • Santo Antônio do Jardim • Cristais Paulistas 	Área Urbana <ul style="list-style-type: none"> • Qualquer emprego disponível: fábricas, <i>firmas</i>, construção civil, etc. Área Rural <ul style="list-style-type: none"> • Hortifrúti; • Corte de Cana; • Corte de Capim Braquiária; • Colheita de Café.
Mato Grosso <ul style="list-style-type: none"> • Primavera do Leste 	<ul style="list-style-type: none"> • Colheita de Algodão e Trabalhos em Usina de Beneficiamento.

Fonte: Trabalhos de campo. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2019

Dentro do contexto migratório, os moradores fazem uma diferenciação entre os trabalhos nas *firmas* e nas *fazendas*. As firmas designam os trabalhos em empresas, tanto no perímetro urbano, como empresas agrícolas. Já quando se referem aos trabalhos temporários nas colheitas, citam as fazendas. Nesta seção traçamos um panorama geral referente as migrações não-cíclicas e durante o capítulo falamos mais densamente da experiência dos trabalhos temporários, que são muito presentes no lugar.

Primeiro, é importante explicar porque grafamos permanente e definitivo entre aspas quando nos referimos as migrações. A luz de Sayad (1998), entendemos que chegando no lugar de destino os sujeitos vivem uma dupla contradição: por um lado, estão em um estado provisório que é prolongado indefinitivamente e ao mesmo tempo este estado permanente é vivido com o sentimento de provisoriedade. Assim são os caminhos percorridos pelos moradores da Comunidade do Touro. Quando vão para as áreas urbanas ou para os trabalhos agrícolas, geralmente tem a expectativa de encontrar um meio para a reprodução da vida, que pode vir a ser prolongado. No entanto, vivem com o sentimento de incerteza, já que lá é diferente do *lugar da gente*, onde para morar precisam pagar aluguel e a renda adquirida é fruto dos trabalhos inconstantes.

Neste sentido, Martins (1998, p.49) reflete que “se, em termos demográficos, a duração – o *temporário* – é essencial para o estudo das migrações temporárias, em termos sociológicos o essencial é a concepção de *ausência*”. Pois será um migrante temporário todo aquele que considera a si mesmo, *fora do lugar* e de *casa*, isto é, ausente, mesmo que demograficamente tenha migrado definitivamente. Isso quer dizer que essas migrações, tornaram-se *permanentemente provisórias* e são recheadas de histórias e ciclos, desde as migrações temporárias para as colheitas que se perpetuaram, até os trabalhos nas zonas urbanas.

Era muito comum, caminhando pela Comunidade, ver os velhos, as crianças brincando ou esperando o ônibus escolar e poucos homens trabalhando em suas roças. Estávamos vendo, assim, a nova dinâmica do lugar, um processo de envelhecimento e saída daqueles que estão em idade produtiva. Esse rearranjo para os que ficam traz o sentimento de insegurança, de medo do futuro, da sucessão. As tradições parecem não encontrar formas de manutenção, é algo que dói, como nos revela Levi:

Agora é uma preocupação! O menino meu já não quer ficar aqui mexendo com roça, já está em outra atividade, ele é segurança. E no geral eu percebo isso também, a questão da sucessão ela é doída, é doída! Você não percebe isso, se eu sair hoje, amanhã tem alguém pra tocar a atividade? E não é só a minha não, eu percebo no geral. Você enxerga alguma coisa desenvolvendo, mas a continuidade da comunidade em si, do processo produtivo ele é um desafio [...] a roça hoje está sendo lugar de velho. (Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade

do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

A partir do declínio da monocultura foi viabilizado o estímulo as primeiras gerações de migrantes, que hoje estão com cerca de 40 anos ou mais de idade. Atualmente as novas migrações parecem trazer também novas ambições e expectativas de vida, o que faz dos jovens mais propícios as mudanças do lugar.

Através dos relatos dos familiares tivemos a compreensão de que se tornou uma prática, principalmente dos mais novos, a ida para as cidades mais próximas e do Norte de Minas. Houve um contingente de pessoas que foram para o município da Jaíba por conta do Projeto de agricultura e fruticultura irrigada.

Aí na Jaíba tem muita gente, meus parentes moram quase tudo pra lá. Tudo mexe com roça, tem uns que é empregado, mas a maioria é com roça. Foi mais novo pra lá, assim que saiu o Projeto eles foram pra lá [...] Uns já saiu de lá e foi pra outros lugares, mas tem muita gente lá ainda. (Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Outro empreendimento que resultou em empregos para alguns moradores, mesmo que provisórios, foi a Mineradora de Riacho dos Machados. Uma dessas histórias é a do filho de Levi, “*hoje ele mora em Porteirinha, mas está trabalhando lá na firma em Riacho*”⁴². Além destes trabalhos, em Porteirinha, Riacho dos Machados, Serranópolis de Minas, Montes Claros e Jaíba, os moradores citaram ocupações em comércios como atendentes, entregadores e faxineiros, trabalhos em *firmas* e contratos pela prefeitura, trabalho doméstico e de servente de pedreiro.

A opção por essas localidades é justificada, muitas vezes, em função da vontade de seguir novos caminhos, já que estes não querem dar prosseguimento ao trabalho rural. Mas estando mais próximos, o contato com a família é mais fácil, podem sempre retornar naqueles tempos das festas, dos momentos de estar junto. É relatado constantemente a divisão do aluguel entre irmãos, parentes e vizinhos, mas com o tempo a intenção é de construir ou adquirirem suas próprias casas, vivendo sempre nessa contradição do permanentemente provisório.

Percebemos que muitas migrações iniciaram não com o objetivo de permanecer no novo lugar e sim enquanto migrações temporárias, que destinavam municípios do Sul de Minas e do estado de São Paulo. Após algum tempo a oportunidade de ficar aparece, em função de uma proposta de trabalho mais estável ou constituição de família.

⁴² Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017.

Nos relatos, os homens solteiros são descritos como aqueles que migram com mais tendência a ficar no lugar de destino, onde muitos já casaram, constituíram família e não retornaram para a Comunidade. Seu Alfeu nos contou dos primos, os primeiros a sair para o estado de São Paulo, que entre mudanças estão hoje na cidade de Indaiatuba. Foram para trabalhar com hortifrúti (tomate, pimentão, berinjela, ameixa, etc.) em fazendas do interior. Trabalhavam como meeiros, cuidavam de toda a lavoura: plantação, colheita, seleção, embalagem e carregamento dos caminhões que levavam as produções direto para a CEASA⁴³ em São Paulo. O trabalho até então, tido como temporário, durava cerca de 7 meses. Eles *entravam* com a mão de obra e o patrão fornecia a muda, semente, adubo, maquinário, mas depois dividiam tanto o lucro, como as despesas: “*dividia, mas só que ele cobrava isso tudo e ninguém nem sabe como que cobrava (risos)*”⁴⁴. Atualmente os primos fazem trabalhos terceirizados em fábricas:

Eles é daqui também, foi pra lá novo, ainda tudo meninos. (Hoje estão) em Indaiatuba, eles moram na cidade, hoje eles não mexem mais com isso não (trabalho em fazendas), trabalha em fábrica hoje. Eles falam que tá melhor, cansou com lavoura, hoje eles trabalha tudo em fábrica. Uma hora está empregado, outra hora está desempregado, mais temporário, é mais terceirizado, não é direto mesmo [...] Eles vêm pouco, muito pouco. Já até morreu uns dois deles lá, o pai deles também morreu tudo pra lá, mais colegas deles que foi pra lá já morreu uns dois, três. Tudo gente daqui que foi pra lá. (Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Seu depoimento revela as migrações “permanentes” e o fato de mesmo estando há anos fora, vivem momentos incertos, como o desemprego. A saudade é constante, convivem com a *falta* dos que conseguem vir pouco e daqueles que já se foram. Saudades Alfeu sente também do irmão, que foi seu companheiro nos trabalhos temporários, viviam *para lá e para cá*, mas “*casou lá, ficou e vai para 11 anos que ele não veio aqui, acomodou demais*”. Ele recordou de uma visita que fez ao irmão, quando conheceu um de seus sobrinhos, que na ocasião ainda era pequeno.

Eu passei lá uma época que eu tive no café em Cristais Paulistas, de lá eu fiz a volta e passei lá na casa dele. Fiquei uns dois dias com ele e vim embora [...] O menino dele mesmo, depois que eu vim, o menino era pequenininho, já teve no exército e saiu (risos). É um casal só que ele tem, é um rapagão já. (Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

⁴³ Em seu depoimento Alfeu refere-se ao Centro Estadual de Abastecimento (CEASA), porém, não existe mais na cidade de São Paulo. Houve a junção do mesmo com a Companhia de Armazéns Gerais do estado de São Paulo (CAGESP) que resultou na CEAGESP (Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo) que foi inaugurada em maio de 1969 e funciona como um centro de abastecimento atacadista até os dias de hoje. Disponível em: <https://www.ceagesp.org/ceasa-sp/>

⁴⁴ Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

O seu irmão foi empregado na fazenda que trabalhavam juntos com Hortifrúti, ficou morando na casa que o patrão cedia, mas com o tempo ele construiu a sua própria casa. “Quando eu passei lá estava começando a lotear, é na beira de uma pista no trevo que tem lá, é área urbana, aí estava fazendo uma colonizaçãozinha”⁴⁵. Da mesma maneira, outros sujeitos no ir e vir foram ficando, relatos de saudades de moradores como Roberto que nos contou sobre as migrações de seus filhos:

Maria Cecília: *Tem algum parente que saiu daqui?*

Roberto: *Tem tio, irmão, tem um filho que mora lá também, já foi pra morar lá mesmo, trabalha com trator (no café).*

Maria Cecília: *Todos os filhos já foram trabalhar fora?*

Roberto: *A não ser esse outro que tá em São Paulo, tem esse aqui que foi pra Mato Grosso na algodoeira e outro que tá em Porteirinha mesmo. (Depoimento de Roberto Gomes, 48 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018)*

Alguns destes sujeitos que estabeleceram morada nos destinos, que anteriormente iam apenas para os trabalhos temporários, tornaram-se referências para os novos migrantes, intermediando os empregos para aqueles que ficaram no Touro.

Primeiro foi um pessoal que morou aqui muitos anos, o pessoal de Seu Miro, que levou nós pra colher semente de braquiara [...] e eles tá lá até hoje, o pessoal de Seu Miro, eles continua lá. (Depoimento de Alcides Pereira Dos Santos, 57 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Lá já tem um amigo nosso que mora, primo do amigo meu ali, que mora lá. Aí liga pra ele, ele arruma a casa e já conversa com o homem do serviço lá. É um serviço, pode dizer, fixo. Aí chega lá trabalha pra ele direto. (Depoimento de Marcos Vinícius Souza Cordeiro, 21 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Mais à frente entenderemos melhor esse tipo de negociação. Trouxemos aqui alguns apontamentos sobre esse processo que é complexo e multifacetado, são fragmentos de histórias lembradas por aqueles que convivem com a saudade dos que precisaram *sair no mundo* e hoje quase não podem rever. A complexidade está, da mesma forma, nas migrações temporárias cíclicas, que modificam os que vão e aqueles que ficam, interferindo totalmente na dinâmica da Comunidade. Por isso, apresentamos agora esses sujeitos que saem e aceitaram compartilhar conosco suas experiências.

⁴⁵ Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

Os Sujeitos que Migram

Em relação aos processos de saída para os trabalhos temporários, entrevistamos moradores da Comunidade com faixa etária entre 21 e 65 anos. Todos migraram mais de uma vez, tem aqueles que pararam por um período, os que migram atualmente e os que pretendem migrar novamente. Identificamos brevemente estes sujeitos que estiveram dispostos a contar suas trajetórias, contribuindo grandemente para as reflexões contidas neste trabalho. Alguns mais tímidos, outros mais espontâneos, mas todos marcados por esse ir e vir.

O primeiro migrante que entrevistamos foi José Ricardo (FOTO 9), ele tem 32 anos, vive na casa de cor azul recém construída com sua companheira e filha, no mesmo *terreno* de sua mãe e irmãos. Estávamos em abril de 2018, a conversa foi no entardecer daquele dia. Esperamos sua volta do trabalho que realiza em uma fazenda próxima a Comunidade, na ocasião fazia silagem (processo de preparação de ração para gado), trajava a roupa que utiliza no serviço, blusa de manga comprida para proteger do sol. A entrevista a princípio foi tímida, mas aos poucos foi compartilhando suas impressões e trajetórias. Começou a sair em 2004 para o interior de São Paulo, nas colheitas de café, desde então só não migrou em um ano quando trabalhou *numa firma ali*, na mineradora de Riacho dos Machados. Ele também já trabalhou em empresas em Montes Claros. Já havia escurecido, saímos de lá e seguimos caminhando um pouco até chegarmos na casa do segundo migrante.

Foto 9: O Migrante Temporário José Ricardo e sua Filha



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

Era Roberto Gomes (FOTO 10) de 48 anos, que é casado e tem 4 filhos. José Ricardo e Roberto são filhos de Dona Rita e irmãos de Geraldo e Lia que apresentamos no capítulo 2. Dos filhos de Dona Rita três já migraram, além de José Ricardo e Roberto, tem outro

que já foi para as colheitas de café e na época estava trabalhando em uma empresa de construção civil em Montes Claros. A casa de Roberto também fica no mesmo terreno da mãe, mas sua construção já aparenta ser mais antiga.

Ele afirma que *pode dizer que nem estudo tem*, pois não sabe *ler nada*. Sobre a primeira vez que saiu, não recordou o ano, mais provavelmente tem *uns 15 anos ou mais, foi na braquiara* (corte de capim braquiária) e depois passou a ir no café. Os trabalhos foram no interior do estado de São Paulo e no Sul de Minas em diversas fazendas, mas nos últimos tempos tem ido para Pedregulho-SP. José Ricardo o acompanha, bem como nos trabalhos que fazem quando estão na Comunidade, *“aqui sempre eu trabalho na fazenda ali, direto”*.

Quando chegamos na sua casa estava preparando o jantar junto com seu filho, o jovem havia migrado dois anos seguidos para Mato Grosso, para trabalhar em uma usina de beneficiamento de Algodão. Ele disse não gostar, *usina a noite é perigosa*, porém, tempos depois, quando voltamos na Comunidade, soubemos que mesmo sem querer ele foi novamente, *era preciso*. Roberto tem também dois filhos que atualmente vivem em Porteirinha, o filho trabalha em um supermercado e a filha como doméstica. O outro filho migrou para a região do café no interior de São Paulo, trabalhando com trator. Sua esposa, segundo Seu Geraldo Gomes, estava em Belo Horizonte trabalhando como doméstica. Os irmãos, José Ricardo e Roberto, estavam em vésperas de sair para o café, no mês de maio e assim o ciclo começava por mais um ano.

Foto 10: Os Migrantes Temporários Roberto e Filho



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

Como o ciclo da migração ocorre todo o ano, também as migrações dos pais, filhos, irmãos e primos se repetem na Comunidade do Touro. Os pais que realizavam a migração nas décadas passadas, impulsionadas pelo declínio da monocultura de algodão, agora veem seus filhos realizando o ciclo migratório e muitas vezes, com as mesmas ocupações no processo de trabalho.

Retornamos na Comunidade para o último campo deste trabalho em janeiro de 2019, em um período com maior chance de encontrarmos os migrantes no lugar e assim ouvirmos suas histórias. Conhecemos então, Alfeu José da Silva (FOTO 11) de 54 anos, casado e não tem filhos. Extrovertido, conversou bastante conosco e compartilhou sobre sua vida de migrações que ocorrem desde a década 1990, quando era jovem e ainda solteiro. Percorreu muitos quilômetros e muitos lugares de destinos, já trabalhou em empresas na Jaíba-MG e foi meeiro em hortifrúti de uma colônia japonesa por 12 anos. Mas durante o período que esteve fora, seu pai sofreu um acidente vascular cerebral, então teve que voltar, nos contou que *“tava mexendo com a lavoura lá”*, terminou e veio embora. Depois do falecimento de seu pai ele casou e *“daí pra frente comecei ir no café”*.

Trabalhou nas colheitas de café no Sul de Minas e interior de São Paulo durante 8 anos, a última vez foi em 2014, mas já planejava sair este ano novamente: *“inclusive esse ano eu estou até pensando em sair um pouco, não é certo não, mas é capaz de sair um pouco. Estava pensando, não sei se vai (risos)”*. Quando nos aproximamos de sua casa os cachorros anunciaram nossa chegada, ele nos disse que *“estava ali passando fita nuns três pés de pimenta”*, cuidando da sua roça e horta que faz questão de cultivar mesmo não *“tendo quase nada, mas tem que ter, vai lutando”*.

Foto 11: O Migrante Temporário Alfeu José da Silva



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

O retorno, muitas vezes, só acontece em função de doenças na família e da necessidade de permanência na terra para não ser expropriado. A migração, que é uma forma de auxílio e manutenção financeira dos que partem e dos que ficam, é interrompida para provocar a permanência e a manutenção da família e da terra.

Encontramos Alcides Pereira dos Santos (preferiu não tirar foto), sentado à frente de sua casa. Ele tem 57 anos, vive com a companheira e os seus filhos moram juntos e trabalham em Porteirinha-MG. Saiu pela primeira vez para a migração no trabalho do corte de capim braquiária, há mais ou menos 30 anos atrás, mas devido as condições encontradas, depois de alguns dias, se dirigiram para o corte de cana. *“Nós fomos pra colher braquiara, chegando lá um homem, inclusive com o mesmo nome meu, convidou nós pra cortar cana e nós largou o braquiara pra lá e foi”*. Por volta dos anos 2000 passou a ir para o trabalho na colheita do café, ele não recorda a última vez que foi, porém, foi em meados de 2005. Há algum tempo ele teve que amputar um pé, então hoje em dia não tem mais *“atividade”* e é aposentado pela Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS).

Conhecemos também Aroldo (FOTO 12), ele está com 50 anos, é casado e tem 2 filhos. Não soube ao certo quando migrou pela primeira vez, *“tem muito tempo (risos)”*, mas ia para as colheitas de café no Sul de Minas. Em uma dessas idas sua esposa o acompanhou no trabalho, *“porque ela tinha vontade de conhecer”*, mas *“foi a primeira vez e ficou nessa mesmo, não quis ir mais não (risos)”*. Há três anos *“largou de ir”*, *“mas se não achar outro meio é obrigado, não é porque quer não (risos)”*.

Foto 12: O Migrante Temporário Aroldo



Nos relatos aparecem doenças adquiridas nos trabalhos realizados na migração, as dificuldades com as condições do serviço, o desgaste do corpo e da mente. Fica evidenciado um processo de saída forçada dos trabalhadores, mas quase todos os depoimentos deixam claro que se houver necessidades é a migração a possibilidade de reprodução da vida.

Conversamos com o casal Geraldo (FOTO 13) de 65 anos e Aparecida (preferiu não tirar foto) de 53 anos, eles não tiveram filhos. Saíram primeiramente em 2006, iam para Buritizal-SP na colheita de café. Foram neste último ano, retornando em agosto, porém, os dois estão com a saúde debilitada, Geraldo inclusive não enxerga de um olho e a *“intenção é de parar, porque não vira mais nada [...] não adianta não, não tem mais força pra panhar café não”*.

Foto 13: O Migrante Temporário Geraldo



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

Chegando a casa de Idelmar Cordeiro (FOTO 14), fomos recebidos pelas crianças que brincavam no quintal, suas duas filhas. Ele tem 42 anos, estudou até a 4ª série e é casado. Em 1996 foi para o corte de capim braquiária, depois trabalhou em uma firma por 8 meses: *“mas não me fichou, eu peguei e sai. Era pra mexer com produto químico, aí eu não fiquei, era perigoso demais”*. Passou a ir todos os anos para o café em Pedregulho-SP. Nos dois últimos anos não foi mais ao café, mas não descarta sair novamente: *“dependendo eu penso ainda de ir”*.

Foto 14: O Migrante Temporário Idelmar Cordeiro



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

O mais novo dos migrantes que entrevistamos é Marcos Vinícius Souza Cordeiro de 21 anos, solteiro e completou o ensino médio. Está indo para o café em Pedregulho-SP desde 2016 e tem certeza que irá novamente este ano. Suas percepções e sonhos dizem muito de um jovem migrante, que enquanto conversávamos com os mais velhos era revivido, porém, tendo informação das grandes contradições que viveram, das dificuldades, do *trabalho duro*, das saudades.

Foto 15: O Migrante Temporário Marcos Vinícius



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

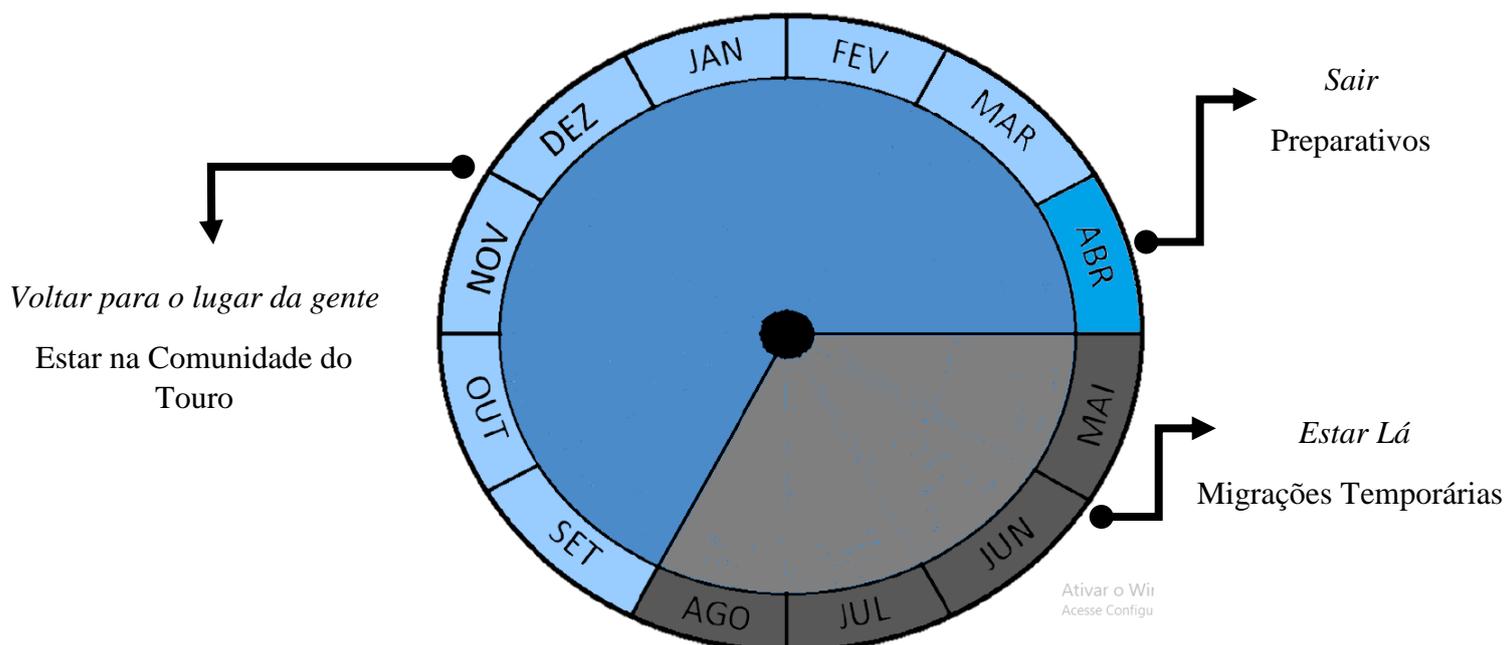
A migração continua entre gerações, mesmo com contradições, dificuldades compartilhadas e histórias reveladas de insucessos e retornos. Jovens seguem o caminho feito pelos seus pais, pelos mais velhos. A pouca escolaridade, aliada as dificuldades com o viver no rural, auxiliam a continuidade desse ir e vir entre colheitas de café, corte de capim e “*firmas*”.

Tempo de Sair

Na Comunidade, as migrações temporárias cíclicas são regidas por tempos, o *de sair*, de *estar lá* e o de *voltar para o lugar da gente*. Nogueira (2010), em seu trabalho, também dialoga com a noção de tempos de Evans-Pritchard (1999). Afirma que o processo migratório dos camponeses de Aracatú-BA obedece a um “tempo biológico”, do ciclo vegetativo do café, mas também há outro “tempo do café”, que “articula e redimensiona outros tempos da vida social. Um tempo que não é somente cronológico e definido pelo calendário das colheitas de café, mas um tempo que é de espera, de solidão, de saudades e de coragem” (NOGUEIRA, 2010, p.151-152). Refere-se ao encontro das relações entre os sujeitos, o meio ambiente e o processo da migração.

Aqui também refletimos estes momentos, que no nosso caso, não acontecem apenas por conta das colheitas de café, mas também para as empresas algodoceiras, o corte de cana e de capim braquiária. Em abril temos o *tempo de sair* que é a hora dos preparativos para a migração, do contato para o trabalho, das vésperas. De maio a agosto, há o *tempo de estar lá*, das despedidas, dos trabalhos temporários, da saudade, de estar fora. Nos outros meses temos o tempo de *voltar para o lugar da gente* e estar então com os seus. É firmado desta maneira um calendário cíclico das migrações temporárias da Comunidade do Touro (ESQUEMA 2).

Esquema 2: Os Ciclos das Migrações Temporárias do lugar



Fonte: Trabalhos de campo 2017, 2018 e 2019. Org: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, 2019

Neste tópico propomos ao leitor que embarque conosco no início dessa travessia, para que possamos compreender o *tempo de preparar para sair*. Frisamos que percebemos a existência de diferenças entre as gerações dos migrantes, tanto sobre os tipos de trabalhos, como as percepções e objetivos sobre este processo. Por isso, faremos nossos apontamentos demonstrando essa diferenciação.

Entre aqueles que migraram primeiro e há mais tempo, os trabalhos que conseguiram foram para o corte de capim braquiária, dos nossos entrevistados Roberto, Alcides e Idelmar já foram. No mesmo período houveram idas para o corte de cana, que Alcides também foi. Atualmente vão apenas para a colheita de café e poucos jovens para uma algodoeira em Mato Grosso, em função das *máquinas* terem substituído o trabalho manual nos cortes de cana e capim.

De modo geral, os destinos trilhados são o Sul de Minas e o interior de São Paulo, geralmente nos municípios que fazem a divisa entre os dois estados. Atualmente o lugar mais citado refere-se aos trabalhos nas fazendas de café em Pedregulho-SP. As migrações temporárias são realizadas predominantemente por homens: *“tudo homem, alguma vez foi mulher, mas já foi também”*⁴⁶, em algumas fazendas era mais comum o trabalho feminino: *“lá*

⁴⁶ Depoimento de José Ricardo, 32 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

sempre ia mulher e homem tudo junto”⁴⁷. Nos casos entrevistados, as mulheres que migraram foram em companhia dos esposos e das poucas que saíram, Aparecida foi a única que se dispôs a responder nossas perguntas.

Quando questionados sobre a decisão de sair, revelam que é por conta da *precisão*, este é o termo que demonstra as dificuldades do lugar, que algumas vezes aparece como a falta de trabalho, já que *“aqui falta muito serviço”*⁴⁸ e *“o lugar que a gente mora é fraco, não dá renda nenhuma”*⁴⁹. Outras vezes é relacionado com a dificuldade de plantar, *“planta não colhe e lá a gente ganhava mais, juntava mais um dinheirinho”*⁵⁰. Isso é agregado as expectativas de melhoria, de conseguir mais dinheiro para a sobrevivência, como nos disse a migrante Aparecida, *“a precisão faz ir longe, mesmo que a gente num quer”*⁵¹. Sair não é visto como uma escolha, mas como falta de alternativa, por esse motivo, em muitos depoimentos a palavra *obrigado* era citada:

Ás vezes o pessoal aqui sai mais é obrigado, entendeu? Ás vezes nem tem muita boa vontade assim, é obrigado por motivo de ser mais difícil aqui de serviço, essas coisas. Principalmente quem tem família. (Depoimento de Idelmar Cordeiro, 42 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

É obrigado a sair, faltava serviço direto aqui, mas assim, bom mesmo não é não. (Depoimento de Aparecida, 53 anos, moradora da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Ué, toda vez que a gente sai, por causa que gente não acha outro meio. Se a gente pudesse trabalhar, ficar só junto com a família era bom, mas como não acha a gente é obrigado ir. (Depoimento de Aroldo, 50 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Em todos os casos, havia o conhecimento de parentes ou vizinhos que anteriormente também saíram temporariamente, o que influenciou as novas migrações. O jovem Marcos Vinícius nos revelou que tinha muita curiosidade, já que *todo mundo ia*:

Maria Cecília? *O que te motivou a ir?*

Marcos Vinícius: *Ué, a curiosidade de saber como é que é lá. E a forma de ganhar dinheiro lá é diferente, ganha o dobro que a gente ganha aqui, trabalha menos.* (Depoimento de Marcos Vinícius Souza Cordeiro, 21 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

⁴⁷ Depoimento de Aroldo, 50 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁴⁸ Depoimento de Geraldo, 65 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁴⁹ Depoimento de Aroldo, 50 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁵⁰ Depoimento de Idelmar Cordeiro, 42 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁵¹ Depoimento de Aparecida, 53 anos, moradora da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

Na medida em que os *conhecidos* retornam e expõem as benfeitorias conseguidas, aguçam a vontade de novos sujeitos a migrarem. Sayad (1998), ao pesquisar sobre os emigrantes da Cabília que saíam para a França, demonstrou essa relação. Enfatiza que há uma visão idealizada da terra de destino, construída pelos retornados que destacam as coisas boas que conseguiram adquirir, uma postura que talvez exista para demonstrar que foram bem-sucedidos na migração. Alcides ressaltou a quebra de expectativa que teve, ao sentir chegando no destino que não era tão bom assim, como ele diz, o *sair no mundo*, não é tão vantajoso.

Maria Cecília: *O que te motivou sair?*

Alcides: *Ninguém sabe o que põe na cabeça, acontece que nem (risos), nem tinha essas necessidades de está saindo pro mundo. Mas achando que informação de um e outro que dava e achava que chegava lá era só juntar e por no bolso. Dá pra ganhar um dinheirinho, mas não é coisa grande, eu não achei grandes vantagens sair pra aquele mundo. (Depoimento de Alcides Pereira Dos Santos, 57 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)*

Saquet e Mondardo (2008, p.127) expõem que a migração é um processo social e em rede, que quando “iniciado, torna-se cumulativo, mantido através das idas e vindas dos migrantes entre os territórios de origem e de destino. Esse movimento gera muitas relações e redes e é condicionado por ela”. Já Truzzi (2008), ao falar de redes, chama atenção para o papel ativo dos emigrados na sociedade de origem, podendo influenciar, estimulando ou refreando novas migrações. Woortmann (2009, p. 222) por sua vez, classifica como rede social de apoio, onde os primeiros a migrar para garantir o retorno, precisam conhecer o destino e entender como conviver no novo espaço social e assim facilitam e divulgam para que outros possam vir a migrar. O fato é que as redes, que envolvem relações sociais, são determinantes no processo, sendo comum ouvir dos migrantes que “*sempre iam o pessoal daqui*”, incentivado e significando maior segurança para suas saídas.

Após a decisão de partir, é necessário “o emprego”, momento de atuação das redes sociais de migração. Atualmente existem duas maneiras de acesso aos trabalhos temporários, através dos *Turmeiros* ou *independente*.

As turmas que saem da Comunidade são organizadas por sujeitos que nas falas aparecem ora como *gatos*, ora como *turmeiros*. Estas duas palavras representam a mesma figura, que neste texto optamos por utilizar *turmeiro*, considerando ser mais representativo, já que todos citam aqueles que vão juntos para os trabalhos temporários, como pertencentes as turmas. O *turmeiro* é alguém da Comunidade do Touro ou de alguma comunidade vizinha, que é o responsável de fazer o contato com o “dono” das fazendas e organizar a ida, quem vai e quando. Nas palavras de Aroldo, são aqueles que “*de primeiro carregava as pessoas pra*

trabalhar”. No *estar lá* aparentemente faz o mesmo trabalho que o restante da turma, mas também exerce funções diferenciadas que abordamos na próxima seção. Dos entrevistados, Alcides, Alfeu, Aroldo, José Ricardo e Roberto conseguiram os trabalhos dessa maneira, através do *turmeiro*. Nas recordações eles sempre falam expressões como *a turma de (nome)*, ou seja, dando nome aos responsáveis de *levar* as pessoas.

Mais recente, passou há coexistir outra maneira de conseguir os trabalhos, que aqui nos referimos como forma *independente*, porém, não solitária. Geraldo e Aparecida, Idelmar e Marcos Vinícius conseguiram os trabalhos assim. Vão entre amigos e parentes, mas não em turmas, saem em cerca de 5 pessoas, ou o casal, como no caso de Geraldo e Aparecida. Dirigem-se para a área urbana do município de destino, onde alugam uma casa que ficarão durante o período. O contato para o trabalho pode ser sinalizado ou a partir de alguém da Comunidade, ou através de *turmeiros* no destino, como nos contou Idelmar: “*nós temos costume de ir, chega lá aluga a casa e trabalha com o pessoal da cidade lá, os turmeiros da cidade*”.

Portanto, a ida para a migração acontece sempre de forma coletiva. Facilitada pelo *turmeiro*, alguém do lugar que leva uma quantidade de trabalhadores para um serviço já definido. Ou entre entes da mesma família, seja uma família de laços de sangue ou afetivos, típicos acordos e coalizões do meio rural. Abril acaba, já está tudo definido e acertado, aproxima-se então a hora de sair, de viver lá.

Tempo de Estar Lá: colher o que não se planta

Maio chegou, é a hora de ir! O momento mais sentido é o da despedida da família, o último beijo nos filhos, o abraço nos pais, acenar e gravar na memória aquele instante, que ficará suspenso durante o tempo de *estar lá*.

Maria Cecília: *Qual era o sentimento no dia de ir?*

Idelmar: *Chorava né. Triste é na hora de sair, até que quando a gente estava lá a gente lembrava, às vezes até corria água no olho, chorava, mas dia de sair que é triste.* (Depoimento de Idelmar Cordeiro, 42 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Aparecida: *As primeiras vezes eu ia chorando, quantas vezes eu chorei de largar minha mãe, de largar minha família, mas tinha que ir trabalhar.* (Depoimento de Aparecida, 53 anos, moradora da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Ao falarem da saudade os migrantes lacrimejavam os olhos, assim como Idelmar e Aparecida, reviveram o sentimento presente na despedida e na distância da família. As *turmas* são formadas entre 10 a 30 pessoas e saem do lugar não apenas com quem é do Touro, existem sujeitos de comunidades vizinhas, mas que se relacionam de algum modo, isto é, não são

estranhos. Para chegarem aos destinos, são dois meios, algumas turmas fretam um ônibus, outras vão através de uma empresa de ônibus de turismo *clandestino* na cidade de Porteirinha-MG. Alguns patrões pagam as passagens, outros precisam arcar com os custos. Para os que vão de maneira *independente*, saem nos ônibus alternativos, por conta das passagens mais baratas, todos pagam o valor.

Para aqueles que precisam comprar as passagens, o dinheiro gasto é visto como um investimento, já que pretendem provir maiores recursos com o trabalho, porém, existe a insegurança, pois para voltar também necessitarão de dinheiro: “*se a gente não fazer de bom nem volta, porque se não tiver dinheiro fica difícil pra voltar*”⁵².

Chegando nos municípios de destino, as turmas direcionam-se para as fazendas onde trabalharão e os *independentes* vão para as casas alugadas no perímetro urbano, mas é recorrente afirmarem que as condições da estadia e dos trabalhos mudou com os anos. As primeiras turmas que saíram da Comunidade, para o corte de cana e de capim braquiária narram situações bem adversas, era uma rotina pesada, trabalho braçal, utilizando enxada e facão. No caso do capim braquiária, ao descreverem a rotina, revelam circunstâncias muito ruins, um trabalho sacrificante.

Maria Cecília: *O que achou do trabalho do braquiária?*

Alcides: *Nossa! Quase trabalho escravo! (Acordava) cedo demais, muita terra, demais da conta. Passava em seis peneiras pra apurar a semente. Ele é um capim tipo aquele lá assim (apontando), aí você corta com a enxada, rastela ele, junta, puxa de lá. Aí depois você bate num vassourão, tipo aqueles vassourão de varrer rua. Vai fazendo aqueles montes de terra dessa altura assim (demonstra com a mãos). Aí depois passa em seis peneiras, passa de uma, passa na outra, até apurar e ficar só a semente, purinho. Serviço ruim eu achei.*

Maria Cecília: *E o lugar para dormir?*

Alcides: *Péssimo, péssimo! Casinha velha, jogada lá, terrível [...] era uma casa velha no meio das mangas lá, mas pouco tempo nós vimos embora, ficou muito tempo lá não, trabalho terrível! (Depoimento de Alcides Pereira Dos Santos, 57 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)*

Ressaltaram a precariedade das condições de trabalho e dos alojamentos, que costumam mencionar enquanto *barraco* ou *casa*. Eram péssimas condições, algo que é falado também por aqueles que foram para a colheita de café. É unânime as afirmações de que *antes* tudo era mais complicado e pior, *depois* houveram melhorias. As mudanças positivas são justificadas pela presença de fiscalização, que faz com que os lugares tenham um pouco mais de conforto, a alimentação melhora e “obriguem” o patrão a assinar a carteira de trabalho:

⁵² Depoimento de Aparecida, 53 anos, moradora da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

As casas não eram muito boas não. Aí depois fiscalização pegou eles lá, eles tiveram de melhorar. (Depoimento de José Ricardo, 32 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018)

As casas é tipo alojamento. Hoje ficou melhor porque eles têm muita cisma, mas tem patrão que não liga muito. Mas antes as casas eram tudo bagunçada, comida, essas coisas era tudo difícil, mas hoje não, melhorou muito, eles têm muita cisma, tá melhor. Depois que pôs a fiscalização melhorou muito, mas antes era bem precário viu, difícil pra caramba. (Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Mesmo com as melhoras, o alojamento onde fica toda a turma ainda não é um lar, não é o seu lugar. Dormem em beliches em uma casa que não é “*natural, igual de família mesmo não, é diferente*”⁵³.

Conhecemos também histórias dos sujeitos que estão migrando para a algodoeira em Mato Grosso, é um movimento não muito frequente, mas que segue o mesmo calendário cíclico, eles vão com um *turmeiro* da área urbana de Serranópolis de Minas. Esses migrantes geralmente destinam a Algodoeira Nativa, na cidade de Primavera do Leste em Mato Grosso. Na algodoeira realizam trabalhos específicos, tendo eles a participação do início ao fim do tratamento do algodão, desde capinar, até os trabalhos dentro da usina, quase que todo mecanizado. Existem também turnos diferentes, trabalhando inclusive durante a noite.

No momento presente, dos entrevistados que ainda migram, todos estão indo para as colheitas de café, em uma rotina diferente entre as turmas e os *independentes*. Os *independentes* conseguem o trabalho usualmente chegando ao destino e procurando um *turmeiro* de lá, ou seja, os que estão responsáveis de levar os trabalhadores para as fazendas. Mas tem aqueles que são intermediados por meio de migrantes conhecidos que ficaram de “definitivo” no lugar. De qualquer maneira, tornar-se “*um serviço, pode dizer, fixo*”⁵⁴, com a expectativa de repetir todo o ano.

Lá tem as pessoas, os donos de ônibus, de perua, a gente trabalha com o pessoal de lá [...] Lá tem muitos, várias pessoas que carregam assim pras roças, mas lá já tem a pessoa certa que quando a gente vai já procura ele, às vezes liga antes, já vai certo que é pra ele mesmo. (Depoimento de Idelmar Cordeiro, 42 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

A gente que vai e chega lá procurando. Nós nunca tinha ido e foi sem conhecer o lugar e chegou lá tinha gente conhecido, que apanhava café, nós tomou informação. (Depoimento de Aparecida, 53 anos, moradora da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

⁵³ Depoimento de Aroldo, 50 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁵⁴ Depoimento de Marcos Vinícius Souza Cordeiro, 21 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

Questionados sobre o motivo de alugarem as casas e se haveria a possibilidade de ficar em alojamentos, houveram opiniões diferentes. O casal Geraldo e Aparecida, contaram que *não tinham coragem* de ficar nos alojamentos: “*porque as maldades hoje são grandes, e falavam um monte de coisa pra gente que acontece*”⁵⁵. Mas, o aluguel e as despesas da casa, na avaliação deles, pesa no orçamento, em função das últimas idas, onde a saúde dificultou o trabalho e também porque não haviam outras pessoas para dividir.

Ele (Geraldo) é cego de um olho e o outro olho é ruim, eu não aguento arrastar um pano e é muito custoso pra você ganhar um dinheirinho. É na conta de comer também sabe, por isso, tem que parar também, ganhar dinheiro só pra pagar aluguel é a mesma coisa que viver aqui. (Depoimento de Aparecida, 53 anos, moradora da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Já Marcos Vinícius e Idelmar, migram com outras pessoas com quem dividem as despesas, o trabalho *compensa e não ficava tão caro*. Mas eles também não ficavam em alojamentos, porque, “*tem lugar que tem muita gente e talvez dá bagunça*”⁵⁶. Estando todos instalados, começa a rotina de trabalho no café.

Da área urbana até as fazendas, vão em ônibus, *Kombi* e peruas. Esses veículos são dos donos das fazendas de café, que buscam eles nas casas pela manhã, aproximadamente as 6 horas. Os trabalhadores são migrantes de várias regiões e também moradores do próprio município. Eles precisam levar a própria comida, por isso, o que é responsável de cozinhar, acorda bem mais cedo, a partir das 4 horas da madrugada e os demais levantam as 5 horas, como dito por Idelmar: “*Cada um cozinava um dia e levava pra roça, colocava nessas marmitta de isopor, mas mesmo assim não conservava muito não, você ia comer já estava fria, que às vezes lá faz muito frio*”⁵⁷. Essa dinâmica dos *independentes* é tratada como boia-fria em algumas referências, como por exemplo, Martins (1998).

Enquanto isso, nos alojamentos, as turmas acordam a partir das 5 horas, tomam café e vão para a fazenda: “*lá pra seis e meia, sete horas. Vai andando, que saiu da casa já chega*”⁵⁸. Com relação a alimentação, em algumas fazendas eles oferecem a feira e contratam alguém para cozinhar para os trabalhadores, em outras, os migrantes pagam estas despesas e geralmente quem é da turma recebe um valor para cozinhar. Mas, novamente, mesmo com

⁵⁵ Depoimento de Aparecida, 53 anos, moradora da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁵⁶ Depoimento de Marcos Vinícius Souza Cordeiro, 21 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁵⁷ Depoimento de Idelmar Cordeiro, 42 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁵⁸ Depoimento de Roberto Gomes, 48 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

melhorias nos últimos anos, ainda é diferente do lugar de origem, pois “*uma comida pode ser boa do jeito que for, ela fria o alimento não é bom*”⁵⁹.

As condições e dinâmicas do trabalho nas colheitas não diferem entre as turmas e os *independentes*, mas sim entre as fazendas. A forma de trabalhar é aprendida na prática e com a ajuda dos companheiros que já foram antes. O café não é uma cultura usual na região da Comunidade do Touro, por isso contaram que no início é bem estranho, já que nunca tinham visto “*uma fruta de café*”, não entendiam como *fariam para pegar, onde colocar, o que fazer*. Marcos Vinícius nos descreveu suas primeiras impressões ao chegar no trabalho pela primeira vez.

Cheguei lá e ‘o que que é isso?’ (risos). Eu não sabia o que era isso, depois foi vendo. Eu falava, ‘deve que não pode estragar’, então eu pegava na frutinha e pensava que não podia estragar não. Totalmente diferente, pode pegar nela que ela não machuca, não faz nada, porque ela tem que secar pra fazer o café [...] A gente trabalhava com um pedaço de pano, que tipo assim, pra mim eu achei que ia chegar lá e pegava com a mão e colocava em algum lugar, num balde, alguma coisa, sei lá como é. Mas aí chegou lá e colocava tudo no pano, eu falei ‘ai como vai colocar esse trem’ (risos), uns carocinho tão pequenininho, falei ‘ah, não vai dar certo não’. Isso é só ilusão, é só no primeiro dia, segundo dia já foi diferente, daí foi passando, umas duas semanas, primeiras duas semanas a gente apanha que não sabe direito, mas depois não tem muita dificuldade não. (Depoimento de Marcos Vinícius Souza Cordeiro, 21 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Como relatado pelo migrante, eles recebem um *pano* comprido, *armam debaixo do café* e assim *puxam* as sementes *das galhas*, tendo que conviver com o medo de animais peçonhentos, já que lá “*tem muita cobra, essas cobras perigosas*”⁶⁰. Em função da fiscalização e risco de multas para os patrões, passaram a assinar as carteiras em forma de contrato de três meses, com base no salário mínimo vigente, porém, a carteira assinada ainda não é unanimidade e acontece de muitos irem sem contrato algum. Outra questão é que o migrante recebe o salário ao final do mês ou da temporada, mas não segundo o que consta na carteira de trabalho e sim pela sua produção.

No final do dia de trabalho há a contagem de cada um, realizada por um fiscal. É dimensionado através de um saco que vem pintado com uma listra que demarca o lugar até onde deve ter café e equivale a uma medida. A medida, segundo Alfeu, corresponde a 60 litros e em um dia considerado bom, colhem de 10 a 12 medidas. O valor por cada medida varia por ano, Aroldo nos explicou que quando tem uma quantidade maior de café o preço é menor, cerca de R\$ 10,00, ao contrário, quando tem menos, a medida pode chegar a custar R\$ 50,00. Não há

⁵⁹ Depoimento de Aroldo, 50 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁶⁰ Depoimento de Aparecida, 53 anos, moradora da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

melhora ou piora para o trabalhador, já que: “o café quando ele dá bastante o preço é pouco, é barato. Quando ele dá pouco, por causa da cotação é caro, mas você não panha meia, você panha na marra durante o dia é uma medida, medida e meia”⁶¹.

Percebemos que em consequência de receberem por produção, criou-se uma visão de mérito, da obrigatoriedade de esforço para sair-se bem-sucedido do café. Ouvimos frequentemente nos relatos essa ideia de que, para atingirem seus sonhos, ou conseguirem um dinheiro que dê para reprodução da vida, era necessário apenas que fizessem sua parte, ou seja, pegar mais e mais café.

Lá era pela renda da pessoa, quanto mais você esforçasse você ganhava mais. Agora aqueles que trabalhava pouco ganhava mais pouco. (Depoimento de Aroldo, 50 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Era produção, se não esforçar não ganha. (Depoimento de Alcides Pereira Dos Santos, 57 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Vai depender do seu esforço, as vezes você pode tirar dois salários, até mais um pouquinho né, mas é por causa da produção. (Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Tem que trabalhar bastante, é um serviço que tem que esforçar, senão não ganha quase não. (Depoimento de José Ricardo, 32 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018)

Depende do esforço da pessoa, que é por produção. Quanto mais você panhar mais você ganha. (Depoimento de Idelmar Cordeiro, 42 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

O dia de trabalho que começa bem cedo, tem uma pausa para o almoço de trinta minutos a uma hora, pelos relatos aparenta ser a única refeição durante o dia de serviço, a previsão é acabar até as 18 horas. Contudo, dentro da lógica da produtividade alguns migrantes extrapolam os limites de tempo:

Ali você pega cedo, tem hora que você pega meio escuro ainda, muito frio lá, que lá é muito frio. Mas você pega cedo e vai até a hora que você quer, tem hora que a gente para de noite, também você não descansa, às vezes você almoça é de pé (risos). O duro de lá é que nem alimentar direito você alimenta, porque você levanta cedo, vai pro serviço, quem toma café já toma um café, é duro, a alimentação lá é precária. Aí você levanta cedo vai pro serviço, você passa durante o dia quase que é só com o almoço mesmo e tem hora que a gente com vontade de ganhar mais trabalha até de noite. É pesado, vixe! O cara vai daqui pra lá, eu mesmo tem vez que quando eu vou pra lá, oh gente! Perde cinco, seis quilos rapidão viu. Quem quiser fazer um regime lá é bom (risos). Eu já perdi até mais, até oito quilos já perdi lá. (Depoimento de

⁶¹ Depoimento de Aroldo, 50 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

As folgas são aos domingos, algumas vezes podem sair mais cedo nos sábados, mas geralmente priorizam o trabalho, que não era impedido em nenhum dia ou horário. Dê certo modo, cada um faz um cálculo de quanto precisa colher por dia, mesmo que a média seja constante: “*vamos supor que num dia eu tirasse 10 medidas, às vezes no outro dia pensava ‘oh, se eu tirasse tanto era bom’, ficava nesse pensamento assim, mas mais era quase a meta de um dia pelo outro, era quase igual*”⁶². Questionados se havia algum tipo de lazer, a maioria disse que não, pois o domingo é reservado para a organização, limpeza e lavagem das roupas, o que para alguns, significava uma mudança dos papéis convencionais: “*era nós mesmos que era o homem e a mulher*”⁶³. Dos poucos que saíam alguma vez “*ia pros botecos, pra não ficar parado (risos)*”.

É preciso mencionar que nos falaram de alguns conflitos com a intermediação dos *turmeiros* nas colheitas. Há uma hierarquia de quem é *turmeiro* para quem é da turma, mesmo sendo da mesma região e fazendo o mesmo trabalho, pois eles são os responsáveis e o contato com os patrões é apenas através deles. Com o tempo passaram a ter algumas desconfianças, porque os *turmeiros* recebem uma porcentagem por serem os encarregados de levar e tomar conta das turmas. A impressão que muitos migrantes têm é que não há transparências nos acordos e que os *turmeiros* acabam tomando maior partido dos patrões.

Aroldo: *Como dizem, o segredo dos outros ninguém sabe. Porque uns leva de um jeito e chega lá pode ser outro. Faz um contrato aqui com você aqui hoje, lá já com eles, já com o fazendeiro é outro. Porque cada pessoa que eles levavam eles ganhavam três reais. Aliás, uma medida de café, por pessoa. Aqueles que levava ganhava mais, ganhava até um salário sem trabalhar, por causa que estava levando as pessoas, eles já combinava lá, ninguém sabe como é as combinações deles.*

Maria Cecília: *Eles vigiavam vocês?*

Aroldo: *Ele trabalhava assim como se fosse um fiscal. Porque lá já tem um fiscal, mas cada pessoa que leva, que é a responsa daquela turma que eles levam. Eles é responseiros, se deixar café pra traz eles reclama, já reclama já com quem levou, não é com nós que reclama não. Eles reclamam com aquele que levou nós, para trabalhar mais direito, fazer mais bem feito.*

Maria Cecília: *Como foi sua relação com os turmeiros?*

Aroldo: *Ué que nem eu falo com você, ninguém sabe. Ele não ia chegar pra você e falar assim, ‘ah, eu estou ganhando tanto nas costas sua’. Ele não ia falar. Então não fica sabendo se é bom ou ruim. Então nós temos que preocupar é com o serviço que nós estava fazendo lá, porque se nós querer ganhar mais nós tinha que trabalhar mais. (Depoimento de Aroldo, 50 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)*

⁶² Depoimento de Idelmar Cordeiro, 42 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁶³ Depoimento de Aroldo, 50 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

Em algumas turmas haviam mobilizações quando entendiam que os *turmeiros* não os representaram corretamente, como por exemplo, em negociações sobre o preço: “*muitos patrão não gosta que você vai conversar com ele pra pedir preço [...] mas muitas vezes nós faz a reunião lá e chama todo mundo na roda*”⁶⁴. Porém, é uma postura que evitam, já que precisam “agradar” o *turmeiro* para que possam retornar outro ano, então os que “falavam demais” eram reprimidos: “*você estava sendo prejudicado, você sendo humilhado, a gente tinha que falar né. Aí ele não gostou muito e depois que nós saiu de lá disse que ele falou, ‘é o Alfeu que fala demais’ (risos), mas como é que não fala?*”⁶⁵. Esses conflitos são um dos motivos citados como razão de alguns migrantes passarem a sair de forma *independente*.

Mas assim, cheios de histórias, movimentos, esforços, suor, saudade e cansaços são os dias nas fazendas de café. Um período que pode durar até três meses, mas que altera de acordo com as chuvas e a safra, podendo terminar antes. A assinatura da carteira de trabalho difere entre as fazendas, bem como, os “direitos” ao final do contrato. Segundo Alfeu: “*se você cumprir os três meses você tem um acertinho ali, um fundo de garantia, uma mixariazinha*”, mas se por algum motivo o migrante retornar antes do prazo: “*só dá baixa na carteira e recebe as medidas que panhou, só a produção mesmo*”⁶⁶. Já na fazenda em que Geraldo e Aparecida trabalharam não havia nenhum benefício neste sentido, “*assinava carteira e no final dava baixa, aí aquilo não valia nada depois. Ele já avisava que era um trabalho rural e depois não tinha direito de nada*”⁶⁷.

No *estar lá*, não existe identificação com o lugar e o trabalho, por mais que estejam entre os seus, é o lugar da saudade, da distância, de colher o que não se planta. A migração não é um processo vivido só por quem sai, os que ficam também migram, experimentam os mesmos sentimentos, convivem com as mudanças na rotina e nos papéis. Vivendo então esse processo, os que ficam contam com o apoio dos familiares, esses laços são fundamentais na ajuda com as crianças e nas horas de *precisão*. A noite na Comunidade traz medo para muitos, como nos contou Alfeu, que fica no café preocupado com a esposa, que no período em que ele migra, passa a dormir na casa de parentes.

⁶⁴ Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁶⁵ Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁶⁶ Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁶⁷ Depoimento de Aparecida, 53 anos, moradora da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

É ruim deixar sozinha. Ficava só aí, a gente saía e ficava preocupado pra lá, acontece alguma coisa e gente tá pra lá. Igual hoje que você não pode ter muita confiança, mas aí ela tinha que sair e dormir fora. Ela tem uma irmã ali do outro lado e tem menina ali que é casada com meu sobrinho também, ela ficava sempre com ela aí também, que é mais perto. (Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

A maioria dos migrantes enviam ajuda financeira no decorrer dos meses, mas para os que recebem só ao final do contrato de trabalho, contam também com o cuidado familiar. O contato nos últimos tempos é mais fácil, conseguem fazer ligações e matar um pouco da saudade. Porém, os mesmos telefones que trazem conforto, podem trazer notícias ruins, como problemas de saúde, fato que ocorreu com uma das filhas de Idelmar: “*às vezes a gente tá lá, menino adoece aqui, fica lá preocupado. Teve um ano mesmo que eu vim embora, essa menina minha mais velha adoeceu, aí eu não consegui ficar lá não, eu nem esperei acabar e vim embora*”⁶⁸.

Enquanto estão fora, os migrantes perdem de viver momentos na Comunidade que eram tradicionais e importantes. No período das migrações temporárias, no Touro é o tempo das festas das padroeiras, Santa Ana e Rosa Mística, bem como, as festas dos santos juninos.

Maria Cecília: *Teve alguma data em especial que esteve fora?*

José Ricardo: *Tem muitas, as festas que a gente costumava ir, festa tradicional, São João, festa assim, de Sant’ana e Rosa Mística. Sente falta!* (Depoimento de José Ricardo, 32 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018)

Falta! Falta a presença, a festa, a segurança, o estar junto. O tempo de *estar lá* é sentido com toda a intensidade dessas transições e o retorno é aguardado com a expectativa da espera do reencontro. Agosto chegou! A cena da saída se inverterá, os abraços serão de boas-vindas! É hora de *voltar para o lugar da gente!*

Tempo de Voltar para o Lugar da Gente: a representação das migrações para os que saem e para os que ficam

Os meses que representam o estar aqui na Comunidade do Touro também possuem suas dinâmicas, que demonstram a relação com o processo migratório. De acordo com a geração do migrante percebemos uma diferença entre os trabalhos e ocupações no tempo de estar no *lugar da gente*. Jovens, como Marcos Vinícius, geralmente não plantam lavouras de gêneros alimentícios da família. Alguns, como Alcides⁶⁹, Aroldo, Alfeu e Roberto, preservam a tradição

⁶⁸ Depoimento de Idelmar Cordeiro, 42 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁶⁹ Atualmente Alcides é aposentado e por conta de uma amputação de um pé, não faz nenhum tipo de serviço.

de cultivar suas roças quando retornam. Plantam principalmente milho e feijão, no tempo das chuvas: *“durante o período das águas a gente planta essas rocinhas aí mesmo, da gente mesmo”*⁷⁰, nenhum comercializa esses produtos, são apenas para o consumo familiar.

O período das migrações é considerado de entressafra: *“na época que sai é mês de maio, se tiver que vingar alguma coisa já vingou”*, onde de certa maneira estariam “desocupados”. Porém, é fato que *“tem muita gente que nem plantando está mais, tá deixando de plantar. O tempo já não anda muito bom, mas não pode parar, ano passado mesmo já deu uma coisinha, pouca mas deu”*⁷¹.

Outros migrantes, como Idelmar, Geraldo e Aparecida⁷², com o tempo deixaram de plantar, segundo eles principalmente por conta das dificuldades hídricas: *“eu não planto não, esses anos seco aí que não dá quase nada, às vezes a gente acaba gastando e não tem retorno nenhum, aí acaba ficando no prejuízo, aí eu não planto não”*⁷³.

Mas algo que com os tempos vem tornando-se comum na Comunidade, principalmente para aqueles que migram, são os trabalhos *por dia* em fazendas próximas. Dos entrevistados, Alfeu, Idelmar, José Ricardo, Marcos Vinícius e Roberto realizam estes tipos de serviços estando no lugar de origem, independentemente se cultivam suas roças. São trabalhos casuais que aparecem, dentre eles: tirar leite de vacas, roçar manga, carpir, servente de pedreiro, fazer cercas, ou seja, são diversos, como diz Marcos Vinícius: *“o que achar assim de serviço de roça, qualquer coisa”*. Assim, eles aguardam algum fazendeiro *chamar* para realizar determinado serviço e recebem pelo dia, mas não sendo algo fixo, é uma renda que não podem contar com certeza. *“Aqui trabalha é por dia, o dia que acha trabalha. Às vezes na semana acha um, dois, três dias. Às vezes acha a semana inteira. Às vezes tem semana que não acha”*⁷⁴. Essa irregularidade deste tipo de trabalho é uma das justificativas para as saídas, a incerteza e *falta* de trabalhos.

Os migrantes têm as suas próprias representações do processo migratório. Todos sujeitos que conversamos na faixa etária de 40 anos, carregavam nas suas lembranças um pouco de Marcos Vinícius, jovem de 21 anos, que perguntado como avalia as suas saídas, nos disse

⁷⁰ Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁷¹ Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁷² Aparecida, nos últimos meses conseguiu um *bico* na casa de uma vizinha, para trabalhar como doméstica/diarista.

⁷³ Depoimento de Idelmar Cordeiro, 42 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁷⁴ Depoimento de Idelmar Cordeiro, 42 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

que foram “*tudo boa mesmo*”. Não considera o serviço pesado e sobre o futuro, pretende “*continuar indo lá*”, pela diferença do dinheiro que recebe.

Vai é só pra ir mesmo, por causa de serviço não, pelo menos serviço pra mim aqui, nunca faltou não. Mas igual pra lá é melhor um pouco, a gente junta, porque aqui a gente não junta, lá a gente junta um pouco. Aqui você trabalha pra você manter, lá dá pra você juntar um pouco, por isso que eu vou. (Depoimento de Marcos Vinícius Souza Cordeiro, 21 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Destes três anos que ele tem migrado, destaca com empolgação os pontos que considera positivos, principalmente ao falar dos sonhos que realizou. Conseguiu “*comprar a motoca e guardar um dinheiro também*”, conta com orgulho que ajuda a família, “*não muito não, mas ajuda*”.

Sonhos e expectativas compartilhados por todos, a vontade de construir ou reformar a casa, pagar as contas. Desejos que também muitas vezes são de consumo, daquilo que brilha os olhos, da motocicleta, de um brinquedo para os filhos.

Maria Cecília: *Quando ia para o café, tinha algum sonho, meta?*

Idelmar: *Inclusive o último ano que eu fui mesmo, eu fui mesmo porque eu queria construir esse quarto. Eu não tinha esse quarto aí não, era só essa sala aqui, esse quarto e o banheiro. Aí no último ano que eu fui eu construí esse quarto, era o objetivo meu, construir mais um quarto pras meninas. Estava ficando embolado aqui já, eu só tinha uma menina, mas já estava ficando embolado. Aí o objetivo meu era fazer esse quarto.*

Maria Cecília: *Como avalia o trabalho do café?*

Idelmar: *Pra mim eu acho que foi bom porque, igual essa casa mesmo, eu fui saindo e todo ano guardando um pouquinho, um pouquinho, até que eu consegui fazer essa casa, comprei uma moto, uma motinha, de dinheiro de lá. Então eu pra mim, eu acho que pra mim não foi ruim não. Todo ano a gente ia e guardava um pouquinho, ia e guardava um pouquinho. (Depoimento de Idelmar Cordeiro, 42 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)*

Apesar das conquistas com os recursos financeiros oriundos do trabalho na migração, relatam também as dificuldades e durezas, pois “*não é fácil não, é pesado*”.

Maria Cecília: *Como avalia suas idas para o café?*

José Ricardo: *Meio difícil ter que ir todo ano. É bom que ganha um dinheiro a mais. Mas é ruim que tem que ir e deixar o pessoal tudo aqui. (Depoimento de José Ricardo, 32 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018)*

Paula (2009) ao estudar o processo migratório na Comunidade Barra do Pacuí em Ibiaí-MG, identificou a distinção realizada pelos sujeitos entre o *lugar de trabalho*, através das migrações e o *lugar de vida*, o sertão e suas tradições. Verificamos em nossa pesquisa a mesma diferenciação, que em nosso caso, aparece como o lugar do trabalho e o *lugar da gente*. Mesmo

vivendo uma vida marcada pelo ir e vir e conceber que no destino conseguem o sustento, o *estar lá* é o tempo marcado pela não identificação, tratando-se então de um não-lugar. De acordo com a conceituação de Augé (2002), o lugar é carregado de significados e memórias, é identitário, relacional e histórico. Na oposição disso, encontramos o não-lugar, enquanto um espaço de utilidade que “não cria nem identidade singular nem relação, mas sim solidão e similitude” (Idem, p.95). Desse modo, nas migrações os sujeitos se dirigem para um não-lugar, ou simplesmente o lugar do trabalho, da lida, que apesar de todos os pesos negativos, representa a forma de angariar os recursos para viver no *lugarzinho da gente*.

Alfeu: Deixar a casa, o lugarzinho da gente, você vai morar no que é dos outros nunca que você vai dizer que você fica direto. A não ser que chega lá e você adquire uma casa na cidade, vai morar, mas não é igual o lugar da gente. Inclusive lá mesmo, lá no sul (de Minas), meu conhecimento é grande lá, o pessoal lá eu tenho muita amizade, eu me sinto quase igual aqui mesmo. Mas não assim, porque aqui é mais, mas eu gosto muito de lá, o povo tem muita amizade, mas não é igual o lugar da gente.

Maria Cecília: O que o senhor acha que é a diferença para dizer que é o lugar da gente?

Alfeu: A diferença? É a liberdade, a liberdade. A liberdade é outra, é bem melhor, vixe! Não tem nem comparação.

Maria Cecília: Se sente preso lá?

Alfeu: Mais preso, é mais preso. Porque lá você vai trabalhar é de empregado direto, diretor de empregado e aqui as vezes você sai pra lá, tá empregado, mas quando você volta você tá aqui, você tem sua liberdade. No dia que você quer sair você sai, você mexe como o que você quer, você planta um pé de planta ali, faz uma hortinha pelo menos. Meu ritmo, eu faço meu ritmo, eu planto nem que for um pé, agora mesmo eu estava ali passando fita nuns três pés de pimenta ali, porque tem que ter uma hortinha pelo menos pra apanhar uma folha verde, uma coisa, não tá tendo quase nada não, mas a gente tem que ter. Não tem água suficiente pra fazer não, mas a gente planta pelo menos que um pé, dois, você planta um pé de limão, um pé de coco, uma coisa, vai lutando. E no que é dos outros você não tem essa liberdade, você vai morar na cidade também você nunca que você tem essa liberdade. Aqui não, aqui você por mais e por menos você cria uma galinha, você cria um porquinho, cria os cachorros pra divertir (risos). Eu gosto muito da roça, a roça é muito bão.

Maria Cecília: Já pensou em ir pra cidade?

Alfeu: Não, nunca pensei não, não gosto não. Meu serviço é mais na roça mesmo. Foi o que eu mais aprendi fazer, o que eu mais aprendi. (Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

O *lugar da gente* é onde as identidades foram desenvolvidas, é lá que a festa ocorre e a família está. É onde os agricultores sentem segurança e liberdade de realizar com autonomia seus desejos. No lugar da gente eles não são subjugados, não respondem a um patrão, são donos do tempo e dos seus modos de vida e viver. Entre lugar e não-lugar vivem os sujeitos de vidas migrantes, porém, a migração está na ação de deslocar-se, não representando uma identificação. Esta categoria analítica não aparece nas falas dos que saem e por outro lado, quando

questionados sobre o que entendiam por migração, apenas José Ricardo fez uma associação com o processo por ele vivido:

Maria Cecília: *O que vem na sua cabeça ao ouvir migração?*

José Ricardo: *Tem que migrar pra lá, que nem eu vou.*

Maria Cecília: *Acha que sua rotina é uma migração?*

José Ricardo: *Aham, todo ano, falhei um.* (Depoimento de José Ricardo, 32 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018)

Os outros sujeitos que participaram desta pesquisa, ao ouvirem a mesma pergunta, demonstraram dúvidas, pausas seguidas de risos envergonhados, no máximo já ouviram falar, mas dizem não compreender. O fato é que não se entendem enquanto migrantes, pois mudando o questionamento e interrogando como eles gostam de serem reconhecidos, respondiam expressões como: trabalhador da roça, agricultor, agricultor familiar, lavrador, trabalhador rural. Destacando como pano de fundo serem eles da *roça*, o termo que designa o que fazem e onde vivem.

Maria Cecília: *Quando perguntam o que você faz, como gosta de ser reconhecido?*

Idelmar: *Oh, eu falo que eu trabalho na roça. Nunca escondi, nem escondo, eu falo o que eu sou mesmo. Que às vezes tem gente que assim, trabalha na roça e tem vergonha de falar que trabalha na roça, eu não, eu sou lavrador da roça mesmo, serviço de roça.* (Depoimento de Idelmar Cordeiro, 42 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019)

Uma situação curiosa ocorreu em nossa conversa com Alfeu. Quando questionado se já havia ouvido falar em migração, nos respondeu que *via falar*, mas não entendia. A entrevista continuou e posteriormente ele e sua esposa nos convidaram para um café. Quando estávamos nos despedindo, um de seus cachorros, deitado na porta da frente, impedia nossa passagem. Foi então chamado pelo nome, para que pudéssemos passar, era o Migrante (FOTO 16).

Foto 16: O Cachorro Migrante



Autora: Org.: PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

A situação foi intrigante, já que na entrevista Alfeu disse não compreender o que era uma migração, questionei o porquê da escolha daquele nome e ele nos contou a história do seu cão. Nos relatou que um dia voltava em sua *moto* de um trabalho que realizava em uma fazenda próxima a Comunidade, avistou o cachorro abandonado pela estrada e resolveu levá-lo para sua casa, *mansinho* foi com ele na motocicleta e ao lado da marmita que voltava vazia. Ele então passou a ter um nome que representava essa história, como nos disse Alfeu, o encontrou *jogado, sozinho e sem ninguém*, era ele um Migrante.

Essa associação feita ao termo é interessante, pois não se enxerga enquanto um migrante é negar ser um *sem ninguém*, um sem lugar. O processo dos trabalhos temporários ocorre intrínseco a ideia de retorno, todos querem e precisam ter para onde voltar, mesmo vivendo a vida toda de chegadas e partidas. Sayad (2000) aponta que o retorno para quem migra é como a luz que falta ao cego, é o anseio de retornar ao seu grupo, bem como a um tempo antes da saída. Mas é preciso salientar que a travessia transforma aqueles que partiram e os que ficaram, vivem em trânsito e transição, se modificam e modificam seus laços.

Para aqueles que ficam o processo de migração também possui suas representações, para as famílias representa as expectativas das melhorias, porém, representa a saudade e os *apuros*. Alguns moradores também nos falaram das suas percepções desse processo na Comunidade, trazendo questionamentos sobre as migrações e apontando para as desarticulações causadas.

Maria Cecília: *Já ouviu falar de migração?*

Levi: *Já.*

Maria Cecília: *O que acha que é?*

Levi: *Ué, é um processo de fuga. Você foge daqui para Porteirinha, foge daqui para São Paulo. É busca de melhores condições né? Mas o resultado dela? Você precisa sair para buscar, mas acaba não encontrando.*

Maria Cecília: *E como você vê esse processo?*

Levi: *Ué, tem uma, se for para pegar o lado econômico uns vão trazer um dinheirinho, uns fazem alguma coisinha, outros fazem uma farra e gasta tudo. Você tem os dois lados e o outro é a desestruturação, aquele que sai e fica três meses longe da família, você deixa filho aí, como é que fala? Acompanhado por terceiros, isso acaba não sendo tão bom. (Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)*

Percebemos que existem percepções negativas dessas saídas, das famílias que vivem partidas, críticas principalmente ao tempo em que os sujeitos estão na Comunidade, aos usos do dinheiro e aos que deixaram de plantar suas roças. “*Às vezes uns ficam só com isso (migração), às vezes ficam aí vagando, às vezes não quer mais saber de roça, depende tudo de comprar no mercado*”. Compreendemos que tais apontamentos, revelam o desconforto causado

pelo entendimento de que estes trabalhos, representam a negação da tradição camponesa, da honra de ser o dono de sua autonomia, de colher o que se planta.

Sair para quem fica é como uma *fuga* injustificada, todavia, vimos que as migrações não são as causadoras dessas mudanças e sim resultados das ofensivas do des-envolvimento. A saída no meio rural insere novas lógicas e modifica aqueles que saem e os que ficam, porém o que está ligado a tradição é renovado, o sentimento de *territorialidade* é presente e apesar de todas as transformações, a sensação de pertencimento existe e faz com que o *lugarzinho da gente* seja sempre melhor.

Através dos trabalhos de campo, percebemos que a Comunidade do Touro vive em resistência, ou melhor, resistências. Resistir é re-existir através do tempo, é se atualizar para permanecer, é sair para ficar, é ficar e comercializar na feira o requeijão, é a busca dos movimentos sociais e de políticas públicas.

As migrações vieram pela falta de alternativa e podem aparentar ser uma fuga, mas na verdade representam a resistência desses sujeitos. Sair temporariamente foi a maneira encontrada por alguns para permanecer no território material e simbólico, onde o membro da família que sai, conta com os que ficam, para manter-se ligado à sua terra, precisam ter para onde voltar. Só saem como forma de atingir a reprodução da vida no lugar de origem, mesmo que muitos carregam consigo os sonhos de conquistar uma casa, motocicleta, televisor, entre outros. Paula (2003, p.123) aponta esta característica do processo migratório camponês, onde “para aqueles, cujo poder de aporte de investimentos na maioria das vezes significa apenas a venda da força de trabalho, a migração é uma estratégia, uma resistência, uma eterna possibilidade ou impossibilidade de ficar ou sair”. Demonstraram e relataram que “*a vontade é mais ficar em casa do que sair, mas tem hora que a gente obriga a sair um pouco!*”⁷⁵, por isso, para estes sujeitos, sair é resistir.

Dos migrantes entrevistados, Alcides, Alfeu, Aroldo e Idelmar estão há algum tempo sem sair. Essa decisão ocorre pela idade, saúde debilitada, quando conseguem outro meio ou após atingirem seus objetivos, a saudade da família também influencia. Alcides, depois que teve um problema de saúde, se aposentou e não exerce nenhuma atividade remunerada. Alfeu disse que após uma experiência ruim na última fazenda de café *deu uma canseirinha e quietou um pouco*, ficou na Comunidade plantando suas roças e trabalhando *por dia* em fazendas, mas estavam nos seus planos ir neste ano. Aroldo e Idelmar deixaram de ir porque nos últimos anos estavam ganhando pouco, na visão de Idelmar devido ao fato do aumento do desemprego, onde

⁷⁵ Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

mais pessoas procuram as colheitas de café, diminuindo os “salários”. “*Com esse desemprego você vai, tem gente demais e o povo não põe muito preço, não solta muito preço e acaba ganhando menos*”⁷⁶. No Touro, Aroldo faz suas roças e Idelmar trabalha *por dia*, nenhum descarta a possibilidade de sair novamente.

Entre os outros sujeitos que ainda migram e saíram no último ano, temos o casal Geraldo e Aparecida que pretendem parar, pois a saúde já está debilitada. Atualmente Geraldo é aposentado e Aparecida faz alguns *bicos* como diarista de trabalhos domésticos. José Ricardo, Roberto e Marcos Vinícius não pensam em parar, os três, quando estão na Comunidade, trabalham *por dia* em fazendas próximas e apenas parariam de migrar “*se tivesse um serviço que ganhasse mais aqui*”⁷⁷.

Enquanto alguns saem, outros ficam. Os que permanecem no lugar, esperam o retorno dos migrantes e garantem a permanência e os cuidados na propriedade da família. Daqueles que ficam, existem os que dependem diretamente da renda das migrações, outros encontraram diferentes estratégias, demonstrando existir no Touro outras formas de resistências. A resistência daqueles que ficam.

A Resistência daqueles que Ficam

Por gerações, homens e mulheres saem do Touro como forma de sustento, as primeiras gerações veem agora seus filhos também saindo. No interior das famílias de migrantes, existem histórias daqueles que ficam, dentre elas, descrevemos a trajetória de vida dos irmãos Geraldo Gomes e Lia, que ficam no lugar enquanto seus outros irmãos migram.

Seu Geraldo Gomes é um exemplo de quem guarda a tradição e aprendeu a lidar com as dificuldades hídricas. Caminhando pela Comunidade em sua companhia podemos ver e conhecer um pouco da importância de seu trabalho, ele preserva o que aprendeu com seu pai e avô aos 7 anos de idade. Suas plantações são em consórcio, que significa plantar em conjunto uma gama de variedade de espécies, considerando inclusive os animais nativos como importantes no processo. Com paciência e orgulho da sua resistência, Seu Geraldo nos contou e mostrou com detalhes a sua roça (FOTO 17), que segundo terceiros era tida como *roça de doido*, mas que representa a preservação da tradição camponesa, da negação ao veneno e ao financiamento.

⁷⁶ Depoimento de Idelmar Cordeiro, 42 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁷⁷ Depoimento de Roberto Gomes, 48 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

Aqui eu planto um sistema que são várias coisas, é um sistema de consórcio agroecológico. Eu tenho muitas coisas que às vezes o pessoal nem conhece. Tem vários tipos de feijão, tem o feijão de arranca, o feijão catador, fava, feijão de corda que é um feijão muito antigo, a região plantou muito e quase acabou. Também planto abóbora, moranga, gergelim, amaranto, súa, quinoa, tem uma área de maracujá agroecológico. Amendoim eu tinha umas seis variedades, mas só ficou alguns pés, com umas quatro variedades. Tenho várias variedades de milho também. Tem cabaça, quiabo, melancia, maxixe, girassol. Também tenho várias variedades de Andu e algumas de frutas também [...] Eu não uso veneno, não faço queimada, então tem algumas plantas que eu já deixo para estar expulsando alguns insetos, mesmo algumas que são alimento pra esses insetos. Então é um sistema que eu adotei e estou fazendo, às vezes as pessoas acham que só produz se passar veneno e aqui não. Aqui desde a época que pai plantava algodão, era um sistema que ele não financiava, porque naquele tempo quem financiou ficou dependendo e só usava plantio de algodão. Então a gente vem fazendo esse trabalho desde que eu aprendi com meu pai e meu avô. (Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018)

Foto 17: A Roça de Seu Geraldo Gomes



Autora: Org.: PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

Ele é grande referência na região, viajando pelo mundo para levar e compartilhar seu conhecimento, sendo premiado⁷⁸ e reconhecido por várias instâncias, mesmo considerando não receber apoio e valorização do município de Serranópolis de Minas. Seu Geraldo é um

⁷⁸ Em sua sala é exposto um *troféu grande*, do prêmio TRIP Transformadores que recebeu em 2013 em São Paulo, pela Revista Trip. Mais informações acessar: <https://revistatrip.uol.com.br/homenageados/2013/geraldo-gomes-barbosa>.

homem do campo ativo nos movimentos sociais⁷⁹, nas paredes da sala de sua casa nos mostra com orgulho seus certificados pendurados e pôsteres de evento científicos⁸⁰ que participou (FOTO 18). Recebe constantemente visitas de várias partes do Brasil e de outros países, todas as vezes que vamos a sua casa, assinamos um caderno de presença, onde constam todos os nomes daqueles que foram conhecer seu trabalho e o seu banco de sementes crioulas (FOTO 18), que conta com mais de 200 espécies, preservando as diversidades locais mais resistentes a secas.

As sementes crioulas guardam histórias, pois são resultado do trabalho de gerações de agricultores que selecionaram, multiplicaram e compartilharam. Todo ano Seu Geraldo seleciona e melhora as sementes que ficam guardadas no cômodo que construiu ao lado da casa, ele também resgatou variedades que desapareceram da Comunidade, assim como leva suas sementes em encontros, feiras agroecológicas e até envia para outras pessoas através dos correios. Antigamente as sementes eram compartilhadas ou trocadas, mas hoje além das trocas Seu Geraldo as vende nestes momentos de encontros ou quando o procuram em casa. Sua produção de frutas, como tamarindo e maracujá, é destinada para a Cooperativa Grande Sertão⁸¹. Ele também comercializa licores que a família faz a partir de frutas, raízes, folhas e sementes.

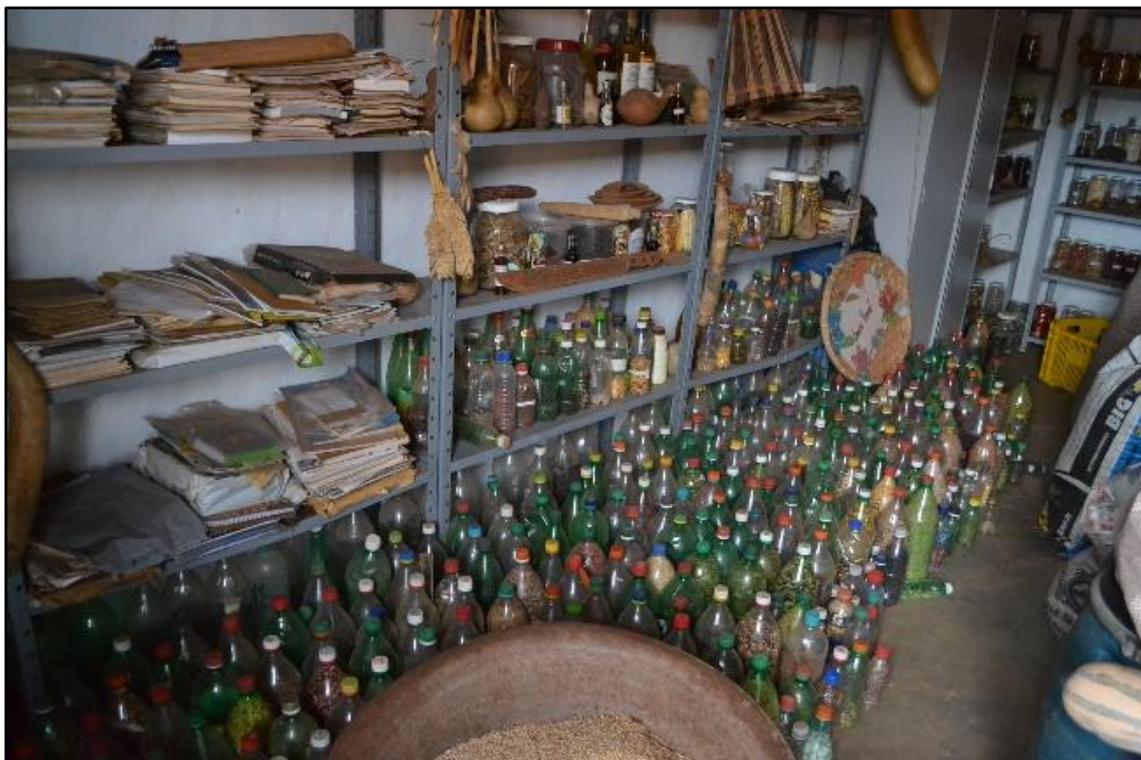
Foto 18: Seu Geraldo, seus Certificados e suas Sementes



⁷⁹ Sobre a conceituação de movimentos sociais ver: Gohn (2010).

⁸⁰ Seu Geraldo não completou o ensino fundamental, o que faz dessas conquistas mais especiais segundo ele.

⁸¹ A Cooperativa dos Agricultores Familiares e Agroextrativistas Grande Sertão Ltda, tem sede em Montes Claros-MG.



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017, Abril de 2018.

O fato do pai de Seu Geraldo não ter financiado a roça no período da monocultura algodoeira, foi um fator de extrema importância para a preservação desta tradição. Juntamente com isso, para que hoje a família ainda consiga manter sua resistência, contam com o papel importante dos movimentos sociais, onde encontram amparo. Outros sujeitos que nunca migraram, demonstram também a relação entre: apoio dos movimentos sociais e permanência. Ele conta com uma rede de parceiros, dentre eles a Cooperativa Grande Sertão, o CAA/NM, STR de Porteirinha⁸², Redes de Agrobiodiversidade, Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA), que para Seu Geraldo: *“são formas de organização nossa, de pequenos agricultores, mas que muitos não entendem isso”*.

Conhecer de perto a riqueza de espécies que Seu Geraldo e sua família cultivam, propiciou uma desmistificação da região caatingueira. Existe uma dinâmica das águas que foi modificada com o tempo e que hoje passa por um novo desafio, revestido da velha quebra de braço entre expansão capitalista e natureza. Nos tempos de antes também existiam dificuldades hídricas, pois muitos só conseguiam a água através da abertura de cacimbas no rio. Hoje comentam que há mais facilidades, já que chegaram as cisternas a Comunidade, mas antes também era o tempo da autonomia, das tradições, tempo que *“éramos felizes e nem sabíamos”*.

⁸² Seu Geraldo é sócio do STR de Porteirinha, assim como ele, outros moradores compartilharam conosco um descontentamento com o STR de Serranópolis de Minas, considerado *fraco*.

Seu Geraldo e sua mãe Dona Rita, nos explicaram como é o acesso as águas no lugar. Para as roças usam um *cerqueiro* e eles tem uma área de maracujá, onde abriram um poço artesiano, “*mas deu muita pouca água, só oitocentos litros*”. A água para consumo vem de dois poços abertos pelas duas Associações, a família de Seu Geraldo que vive no núcleo Barra do Touro, receberia do poço que fica na entrada da Comunidade (sentido Riacho dos Machados), mas a água não consegue chegar até lá: “*aí usa a água do poço dessa outra associação, mas é uma água que é paga por mês devido o tanto que você gasta*”.

Famílias na mesma situação precisam também pagar, mas existem algumas alternativas. “*No período que tem do rio, usa do rio*”, mas o município de Serranópolis de Minas também disponibiliza carros pipa com água para beber, abastecendo a Escola e as cisternas. Com o tempo muitas famílias abriram poços artesanais particulares. Atualmente, no tempo das secas, eles não conseguem utilizar a água do rio Sítio Novo, já que não suporta mais abrir cacimbas. Essa prática ocorreu até meados da década de 1980, quando “*mesmo com pouca chuva, o rio corria direto um pouquinho de água*”. Segundo Seu Geraldo, o rio desenvolveu um *Toá*, que faz com que ele fique praticamente seco nas épocas sem chuvas, está muito assoreado e nas cheias não *segura* as águas. “*Parece que está crescendo tipo um toá nele, aí você pode cavar que chega areia, você pode cavar até cinco metros, chega lá em baixo já não dá água mais, tá só um toazão e esse toá tá crescendo*”.

Foi relatado, que o fazendeiro que tem terras na outra margem do rio sempre manteve práticas inadequadas, destruindo as matas ciliares, fazendo queimadas e soterrando as águas do rio, para suas plantações de capim e criações de gado. Para agravar a situação que já não é simples, os moradores criticam as práticas de duas *Areiras*, que são empresas que comercializam as areias retiradas do rio. Era muito comum, nos trabalhos de campo, cruzarmos com caminhões basculantes transportando esses produtos.

Para as duas *Areiras* funcionarem precisam de uma licença de um órgão ambiental, que segundo os moradores, é o Instituto Estadual de Florestas (IEF), que conta também com a autorização dos proprietários dos lugares por onde as máquinas vão transitar. Uma das empresas pertence ao próprio fazendeiro, proprietário das terras, que leva as areias sentido Riacho dos Machados, mesma estrada que passamos para chegar ao Touro. A outra, que gera mais críticas dos moradores da Comunidade e que os atingem mais diretamente, pertence a um empresário de Porteirinha. A maioria não concordou, mas eles apontam que apenas um morador assinou a autorização, porém, é o órgão ambiental o responsável por conceder a licença e fiscalizar as práticas das empresas.

Os moradores do Touro demonstram bastante descontentamento com a situação das águas do lugar, onde “*you do not have water in the river, but sand you have*”⁸³. Seu Geraldo nos acompanhou ao longo do Sítio Novo (FOTO 19) e nos mostrou com tristeza o seu estado.

Foto 19: O Rio Sítio Novo



Autora: Org.: PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

Os trabalhadores da *Areeira* vão até a Comunidade durante todo o ano, só pausam em dias de chuvas ou quando não conseguem remover areias. O processo de retirada é feito por máquinas, como retroscavadeiras, recolhem as areias do rio e deixam à frente da Igreja Rosa Mística. De lá transferem para os caminhões basculantes, que vão levar para o depósito e então comercializar o produto. Essa prática de irrem invadindo o rio e abrindo caminhos para passarem, agrava totalmente a situação de assoreamento. Muitas raízes de árvores estavam descobertas e sempre após as cheias do rio novos aterramentos acontecem, além das reclamações das *poeiras* que vão invadindo as casas com as passagens dos veículos.

Estávamos em abril de 2018, mês em que o período comum das chuvas finalizava, mas “*a água não para mais, vem as enchentes e some tudo na areia*”, por isso, pudemos

⁸³ Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017.

caminhar com facilidade pelo rio, que tinha alguns pequenos poços de água e grandes faixas de área. A vida no rio tentava sobreviver. Seu Geraldo percebeu que alguns *peixinhos* estavam isolados em um pequeno poço de água e logo preocupou-se em tirar eles dali para que pudessem viver.

Foto 20: O Pequeno Peixe Sobrevivente



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

As dificuldades hídricas no Touro não ocorrem simplesmente por estarem em uma região semiárida. Nas lembranças dos sujeitos sempre ocorrem os momentos de secas, em que o rio ficava *cortado* por areias. No entanto, ainda tinham os poços, conseguiam estabelecer suas estratégias de sobrevivência e nas grandes cheias pescavam peixes e “*toda família tinha horta na beira do rio, mesmo com cacimba*”. Eles falam que o rio corria água sempre e isso até o ano de 1985, a partir disso, uma série de práticas foram complicando a situação, não exatamente devido a diminuição de chuvas.

Com a presença da monocultura de algodão, os venenos passaram a fazer parte da rotina do lugar. Seu Geraldo conta que via com tristeza ao fim do dia pessoas lavando os maquinários que usavam no rio: “*chegava descer feito uma gordura assim de veneno, dentro da água*”. A partir disso, iniciou um ciclo de degradação, intensificado atualmente com a presença das *Areiras*. Há um descontentamento e críticas ao órgão ambiental por permitir tal

situação, o que os moradores afirmam é que *o financeiro é privilegiado* e que quem é da Comunidade caso pegue, até mesmo uma pequena quantidade de areia, é multado. *“Taca máquina dentro do rio, apanhando areia, uma exploração danada. Mas hoje é o dinheiro que fala mais alto, o pessoal do local mesmo não tira nada, mas vem os de fora e tira”*⁸⁴.

Com a situação do rio, as cisternas tornaram-se uma nova alternativa. As primeiras que chegaram ao Touro foram oportunizadas pela Cáritas⁸⁵, *“mas hoje as cisternas da Cáritas estão menor, não segura água mais”*, então atualmente fazem uso das cisternas dos projetos da Articulação do Semiárido Brasileiro (ASA). ASA é uma rede de organizações da sociedade civil de extrema importância, por tentar desmistificar o semiárido, revelando as inúmeras possibilidades de uma boa convivência com o clima. Foi formalizada em 1999 a partir de uma série de mobilizações, dentre elas, a ocupação em 1993 da sede da SUDENE por agricultores e agricultoras no Recife, reivindicando políticas mais adequadas para a região e questionando as políticas desenvolvimentistas voltadas apenas para o grande capital. A ASA é considerada como rede, pois é formada por mais de três mil organizações da sociedade civil de distintas conjunturas: sindicatos rurais, associação de agricultores, cooperativas, ONGs, organização da sociedade civil de interesse público (OSCIP), entre outros. Atuam nos dez estados do semiárido brasileiro: Minas Gerais, Bahia, Sergipe, Alagoas, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Ceará, Piauí e Maranhão⁸⁶.

A perspectiva de convivência com o semiárido partiu da sociedade civil e com o tempo ganhou apoio por parte do governo na implantação de alguns projetos. Silva (2003, p.377) salienta que, *“a institucionalização do discurso da convivência ainda não foi suficiente para promover as mudanças efetivas na intervenção governamental”* e que é preciso estar atento, para que não haja uma confusão ao pensar que, dentro dessa perspectiva, os de *“fora”* vão ensinar aos moradores da região como conviver no semiárido.

Na Comunidade do Touro, dos projetos desenvolvidos pela ASA, participam de dois: o Programa Um Milhão de Cisternas (P1MC) e o Programa Uma Terra e Duas Águas (P1+2). Através do primeiro, que é o P1MC, a família recebe uma cisterna de 16 mil litros, para que armazenem água para beber e cozinhar. O segundo projeto é o P1+2 que oportuniza a condição de ter reserva de água para plantar, as famílias também recebem mudas de plantas

⁸⁴ Depoimento de Alfeu José da Silva, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Janeiro de 2019.

⁸⁵ A Cáritas Brasileira é uma entidade de promoção e atuação social que trabalha na defesa dos direitos humanos, da segurança alimentar e do desenvolvimento sustentável solidário. Sua atuação é junto aos excluídos e excluídas em defesa da vida e na participação da construção solidária de uma sociedade justa, igualitária e plural. Disponível em: <http://caritas.org.br/>.

⁸⁶ Informações contidas em: <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>.

frutíferas e um kit de hortaliça com canteiros econômicos. O P1+2 possui tecnologias diferentes que variam segundo o lugar, no Touro eles tem a cisterna calçadão (FOTO 21), que é uma caixa maior de cinquenta e dois mil litros, que fica ao lado de um calçadão cimentado. A água da chuva cai e vai abastecer essa cisterna, a partir disso, eles conseguem “fazer pequenas hortas, molhar alguns pés de planta e para uns pequenos animais”⁸⁷.

Foto 21: P1+2 – Cisterna Calçadão



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

Os moradores que conversamos consideram importantes essas cisternas, que dentre as melhorias, possibilitam a manutenção das hortas: “ajuda muito, você vê que tem uns canteiros que mãe faz umas coisas, ajuda pra molhar, se não era difícil”. Auxiliam também, após os períodos de chuvas e em eventuais problemas com as bombas dos poços artesianos, garantem água para beber e cozinhar. Todavia, Levi tem a visão de que as cisternas proporcionam um processo de mudança, que necessita de tempo de adaptação, até para que as famílias entendam o funcionamento. Nos relatou sua experiência particular, na ocasião em que construiu um fogão a lenha ao lado da cisterna, afetando às águas. Ressalta também que algumas estão ficando danificadas, trazendo novas dificuldades.

Maria Cecília: O que as cisternas proporcionam?

Levi: Oh, isso é um processo, melhora, mas aí às vezes você tem uma casa com uma condição que não é boa ou talvez você não planeja direito. Eu tinha uma caixa, aí depois eu fiz um fogão do lado aqui aonde é que apanhava água, eu mesmo condenei a água, se você joga fumaça por cima da telha, como é que depois você vai panhar água? E hoje um bocado delas já quebrou, essa semana mesmo eu passei e tinha uma que já caiu a tampa já. (Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

⁸⁷ Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Abril de 2018.

Os agricultores do Touro criam e recriam suas formas de resistir, apontam certas mudanças que faz, da roça um lugar mais fácil de viver, mesmo com tanta luta. Citam alguns benefícios como a aposentadoria e o Programa Bolsa Família, mesmo com os presentes receios sobre o futuro. Entre tantas histórias de resistência, conhecemos Lia e Levi (FOTO 22), que permanecem na Comunidade através da fabricação familiar de requeijão, um produto que, assim como o queijo, vem se destacando nos municípios norte mineiros da Serra Geral.

Foto 22: Levi e Lia



Autora: Org.: PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017.

No dia que conheci esta família, estavam eles nas etapas de trabalho. Lia e a filha Rose faziam coalhada na cozinha, que foi construída recentemente e especialmente para a fabricação. Ela é toda feita com azulejos brancos e telhas de aço, diferente da construção mais antiga da casa de moradia. Mesmo trazendo novidades o lugar conta com o fogão a lenha, que hoje é diferente apenas na posição do lugar de colocar as lenhas, que foi feito virado para parte externa do cômodo, segundo eles para *dar menos trabalho*.

Como o principal meio de sustento da família é o requeijão, a rotina é estabelecida segundo sua produção e outras atividades secundárias de plantações, criação de pequenos animais, etc. O Levi fica por conta de cuidar do gado, que ficam acomodados em uma parte cercada mais à frente da casa. Coloca ração e soro, tira o leite e dependendo da época ainda precisam comprar uma quantidade fora, mas *serviço não falta não*. Levi executa as etapas para a fabricação do requeijão que precisam de maior esforço físico, “*amassar ou bater nata*”. Além dessas atividades, “*conserta uma cerca, cuida de porco*”, entre outros. A comercialização é

feita na própria casa quando há procura e durante a *feira* que acontece aos sábados no mercado municipal de Porteirinha-MG.

No dia da feira acordam lá pelas 3 horas da manhã para deixar tudo arrumado e chegar bem cedo no município, ficam até vender tudo. Geralmente é a Lia a responsável pela ida e comercialização no mercado. O preparo do requeijão acontece da forma mais antiga e tradicional da região, contando com todos os membros da família: “*aqui dentro acaba envolvendo todo mundo, até Marco Aurélio⁸⁸ o dia que vem descansar ele trabalha (risos)*”. Nas quintas e sextas, que são os dias em que precisam de maior produção para levarem para a feira, contam também com a ajuda de uma cunhada. Mas o requeijão não era um costume da família, o produto entrou em suas vidas há cerca de 14 anos, a partir da experiência de Levi com os movimentos sociais, pois na época de seu pai não possuíam gado, geralmente vendiam suas forças de trabalho aos fazendeiros.

Pai nunca tirou leite, nem vaca a gente tinha. Aí com o tempo comprou um pedacinho de terra, mas não era de leite também não, a gente sempre trabalhou nas fazendas por dia. Só que depois participando dos movimentos, você vai vendo as coisas. Eu sempre gostei dessa chamada agricultura familiar, porque eu sou curioso com essa questão, ou você é empregado ou você trabalha pra você. E a agricultura familiar eu sempre apostei, porque é uma coisa que você faz pra você, não tem como reclamar, ou você desenvolve ou você reclama de você mesmo. E aí eu fui aprendendo no dia a dia, até hoje ainda tem coisa que é desafio. Mas isso é com o tempo, você escuta um aqui, escuta outro e vai construindo uma proposta. Hoje o requeijão nosso é um requeijão antigo, mas ninguém que fazer ele mais não, é um requeijão sem desnatar, ele é trabalhoso. Mas eu não sei se é porque você mexe com a cultura antiga, o gosto antigo, dificilmente volta um para reclamar. Só que é assim também, se eu não tiver um padrão nele eu não levo para a feira também não. (Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

O requeijão trouxe a família a autonomia e o sustento, hoje valorizam a permanência no lugar, vivendo como agricultores familiares, não precisando ser *empregado de ninguém*. Levi também salientou que não saberia dizer como estaria, caso não produzisse o requeijão, já que cada dia mais o trabalho manual está sendo substituído pelas tecnologias. “*Eu aprendi a roçar manga de foice, cortar de machado, cavacar de escavadeira, aí hoje você tem um trator que abre um buraco em dois segundos e eu vou gastar no mínimo vinte. O cara não vai chamar eu, vai chamar o trator*”. Além de tudo, por mais *trabalhoso* que seja o requeijão, hoje eles se identificam com o trabalho e sentem prazer em fazê-lo: “*eu gosto e a gente tem que fazer o que gosta. E é igual eu falei, eu continuo achando que é uma saída*”.

Na Comunidade do Touro, a família é a referência da produção do requeijão, pois a maioria que possui gado comercializa o leite. Nas proximidades do lugar devem ter cerca de

⁸⁸ Filho que atualmente mora em Porteirinha e trabalha na mineradora de Riacho dos Machados.

seis pontos de fabricação de requeijão contabilizados por Levi, mas a maioria são fábricas *dos grandes*, ou seja, lugares que empregam trabalho não familiar. *“Aqui tem eu que faço requeijão, lá do outro lado tem um outro já maior. Aqui em cima tem outros dois, um pequeninho e outro grande. Aqui na frente mais um, esse terreno é bem característico de requeijão”*.

Com o destaque de produção artesanal de queijos e requeijões em barra, nos municípios da Serra Geral, estão sendo fomentadas discussões e estudos para o reconhecimento legal do produto. Segundo informações da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais (Emater-MG)⁸⁹, a região possui mais de duas mil propriedades produtoras, além de 150 fábricas. Estas novas questões estão sendo postas e trazendo algumas inseguranças na família de Levi e Lia, que expressaram o medo de quem *tem o poder da caneta*. A comercialização para além dos municípios, chama atenção de Levi, já que mesmo com todo o diferencial da produção tradicional, na feira competem igualmente com *os grandes*.

Estou vendendo no mesmo mercado que os outros estão vendendo e pelo mesmo preço, acaba que sai mais barato. É um requeijão que nessa visão que a gente tem, eu falo direto, um requeijão pra fora daqui, para ir caçar quem tem coragem de pagar mais, mas como você vai? Você tem todo um processo aí que te barra. (Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIREs, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

Porém, as novas movimentações geram dúvidas na família. Levi nos contou sobre um encontro⁹⁰ que ocorreu em Porteirinha, discutindo justamente a regulamentação da produção de queijos na Serra Geral. Ele não esteve presente, mas um amigo lhe relatou situações que entende como ameaça: *“até as planilhas da palestrante era em inglês”*. Não considera que os órgãos estejam preparados para as mudanças, atualmente existe uma fiscalização que é feita pelo município, mas que já o desagrada, pois vivenciou circunstâncias em que as recomendações não condiziam com a sua produção familiar. No preparo, o leite vai para a cozinha em um dia e no seguinte eles começam a trabalhar, *“porque é o processo”* e o fiscal questionou a prática, mas não encontrou nada que realmente constatasse insalubridade.

A questão que fica é que estão com o sentimento de ameaça, como se a qualquer momento a maneira que fazem o requeijão possa ser desqualificada, pois os fiscais *“tem o poder da caneta, ele que vai dizer se está certo ou se está errado. Se der sorte de falar que está certo*

⁸⁹ Informações disponíveis em: <https://www.youtube.com/watch?v=S92C9qEJyUc>. Reportagem: Produção de queijo na Serra Geral (14/10/17), divulgada pelo canal Minas Rural Emater-MG.

⁹⁰ Ocorreu no dia 06 de outubro de 2017 o Seminário de Queijo Artesanal da Serra Geral, em Porteirinha. Discutiram sobre os processos para reconhecimento do queijo artesanal da região e também sobre a importância de regulamentação e adequação da produção de queijo e derivados do leite, além de abordagens sobre comercialização dos produtos e relacionamento com os clientes. Disponível em: <http://porteirinha.mg.gov.br/marco-na-historia-seminario-de-queijo-artesanal-da-serra-geral-acontece-em-porteirinha/>.

tudo bem, agora se falou que está errado pronto”. Eles esperam que as discussões continuem e que as produções tradicionais sejam valorizadas, já que envolvidos em todas as etapas do processo, se identificam e afirmam o diferencial de sabor que o produto carrega, representando a própria região.

Para mim não significa que esse caderno é bom porque ele tem esse rotulo, entendeu? A mesma coisa é o requeijão meu, ele tem que ser bom se eu por um papelzinho nele não, acho que ele tem outros princípios para ele ser bom. Não quer dizer que uma cozinha de fogão de barro significa ameaça à saúde, se fosse assim meu avô não estava com noventa e cinco anos. (Depoimento de Levi Quaresma dos Santos, 49 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017)

Entre os tempos de antes e agora, vivem os agricultores da Comunidade do Touro, que precisaram aprender a conviver em paralelo a um modelo de des-envolvimento. Criam suas resistências, o progresso é prometido e novas resistências precisam ser recriadas. Entre sair ou ficar, contrastam um jogo de identidades, que é tratado por Paula (2009, p.254) a partir das categorias *ficante* e *errante*. O *ficante* é o que fica e que não “sai-para”, é aquele que constroi uma identidade sobre o que há, permanecendo no lugar e recebendo os que retornam. Já o *errante* é o que sai e “vai para” ou que “chega de”, é quem diante do outro precisa auto-identificar-se. Assim, ouvimos e conhecemos história de *ficantes* e de *errantes*.

Nas trajetórias *ficantes* de Levi, Lia e Geraldo Gomes, os movimentos sociais demonstraram grande significância, mesmo que nesta pesquisa, por não ser nosso principal objetivo, não pudemos analisar com a profundidade que exige. Ficamos com as palavras daqueles que encontram nas redes e movimentos, a possibilidade de permanecer: “*a gente percebe que os movimentos fazem esse trabalho, de mostrar para as pessoas, que você é capaz de sobreviver, mesmo com as mudanças climáticas, com pouca chuva. Você é capaz de permanecer no lugar, sabendo aproveitar aquilo que tem*”⁹¹.

E nas trajetórias *errantes* de Alcides, Alfeu, Aparecida, Aroldo, Geraldo, Idelmar, José Ricardo, Marcos e Roberto, conhecemos vidas atingidas pelo des-envolvimento, que na migração encontraram a sua resistência. Ficando ou saindo, os homens e mulheres do Touro no fundo querem estar no seu canto, *no lugar da gente* e poder viver através do modo de vida rural.

⁹¹ Depoimento de Geraldo Gomes, 54 anos, morador da Comunidade do Touro, em entrevista concedida para PIRES, Maria Cecília Cordeiro, Outubro de 2017.

CONSIDERAÇÕES FINAIS: PARA NÃO CONCLUIR

Esta pesquisa objetivou compreender os processos migratórios e a relação com as políticas públicas de “des-envolvimento”, propostas para o Sertão Norte Mineiro, através do estudo de caso na Comunidade do Touro. Tratamos de categorias e fatores históricos que se encontram em disputa em vários campos. Deste modo, dentre elas, buscamos refletir sobre desenvolvimento e sertão através da revisão bibliográfica, que nos elucidou os discursos dominantes, contrapondo com um olhar de dentro através da empiria.

Compreendemos que o campo brasileiro, a partir das premissas da modernização conservadora e das ações pró desenvolvimento, foi exposto a contradições e tentativas de descaracterização de modos de vida das populações nativas. Os homens e mulheres do campo e do sertão Norte Mineiro, conviveram com estigmas e representações, que contribuíram para a invenção desses lugares enquanto ambientes “vazios”. Discursos que foram utilizados para atender a interesses particulares, resultando em políticas públicas excludentes.

Desenvolvimento passou a ser associado a ideologias, modernização, crescimento econômico e o mais agravante, tornou-se um caminho único, uma “solução” para todos os aspectos de atraso existentes e “inventados”. Em função disso, nos apropriamos da crítica de Porto-Gonçalves (2004) tratando as políticas desenvolvimentistas, como políticas de *desenvolvimento*, ou seja, representando o não envolvimento e o ataque a autonomia dos povos e comunidades tradicionais.

As críticas a este modelo de desenvolvimento são de suma importância para questionar ideias que, por muito tempo, pareceram intrínsecas ao processo, como o progresso, a linearidade da história e a separação homem e natureza. Essas associações rudimentares acabam perpetuando estigmas, como o do sertão hostil e a partir da naturalização de tais questões, as alternativas de superação aparecem justamente enquanto um modelo de desenvolvimento falacioso. Desta maneira, perpetuam-se conflitos, entre aqueles que impõe políticas e os que tem os modos de vida desprezados.

É necessário propor novas soluções, através da ação coletiva e pela diversidade. Percebemos a carência de políticas que proporcionem o ficar, pois é preciso que elas possibilitem chances de um viver digno, adequadas as culturas e especificidades dos povos.

O estudo de caso no Touro demonstrou ser uma opção importante, já que esta Comunidade, localizada no sopé da Serra Geral, em uma região semiárida e de predominância da caatinga, dentre os eixos de desenvolvimento estimulados para o Norte de Minas, conviveu com a monocultura de algodão. Em um trabalho que buscamos, através da pesquisa qualitativa e inspirados pela etnografia, conhecer as histórias de vida do lugar, tanto dos que saem, como

dos que ficam, foi impossível desvencilhar o texto de uma análise sobre o período da monocultura.

As memórias dos sujeitos nos revelaram uma Comunidade que vive entre tempos. Viveram tempos do algodão. Um tempo em que o produto fazia parte da cultura, era transformado em linha, tecido, depois em peças de roupas e afins. Era cultivado em conjunto com as variedades caatingueiras, de milho e feijão, por exemplo.

Anunciaram o progresso e evocaram que aquele produto, adaptado ao clima semiárido, traria o desenvolvimento. Porém, para que isso acontecesse, os tempos do algodão deviam passar a se reger pelo tempo da monocultura, os incentivos estavam prontos, créditos disponíveis, pacote completo. Era prometido aos pequenos agricultores grandes prosperidades, em troca, porém, foi preciso deixar de lado todas as outras culturas. As cores das diversidades de espécies deram lugar aos campos brancos de algodão.

O progresso? Bom, não chegou. Novo tempo começou para os agricultores do Touro, a reestruturação e resistências foram necessárias e dentro disso começam os caminhos *errantes* das migrações. Se findou o algodão, uma crise que envolveu uma praga (*bicudo*), mas também um sistema que anunciava fracasso para o pequeno agricultor. Foram relações complexas com os *grandes*, aqueles que compravam para suas usinas de beneficiamento. Houveram adiantamentos, empréstimos e um momento em que não conseguiram mais produzir. Estavam endividados, com águas e terras degradadas, novas alternativas ou a falta de alternativa, fez com que novos caminhos fossem trilhados. Inicia-se, então, os tempos das migrações.

As migrações analisadas enquanto processo, demonstraram sua complexidade, juntamente com características peculiares as gerações dos migrantes. Os primeiros a sair passaram por essa transição do final da monocultura. Saíram à procura do “algodão” do outro lugar, ou seja, um meio que fornecesse a reprodução da vida e assim, começaram as saídas. Idas para outros municípios Norte Mineiros, para o Sul de Minas, São Paulo e Mato Grosso. Trabalhos nas cidades e nas colheitas. Travessias que transformam os que saem e os que ficam.

Neste momento, elencamos algumas características que apreendemos ao conhecer as trajetórias migrantes dos homens e mulheres do Touro:

- Os processos migratórios ocorreram e se intensificaram como consequências das políticas de des-envolvimento, neste caso, em especial, a monocultura de algodão;
- Ocorrem migrações temporárias cíclicas e não-cíclicas, justificadas pelas dificuldades financeiras e falta de empregos no lugar de origem;

- As migrações não-cíclicas destinam geralmente as cidades, para diversos trabalhos: em empresas, comércios, como serventes de pedreiros, domésticas, entre outros;
- As migrações cíclicas são ritmadas pelos calendários agrícolas, destinam as regiões rurais e trabalhos nas colheitas de café, beneficiamento de algodão, cortes de cana e capim braquiária, entre outros;
- As migrações não-cíclicas têm maior tendência a se tornarem “permanentes”, ocorrendo menos casos com as cíclicas;
- Os migrantes que se estabelecem de forma mais definitiva nos lugares de destinos, vivem, no entanto, um estado *permanentemente provisório*. Eles possuem despesas diferentes do lugar de origem, os trabalhos são inconstantes e não há outros meios de sobrevivência, senão a venda da força de trabalho;
- Nas migrações cíclicas a predominância é masculina e dos casos estudados, as mulheres que migraram estavam acompanhadas dos maridos. Nas não-cíclicas é mais comum a presença feminina, grandemente para o trabalho doméstico;
- Os objetivos e impressões sobre as migrações estão ligados as gerações dos migrantes;
- Os primeiros que saíram, demonstraram maior ligação com o lugar de origem e principalmente com o trabalho rural, resultando em menor número de casos de permanência no destino;
- Os mais jovens e solteiros tem maior inclinação a permanecer no lugar de destino. Já os casados apenas quando conseguem levar toda a família;
- Atualmente, os moradores apontam para um processo de envelhecimento do campo, onde os jovens buscam cada vez mais outras ocupações, não envolvendo necessariamente o trabalho rural;

Especificamente sobre as migrações temporárias cíclicas, tivemos a percepção de que são bem representativas no lugar, comprovando as seguintes questões:

- Começaram a sair para o corte de capim braquiária e de cana, mas a partir da mecanização desses processos, passaram a ir para as colheitas de café e com menor expressão para as usinas de beneficiamento de algodão;
- As redes de relações sociais fazem parte deste processo, tanto influenciando, como facilitando novas migrações;
- Essas migrações são regidas por tempos, sendo parte expressiva do lugar, estabelecem um calendário do processo: em abril temos a preparação para sair. De maio a agosto vivem o tempo de estar nos lugares de destinos, que podem variar segundo as

circunstâncias dos trabalhos e períodos de chuvas. Voltam para a Comunidade do Touro e permanecem até abril do próximo ano, repetindo o ciclo novamente;

- Conseguem os empregos de duas formas distintas: através dos *turmeiros*, deslocando com mais pessoas e ficando nos alojamentos das fazendas. Ou de maneira *independente*, em número menor, alugando casas na área urbana, conseguindo o trabalho com os *turmeiros* do destino e deslocando diariamente para as fazendas;
- As condições dos trabalhos melhoraram com a obrigatoriedade das fiscalizações, porém, tudo modifica de acordo com as fazendas e os patrões;
- Em algumas fazendas, assinam as carteiras de trabalho com um contrato de três meses, em outras não. No entanto, recebem o valor monetário segundo a quantidade de sua produção, onde o preço da medida varia por ano e safra, definido pelos patrões;
- Quando retornam, muitos dos agricultores trabalham nas suas roças, para o consumo da família, aguardando os tempos das águas para plantar. Outros vivem uma extensão das migrações, pois quando voltam, passam a trabalhar *por dia* em fazendas próximas, realizando diversos trabalhos na medida em que são acionados;
- As migrações acontecem também como forma de resistência, pois os migrantes buscam nos destinos a reprodução da vida no lugar de origem. Saem, mas a *vontade é de ficar*;
- Junto com a sobrevivência, os migrantes possuem sonhos, como a construção ou reforma da casa, a aquisição de uma motocicleta, a compra de um televisor ou outro eletrodoméstico, um brinquedo para um filho, enfim, sonhos;
- Permanecem indo e vindo, considerando que o *lugar da gente* é sempre melhor, por ser o lugar da liberdade, onde a família está e as festas acontecem;
- Os migrantes mais velhos e que perpetuam o costume de cultivar suas roças, destacam também que na Comunidade eles são os donos de seus trabalhos, mas todos compartilham uma não identificação com o lugar e o trabalho nos destinos. Idealizam conseguir viver na Comunidade com as mesmas condições, sem precisar sair;
- A identificação ocorre no *lugar da gente* e com o trabalho na roça. Não se identificam enquanto migrantes, mas citam categorias como: agricultor familiar, trabalhador rural, lavrador, que representam o seu modo de vida.

Na introdução desta dissertação elencamos algumas questões que são importantes neste momento: Quais são as motivações para as migrações no Norte de Minas e porque muitos permanecem no rural? Qual o impacto das políticas públicas que se nutrem de um discurso de “des-envolvimento”? E a partir do estudo de caso da Comunidade do Touro, como compreender

os modos de vida e as migrações? Não nos cabe afirmar se conseguimos responder tais questões com a densidade necessária ou não, mas é importante apontar algumas reflexões.

Compreendemos que os povos e comunidades do campo resistem a um ciclo vicioso de expropriação e expulsão dos seus territórios de vida. São encurralados pelas promessas de progresso, resistem e novamente são encurralados. No Touro foram afetados pelo pacote da monocultura e hoje, após novos recomeços, veem a situação agravante do rio assoreado por práticas inadequadas e pelas empresas *Areiras*. O caminho único para o desenvolvimento desagrega as vidas dos moradores, que precisam criar estratégias de resistências. A migração é uma dessas estratégias, um partir sofrido e um *viver lá* de muitas saudades. Saudade da família, da Comunidade e de um tempo onde, mesmo com dificuldades, viviam mais felizes.

Os novos tempos, e as idas e vindas dos migrantes, modificam suas vidas e seus sonhos, há uma cobrança em demonstrar que foram bem-sucedidos. Por isso, o retorno é marcado pelos reencontros e as “provas” de que mesmo por um caminho diferente do trabalho familiar camponês, a partir do *esforço* nas fazendas, conseguiram sobreviver. As marcas da migração vão para além daquelas percebidas nas mãos calejadas, na pele queimada, na feição envelhecida. As marcas também estão pela casa arrumada, nas paredes coloridas, nos eletrodomésticos, entre outros.

Encontramos algumas categorias nativas que expressam esse ciclo de expulsão através do modelo de des-envolvimento, suas ações na vida das pessoas e as resistências camponesas: *Precisão* foi o termo relatado, que representa as necessidades e dificuldades que *obrigam as saídas no mundo*, porque, apesar de qualquer melhoria, os camponeses diferenciam o *lugar da gente* com o lugar do trabalho, ambientes de relações tão desiguais que sentem estar em um outro mundo.

Perpetuando-se por gerações, a migração já faz parte das dinâmicas do lugar, aparecendo enquanto condição, que ao longo dos anos tornou-se aspecto intrínseco aos modos de vida locais. A ligação com os Movimentos Sociais foi e é importante, pois influenciou outras estratégias de resistência para os que ficam. Uma resistência agroecológica, que através das redes tecidas, colaboram para uma desmistificação da região semiárida. Ficando no Touro, como Geraldo, ou saindo, como Alfeu, os moradores buscam suas resistências. Ficar e sair representam a continuação e permanência dos povos e comunidades tradicionais em seus territórios.

Neste espaço, traçamos as considerações finais do trabalho, mas conferimos que a intenção não é encerrar este tema complexo. Para não concluir, esperamos que esta pesquisa

contribua para novos trabalhos, desdobrando novas questões. Como por exemplo, a experiência da pesquisa nos lugares de destino.

Esperamos ter retratado o mais fielmente possível as percepções dos homens e mulheres do Touro, demonstrando a vida que se estabelece entre a tradição e a tradução, o antigo e o novo, os destinos e as origens, as expulsões e as resistências. Almejamos contribuir, demonstrando a urgência de repensar o modelo de des-envolvimento e as políticas públicas que promovem tal visão “salvadora”, para que os movimentos sociais, representando a diversidade do campo, possam ganhar maior apoio e visibilidade.

O sertão Norte Mineiro é um espaço de cores, sabores, ambientes, natureza, culturas, gentes e vidas diversas. Um povo que fez do luto um verbo e no ir-viver-voltar-ir as migrações tornaram-se parte do cotidiano, que quando se percebeu a “*travessia durou só um instantezinho enorme*” (ROSA, 1994, p. 558). Que os camponeses que saem a procura da melhoria de vida, deixem de conviver com políticas públicas áridas e encontrem novamente o envolvimento. Que tenham no *lugar da gente* tudo que sonham, as festas, rezas, trabalho, terra, água, família, vida e esperança.

REFERÊNCIAS

- ALBUQUERQUE JÚNIOR, Durval Muniz de. **A invenção do Nordeste e outras artes**. 3. Ed. Recife: FJN, Ed. Massangana; São Paulo: Cortez, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de. **Terra de quilombo, terras indígenas, “babaçuais livre”, “castanhais do povo”, faixinais e fundos de pasto: terras tradicionalmente ocupadas**. 2. ed. Manaus: Editora da Universidade do Amazonas. 2008.
- AMADO, Janaína. Região, Sertão, Nação. In: **Estudos Históricos**. Rio de Janeiro: v.8, n.15, p.145-151, 1995.
- ANAYA, Felisa Cançado. **De encurralados pelos parques a vazanteiros em movimento: as reivindicações territoriais das comunidades vazanteiras de Pau Preto, Pau de Légua e Quilombo da Lapinha no campo ambiental**. Tese Doutorado. Universidade Federal de Minas Gerais, Faculdade de Filosofia e Ciências Humanas: 2012.
- ANTUNES FILHO, Djalma. **Fatores explicativos do declínio da cotonicultura em Porteirinha-MG nos anos 90**. Monografia (Bacharelado em Ciências Econômicas) - Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros, MG, 2000.
- ARAÚJO, Elisa Cotta de. **Nas margens do São Francisco: sociodinâmicas ambientais, expropriação territorial e afirmação étnica do Quilombo da Lapinha e dos vazanteiros do Pau de Légua**. Dissertação (Mestrado em Desenvolvimento Social), Universidade Estadual de Montes Claros, Montes Claros-MG, 2009.
- AUGÉ, Marc. **Não lugares: introdução a uma antropologia da supermodernidade**. São Paulo: Papirus/Travessia do Século, 2002.
- BARBOSA, Rômulo Soares; FEITOSA, Antônio Maurílio. A dinâmica de luta pela terra no norte de Minas Gerais. In: FEITOSA, A. M. A. et al (org.). **Debaixo da lona: tendências e desafios regionais da luta pela posse da terra e da reforma agrária no Brasil**. Goiânia: Ed. da UCG, 2006.
- BARBOSA, Rômulo Soares; ZIMMERMANN, Silvia A.; TECCHIO, Andréia. Desenvolvimento Territorial e Pobreza Rural no Território da Cidadania Serra Geral (MG). In: LEITE, Sergio Pereira (Org.). **Políticas de Desenvolvimento Territorial e Enfrentamento da Pobreza Rural no Brasil: estudos de casos**. 1ed. Brasília: IICA, 2013, v. 1, p. 171-205.
- BATISTA, Elicardo Heber Almeida. **“Povos” De Santana: Condições De Vida E Mobilidade Espacial No Norte Do Estado De Minas Gerais**. Dissertação de Mestrado - Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Instituto de Ciências Humanas e Sociais. 2010.
- BECKER, Olga Schild. Mobilidade espacial da população: conceitos, tipologia, contextos. In: CASTRO, Iná Elias de; et al. **Explorações geográficas: Percursos no fim do século**. Rio de Janeiro: Brasil, 1997, p. 319-367.
- BORGES, Maristela Correa. **Os Errantes do Sagrado: uma geantropologia dos tempos e espaços de criadores populares de cultura em São Romão, Norte de Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado em Geografia). Universidade Federal de Uberlândia. 2010.
- BOSI, Ecléa. **Memória e sociedade: lembranças de velhos**. São Paulo: T. A. Queiroz, 1983.
- BOURDIEU, Pierre. Introdução. In: BOURDIEU, Pierre CHAMBOREDON, Jean-Claude; PASSERON, Jean-Claude. **Ofício do Sociólogo: metodologia da pesquisa na sociologia**. Editora Vozes: Petrópolis, 2010.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. A Comunidade Tradicional. In: COSTA, João Batista Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz de (orgs). **Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais dos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: FAPEMIG; Montes Claros: UNIMONTES, 2012.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **A partilha da vida**. São Paulo: GEIC/Cabral Editora, 1995.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. **Reflexões sobre como fazer trabalho de campo**. Revista Sociedade e Cultura, Vol. 10, n.1, p. 11-27. 2007.

BRANDÃO, Carlos Rodrigues. Sertão, Minha Casa. In: COSTA, João Batista Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz de (orgs). **Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais dos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: FAPEMIG; Montes Claros: UNIMONTES, 2012.

BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. **Comunidade, Território e Complexo Florestal Industrial: o caso de Vereda Funda**. Norte de Minas Gerais. (Dissertação de Mestrado, 157 fls.) Montes Claros: Universidade Estadual de Montes Claros – Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento Social, 2006.

CALVINO, Ítalo. A palavra escrita e a não-escrita. In: FIGUEIREDO, Janaína P. Amado Baptista de; FERREIRA, Marieta de Moraes (orgs.). **Usos e abusos da História Oral**. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2005.

CASTELLS, Manuel. **Paraísos Comuns: identidade e significado na sociedade em rede**. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CASTRO, Josué de. **Geografia da fome: o dilema brasileiro: pão ou aço**. Rio de Janeiro: Edições Antares, 1984. (Clássicos das Ciências Sociais no Brasil) 10ª edição. Disponível em: <http://obha.fiocruz.br/wp-content/uploads/2016/12/geografia-da-fome-josue-decastro.pdf>.

CORDEIRO, Oscarino. In: MACEDO, Magda Martins; SILVA, Cássio Alexandre da; ALMEIDA, Clebson Souza de; MARTINS, Ivy F. Higino. **Opará e Jequi: os vales e seus saberes**. 1.ed. Montes Claros: Projeto Cultural, 2017.

COSTA, João Batista Almeida. **Mineiro e Baianos: englobamento, exclusão e resistência**. 332 f. Tese (Doutorado em Antropologia social) – Instituto de Ciências Sociais, Universidade de Brasília, Brasília. 2003.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura Natureza e populações Tradicionais: o Norte de Minas como síntese da nação brasileira. In: **Revista Verde Grande**. Montes Claros: Unimontes /SEMMA vol. 1, n.3, 2005. p. 8-47.

COSTA, João Batista de Almeida. Cultura sertaneja: a conjugação de lógicas diferenciadas. In: Santos, G. R. dos (Org.) **Trabalho, Cultura e Sociedade no Norte/Nordeste de Minas**. Considerações a partir das Ciências Sociais. Best Comunicação e Marketing, Montes Claros: 1997. p. 77-98.

COSTA, João Batista de Almeida. **Do tempo da fartura dos crioulos ao tempo de penúria dos morenos: a identidade através de um Rito em Brejo dos Crioulos (MG)**. Dissertação de Mestrado. Brasília: Programa de Pós-Graduação em Antropologia Social /UnB. 1999.

COSTA, João Batista de Almeida. Identidade Norte-Mineira: Assuntando sua especificidade regional nos estudos de Nação. In: **Revista Verde Grande** (Unimontes), v. 1, p. 29-40, 2007.

CUNHA, Euclides da. **Os sertões**. Rio de Janeiro: Fundação Darcy Ribeiro, 2012. (Coleção biblioteca básica brasileira; 24).

D'ANGELIS FILHO, João Silveira. **Políticas locais para o des-envolvimento local no Norte de Minas: uma análise das articulações local e supra local.** Dissertação (mestrado). Temuco, Chile: 2005.

DAYRELL, Carlos Alberto. **Geraizeiros e Biodiversidade no Norte de Minas: a contribuição da agroecologia e da etnoecologia nos estudos dos agroecossistemas tradicionais.** 1998. 192f. Dissertação (Maestria en Agroecologia y Desarrollo Rural Sostenible) – Huelva: Universidade Internacional de Andalucía, Sede Ibero Americana - La Rábida, 1998.

DIEGUES, Antônio C.; ARRUDA, Rinaldo S.V. **Saberes tradicionais e biodiversidade no Brasil.** Brasília: Ministério de Meio Ambiente, 2001.

DUMONT, Louis. **Homo Hierarchicus: o sistema das castas e suas implicações.** Trad. Carlos Alberto da Fonseca. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1992.

DURHAM, Eunice. **A caminho da cidade: a vida rural e a migração para São Paulo.** São Paulo: Perspectiva, 1978.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os Estabelecidos e os Outsiders: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESCOBAR, Arturo. O lugar da natureza e a natureza do lugar: globalização ou pós-desenvolvimento? In: **A colonialidade do saber: eurocentrismo e ciências sociais.** Perspectivas Latino-americanas. Edgardo Lander (org) Colección Sur Sur. CLACSO, Ciudad Autonoma de Buenos Aires, Argentina. Setembro, 2005. p. 133-166.

ESTEVA, Gustavo. Desenvolvimento. In: SACHS, Wolfgang. **Dicionário do Desenvolvimento: Guia para o Conhecimento como Poder.** Petrópolis, RJ: Vozes, 2000.

EVANS-PRITCHARD, Edward Evan. **Os Nuer: uma descrição do modo de subsistência e das instituições políticas de um povo nilota.** 2. ed. São Paulo, SP: Perspectiva, 1999. 276 p. (Coleção Estudos; 53)

FERNANDES, Bernardo Mançano. Brasil: 500 anos de luta pela terra. In: **Revista de Cultura Vozes,** 2001. Disponível em: http://www.incra.gov.br/sites/default/files/uploads/servicos/publicacoes/outras-publicacoes/brasil_500_anos_de_luta_pela_terra_.pdf.

FONSECA, Gildete Soares. **Migrações da Mesorregião Norte de Minas/MG: análises o censo demográfico de 2010.** Tese (Doutorado em Geografia) – Programa de Pós-graduação em Geografia Tratamento da Informação Espacial. Pontifícia Universidade Católica de Minas -PUC-Minas, 2015.

FOOTE-WHITE, William. **Sociedade de Esquina: a estrutura social de uma área urbana pobre e degradada.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2005.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação: cartas pedagógicas e outros escritos.** Apresentação de Ana Maria Araújo Freire. Carta-prefácio de Balduino A. Andreola. São Paulo: Editora UNESP, 2000.

FURTADO, Celso. **Seca e Poder: entrevista com Celso Furtado** / entrevistadores: Maria da Conceição Tavares, Manoel Correia de Andrade e Raimundo Pereira. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

GEERTZ, Clifford. Uma descrição densa: por uma teoria interpretativa da cultura. In: **A Interpretação das Culturas.** Rio de Janeiro: Zahar, 1989.

GOHN, Maria da Glória. **Movimentos Sociais e Redes de Mobilizações Cívicas: no Brasil contemporâneo**. Petrópolis, RJ: Editora Vozes. 2010.

GRAZIANO DA SILVA, José. **O que é questão agrária?** São Paulo: Brasiliense, 1996.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Tradução Tomás de Abreu da Silva, Guacira Lopes Louro. 11 ed. Rio de Janeiro: 2011.

HARVEY, David., **O Neoliberalismo – história e implicações**. São Paulo, Loyola, 2005. Disponível em: <<https://www.uc.pt/feuc/citcoimbra/Harvey2008>>.

LATOUR, Bruno. Constituição. In: **Jamais Fomos Modernos: Ensaio de Antropologia Simétrica**. Rio de Janeiro: Editora 34. 1994. p. 19-52.

LITTLE, Paul E. **Territórios Sociais e Povos Tradicionais no Brasil: Por uma antropologia da territorialidade**. Trabalho apresentado no SIMPÓSIO “NATUREZA E SOCIEDADE: DESAFIOS EPISTEMOLÓGICOS E METODOLÓGICOS PARA A ANTROPOLOGIA”, na 23a Reunião Brasileira de Antropologia, Gramado, RS, 19 de junho de 2002.

LOPES, Camilo Antonio Silva. Desmistificando metáforas e construindo saberes: do sertão aos sertões ao sertão nortemineiro. In: COSTA, João Batista Almeida; OLIVEIRA, Cláudia Luz de (orgs). **Cerrado, Gerais, Sertão: Comunidades tradicionais dos sertões roseanos**. São Paulo: Intermeios; Belo Horizonte: FAPEMIG; Montes Claros: UNIMONTES, 2012, p. 353-365.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana**. Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol.17 n.49, Jun. 2012.

MALINOWSKI, Bronislaw. **Argonautas do Pacífico Ocidental**. (Introdução). São Paulo: Abril Cultural, 1976.

MARTINS, H. H. T. S. **Metodologia qualitativa de pesquisa**. Educação e Pesquisa, São Paulo, V. 30, n. 2. 2004

MARTINS, José de Souza. **Capitalismo e Tradicionalismo: Estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira. 1975.

MARTINS, José de Souza. O vôo das andorinhas: migrações temporárias no Brasil. In: **Não há terra para plantar neste verão**. Petrópolis/ Rio de Janeiro: Vozes, 1988.

MASSEY, Doreen. Um sentido global do lugar. In: Arantes, Antônio A. (org). **O Espaço da Diferença**. SP: Papyrus, 2000. p. 176-185.

MENDRAS, Henry R. J. **Sociedades Camponesas**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1976.

MENDRAS, Henry. “A cidade e o campo”. In: QUEIROZ. M.I.P (Org.). **Sociologia Rural**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 1969. Pp. 33-40.

MILLS, C. Wright. Do Artesanato Intelectual. In: MILLS, C. Wright. **A Imaginação Sociológica**. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2009.

MINAYO, M. C. S. (org). **Pesquisa Social: teoria, método e criatividade**. 18 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

NEDET. **Relatório Final - Território da Cidadania Serra Geral**. Montes Claros, 2016. Disponível em: <http://niisa.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Relat%C3%B3rio-Serra-Geral.pdf>. Acesso em: outubro de 2018.

NOGUEIRA, Mônica Celeida Rabelo. **Gerais a dentro e a fora: identidade e territorialidade entre Geraizeiros do Norte de Minas Gerais**. Tese (Doutorado). Brasília – DF: UNB, 2009.

NOGUEIRA, Verena Sevá. **Sair pelo mundo. A conformação de uma territorialidade camponesa**. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Campinas, SP : [s. n.], 2010.

OLIVEIRA, Cláudia Luz de. **Vazanteiros do Rio São Francisco: um estudo sobre populações tradicionais e territorialidade no Norte de Minas Gerais**. Dissertação (mestrado) – Universidade Federal de Minas Gerias, Departamento de Sociologia e Antropologia. 2005.

OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins de. O processo de formação e desenvolvimento de Montes Claros e da Área Mineira da SUDENE. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins (org.), et al. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes. 2000.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **Integração dos migrantes no mercado de trabalho em Montes Claros, Norte de Minas Gerais: “A Esperança de Melhoria de Vida”**. 151 f. Dissertação (Mestrado em Geografia) – Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2003.

PAULA, Andréa Maria Narciso Rocha de. **TRAVESSIAS - Movimentos migratórios em comunidades rurais no Sertão do Norte de Minas Gerais**. Tese (doutorado) Instituto de Geografia, Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia-MG. 2009.

PEREIRA, Luiz Andrei Gonçalves; LESSA, Simone Narciso. Processo de Planejamento e Desenvolvimento da Logística de Transportes. In: **Mercator – Revista de Geografia da UFC**, v. 10, n. 22, 2011, p.37-56.

PEREIRA, Lis Soares. et al. **Cartilha 5: Caatingueiros do Touro: sua história, saberes e práticas com plantas alimentares**. Elaboração Lis Soares Pereira... [et al.] Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa; MEC/SESU, 2016. (Coleção Norte de Minas) 27 p.: il.; 25 cm. Disponível em: <http://www.novos cursos.ufv.br/projetos/ufv/nape/www/wp-content/uploads/cartilha-5-Caatingueiros-do-Touro-sua-hist%C3%B3ria-saberes-e-pr%C3%A1ticas-com-plantas-alimentares.pdf>.

PORTO-GONCALVES, Carlos Walter. **O desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **O campesinato brasileiro: Ensaios sobre civilização e grupos rústicos no Brasil**. Petrópolis: Editora Vozes, 1973.

QUEIROZ, Maria Isaura Pereira de. **Relatos orais: do “indizível” ao “dizível”**. Texto datilografado, s/d. 26 p.

RODRIGUES, Luciene. Formação econômica do Norte de Minas e o período recente. In: OLIVEIRA, Marcos Fábio Martins (org.), et al. **Formação Social e Econômica do Norte de Minas**. Montes Claros: Ed. Unimontes. 2000.

ROSA, João Guimarães. **Grande Sertão: Veredas**. Rio de Janeiro: Nova Aguilar, 1994.

SACHS, Wolfgang. Introdução; Meio ambiente. In: SACHS, Wolfgang (ed.) **Dicionário do Desenvolvimento: Um guia do Conhecimento como Poder**. Petrópolis: Vozes, 2000.

SAMPAIO JR. Plínio de Arruda, **Desenvolvimentismo e Neodesenvolvimentismo: tragédia e farsa**. Serviço Social e Sociedade. n. 112, out./dez. 2012.

SAQUET, Marcos Aurélio; MONDARDO, Marcos Leandro. A construção de territórios na migração por meio de redes de relações sociais. In: **Revista NERA**. Presidente Prudente Ano 11, nº. 13. 2008.

SAYAD, A. **A Migração ou os paradoxos da alteridade**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1998.

SAYAD, A. O Retorno: elemento constitutivo da condição de migrante. In: **Travessia - especial revista do migrante**. Publicação do CEM – Ano XIII, número especial, Janeiro/2000.

SENA, Custódia Selma. **A categoria sertão: um exercício de imaginação antropológica**. Sociedade e Cultura. Goiânia, V.1p.p.19-28. Jan/Jun, 1998.

SILVA, Roberto Marinho Alves da. Entre Dois Paradigmas: combate à seca e convivência com o semi-árido. In: **Sociedade e Estado**, Brasília, v. 18, n. 1/2, p. 361-385, jan./dez. 2003

SILVA, Roberto Marinho Alves da. **ENTRE O COMBATE À SECA E A CONVIVÊNCIA COM O SEMI-ÁRIDO: Transições Paradigmáticas e Sustentabilidade do Desenvolvimento**. 298 p. Tese de Doutorado. Centro de Desenvolvimento Sustentável, Universidade de Brasília. 2006.

SINGER, Paul. Migrações internas: considerações teóricas sobre o seu estudo. In: **Economia Política da Urbanização**. São Paulo: Contexto, 2008. p. 29-62.

TRUZZI, Oswaldo. Redes em processos migratórios. In: **Revista Tempo Social**, v. 20, n. 1, p. 199-218, 2008.

VEIGA, José Eli da. Nem tudo é urbano. In: **Ciência e Cultura**, Abril, 2004, vol.56, n.2, p. 26-29.

VIANA, Elis Medrado; BRITO, Isabel Cristina Barbosa de. JUVENTUDE GERAIZEIRA: uma busca pelo direito à participação, à educação, ao lugar. In: **VI CONGRESSO EM DESENVOLVIMENTO SOCIAL**, “Desafios à Democracia, Desenvolvimento e Bens Comuns”, Montes Claros, 2018.

WILLIAMS, Raymond. **O Campo e a Cidade na História e na Literatura**. São Paulo: Companhia das Letras, 1989.

WOORTMANN, Klass. “**Com Parente não se Negueia**”. **O Campesinato como Ordem Moral**. Anuário Antropológico/87, Brasília, Ed. UNB, 1990.

WOORTMANN, Klass. Migração, família e campesinato. In: **Camponeses brasileiros: leituras e interpretações clássicas**. V.1. Org: Clifford Andrew Welch (Et.al). São Paulo: UNESP, Brasília, DF: NEAD, 2009.

SITES E DOCUMENTOS CONSULTADOS

“Articulação do Semiárido Brasileiro – ASA”. **Disponível em:** <http://www.asabrasil.org.br/sobre-nos/historia>. **Acesso em:** janeiro de 2017.

“Cáritas Brasileira”. **Disponível em:** <http://caritas.org.br/>. **Acesso em:** dezembro de 2018.

“Centro de Documentação Eloy Ferreira da Silva - CEDEFES”. **Disponível em:** http://www.cedefes.org.br/projetos_realizados-16/. **Acesso em:** agosto de 2017.

“Companhia de Entrepósitos e Armazéns Gerais de São Paulo – CEAGESP”. **Disponível em:** <https://www.ceagesp.org/ceasa-sp/>. **Acesso em:** janeiro de 2019.

“Fundação João Pinheiro”. Centro de Estatística e Informações. Perfil Demográfico do Estado de Minas Gerais 2000. Belo Horizonte, 2003. **Disponível em:** <http://www.fjp.mg.gov.br/index.php/docman/cei/perfil-demografico-de-minas-gerais/108-perfil-demografico-do-estado-de-minas-gerais/file>. **Acesso em:** outubro de 2018.

“Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE”, IBGE Cidades. **Disponível em:** <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/serranopolis-de-minas/historico>. **Acesso em:** outubro de 2018.

“Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística - IBGE”, Censo Demográfico 1940, 1950, 1960, 1970, 1980, 1991, 2000, 2010. **Disponível em:** <<http://www.ibge.gov.br>>. **Acesso em:** Janeiro de 2018.

“Ministério de Desenvolvimento Agrário - MDA”, Território da Cidadania da Serra Geral. Disponível em: http://sit.mda.gov.br/download/caderno/caderno_territorial_079_Serra%20Gerais%20-%20MG.pdf. **Acesso em:** dezembro de 2018.

“Prêmiação TRIP Transformadores”. **Disponível em:** <https://revistatrip.uol.com.br/homenageados/2013/geraldo-gomes-barbosa>. **Acesso em:** junho de 2018.

“Produção de queijo na Serra Geral (14/10/17)”, canal Minas Rural Emater-MG. **Disponível em:** <https://www.youtube.com/watch?v=S92C9qEJyUc>. **Acesso em:** novembro de 2018.

“Reimplantação da SUDENE”. Lei Complementar Nº 125, de 3 de Janeiro de 2007. **Disponível em:** http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/LCP/Lcp125.htm. **Acesso em:** setembro de 2017.

“Relatório Final - Território da Cidadania Serra Geral”. **Disponíveis em:** <http://niisa.com.br/wp-content/uploads/2017/07/Relat%C3%B3rio-Serra-Geral.pdf>. **Acesso em:** outubro de 2018.

“Seminário de Queijo Artesanal da Serra Geral, em Porteirinha-MG”. **Disponível em:** <http://porteirinha.mg.gov.br/marco-na-historia-seminario-de-queijo-artesanal-da-serra-geral-acontece-em-porteirinha/>. **Acesso em:** dezembro de 2018.

“Site da Prefeitura de Serranópolis de Minas”. **Disponível em:** <https://www.serranopolisdeminas.mg.gov.br/index.php/a-cidade/historia-da-cidade>. **Acesso em:** outubro de 2018.